

COLÉGIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZI - EFM

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

VITORINO – PR
FEVEREIRO/2009

ÍNDICE

CAPA	1
ÍNDICE	2
APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO	8
HISTÓRICO	09
PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS	14
FILOSOFIA E LEMA DA ESCOLA	15
CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS	16
CURSOS E TURMAS	16
POPULAÇÃO ALVO	17
ALUNOS E PAIS	19
EQUIPE DE DIREÇÃO, PEDAGOGOS E FUNCIONÁRIOS	20
DA EQUIPE DE DIREÇÃO	23
DA EQUIPE ADMINISTRATIVA	24
DA EQUIPE PEDAGÓGICA	26
OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	27
I – MARCO SITUACIONAL	
1 – Realidade Brasileira	29
2 – Realidade do Estado	32
3 – Características Sócio Econômicas e Cultural da Comunidade Escolar..	34
4 – Diagnóstico da Realidade da Escola	37
5 – Os Conflitos Presentes na Escola	38
– Reflexão Teórico-Prático	39
II – MARCO CONCEITUAL	
1 – Concepção de Sociedade, Homem, Cidadania, Educação, Escola, Conhecimento, Ensino, Aprendizagem, Avaliação.....	42
2 – Concepção de Tecnologia	43
3 – Ensino Aprendizagem	47
4 – Avaliação	48
5 – Gestão Democrática Escolar	49
5.1 – Gestão de Recursos Humanos e Gerenciamento dos Colegiados.....	54

6 – Princípios da Gestão Democrática	56
7 – Valorização do Profissional de Educação	60
8 – Pressupostos da Gestão Democrática	61
9 – Plano de Formação Continuada para Professores	63
9.1 – Formação e Valorização do Professor	65
10 – Acesso e Permanência	66
11 – Inclusão	68
11.1 – Serviços da Educação Especial.....	69
11.2 – Conceito de inclusão	70
11.3 – Princípios da Inclusão	71
11.4 – Uma Escola Inclusiva	72
12 – Currículo	73
12.1 – Dinâmica do Currículo	75
12.2 – Matriz Curricular	75
13 – Reflexão sobre o trabalho pedagógico	80
13.1 – Do Trabalho Coletivo	81
13.2 – Práticas Transformadoras	82
13.3 – Matriz teórica	83
13.4 – O que a escola Pretende do ponto de vista Político Pedagógico	84
III – MARCO OPERACIONAL	
1 – Processo de Planejamento	87
1.1– Gestão Participativa	88
1.2– Direcionamento do trabalho pedagógico	88
1.3 – Como democratizar o contexto escolar	89
2 – A função social de cada membro da comunidade escolar	93
3 - Função social da escola	93
4 – Da constituição e competência	93
4.1– Dos direitos dos alunos	93
4.2– Dos deveres	94
4.3 - Das proibições	96
4.4– Das Sanções	97
5 – O papel do pedagogo na escola	99
6 – O Pedagogo como parte da equipe dirigente da escola	100

6.1 – Dos serviços técnicos pedagógicos e docentes	103
7 – Da Secretaria	110
8 – Dos Serviços Gerais	105
9 – Do Bibliotecário.....	106
10 – Das instituições discentes e docentes	106
11 – As funções do Conselho de Classe	106
12 Programa de formação de cidadania nas diversas áreas do conhecimento.....	108
13 – Instâncias Colegiadas.....	109
13.1 – Do Conselho Escolar	109
3.1.1 – Do Conselho escolar como espaço de debate e decisões	110
13.2 – APMF.....	116
13.2.1 – Das atribuições da APMF	117
13.3 – Grêmios Estudantis	118
13.4 – Conselho de Classe	122
14 – Avaliação da Aprendizagem	125
14.1 – Sistema de Avaliação	125
14.2 – Metodologia	128
14.3 – Da Recuperação de Estudos	130
14.4 – Da Classificação e Reclassificação	132
14.5– Intenções de Acompanhamento a Egressos	132
15. – Processo de Articulação entre os níveis de Ensino Fundamental e médio.....	133
16 – Recursos que a escola dispõe.....	134
17 – Critérios de organização interna da escola	135
17.1 – Do Registro	135
17.2 – Tempo escolar.....	136
17.3 – Critérios para elaboração do calendário.....	137
18 – Função Social da escola	139
19 – Critérios para organização de turmas e distribuição por Professores em razão de especificidade	139
20 – Critérios para organização e utilização dos espaços físicos.....	140
21 – Instalações e equipamentos	140

22 – Temas sociais contemporâneos	142
23 – Educação Fiscal	145
23 – Práticas Avaliativas	147
24 – Referências Bibliográficas	148

APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A luz da reflexão e elaboração de um Projeto Político-Pedagógico oportuniza mudanças.

Identificamos a escola como coadjuvante no processo de transformação da sociedade.

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio está situado à Rua Barão de Capanema n.º 269, no município de Vitorino, Estado do Paraná.

A escola pública vive um momento histórico e determina rever e redimensionar a caminhada, uma vez que não se tem claro sua identidade. Apesar dos esforços em compreender e assumir a sua função social não responde ainda aos interesses e necessidades legítimas da classe trabalhadora a quem tem como clientela.

Situada a educação no contexto histórico-social, entendemos que operando mudanças em nível interno teremos como consequência natural, mesmo que a longo prazo o reflexo no âmbito social.

O Projeto Político-Pedagógico, está sendo elaborado por toda a comunidade escolar: professores, alunos, funcionários, pais e demais elementos da sociedade local, que passam a conhecer em maior profundidade e organização a dinâmica da escola, a realidade social na qual está inserida e as relações que aí se estabelecem.

Respeitando o papel de cada um definiremos a função social da escola, que homem queremos formar, que sociedade almejamos, que referenciais e princípios teóricos, metodológicos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos orientarão nossa escola.

O Projeto Político-Pedagógico constitui-se num processo democrático de tomada de decisões, com objetivo de organizar o trabalho pedagógico, no sentido de trabalhar os conflitos na busca de superar relações competitivas, corporativas e autoritárias, diminuindo a fragmentação escolar.

É constituído com envolvimento de todos, pela discussão, análise e posicionamento, e se organiza em nível pedagógico e político. Político porque intencionamos a formação de um determinado tipo de homem, escola e

sociedade, sendo necessária a interferência nesta direção, comprometendo-nos com a concretização desta intencionalidade. Pedagógico, porque efetivamos estas concepções através da ação educativa, que deve nos remeter a uma reflexão do homem no mundo e com o mundo e a explicitação destes determinantes.

Por ser um projeto, não estará pronto e acabado, uma vez que supõe uma busca constante de alternativas viáveis à efetivação do trabalho pedagógico exigindo uma atitude de pesquisa e reflexão sobre a realidade cultural do aluno, da escola e das práticas docentes numa perspectiva não excludente.

Elaborar, executar e avaliar um projeto Político-Pedagógico, de forma coletiva e compartilhada, implica diagnosticar a realidade escolar fazendo-se um levantamento, junto a comunidade, da situação social, econômica, política e cultural da mesma. É preciso conversar com todos os segmentos desta para perceber, registrar e sistematizar as expectativas, necessidades, possibilidades e parcerias que possam ser estabelecidas.

Este diagnóstico, portanto não se esgota na primeira semana do trabalho, se estende durante todo o ano e se renova em vários momentos. É com base nessas informações e nessa compreensão que o trabalho coletivo de construção da escola enquanto espaço aberto e democrático que inicia.

É no diálogo permanente com a comunidade escolar que se elencam os objetivos a serem alcançados e se explica o eixo norteador da ação pedagógica tendo em vista a formação do homem e da sociedade que queremos.

Torna-se imprescindível, neste processo coletivo de tomada de decisões, o processo mediador dos especialistas em assuntos educacionais. Um dos princípios norteadores do Projeto Político-Pedagógico, a idéia de mediação, assume importância fundamental, na medida em que o trabalho coletivo não deve apagar as diferenças existentes entre os diferentes membros da comunidade escolar, e sim instaurar processos de interlocução e negociação pelos quais se possa lançar mão das experiências e saberes de grupo, para rever e reavaliar o mesmo.

Todo este processo pedagógico exigirá mecanismos de avaliação em vários âmbitos, seja o da sala de aula – em nível de acompanhamento do processo

ensino-aprendizagem ao nível das ações da escola.

Compreende-se que a avaliação é um processo de tomada de decisões em relação à retomada sistemática dos encaminhamentos feitos em qualquer nível do âmbito escolar. Constituindo-se como um processo que ocorre a todo o momento e envolve todos os segmentos, a avaliação terá espaço privilegiado no Projeto Político-Pedagógico.

Os momentos de estudo e avaliação como conselhos de classe, reuniões pedagógicas os outros tornar-se-ão situações de exercício vivo de trocas e interações que questionem certezas, explicitem o implícito, preencham-se lacunas de informação, negociem e tomem decisões sobre o projeto da escola, onde se registrará e sistematizará as ações do grupo para que possam subsidiar as próximas ações a serem retomadas em outros momentos.

INTRODUÇÃO

A denominação oficial do Estabelecimento: COLÉGIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZI – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio nasceu no dia 29 de janeiro de 1964, com a criação do ginásio Estadual de Vitorino, através do n.º14.009/64, assinado pelo Governador Ney Braga e Secretário da Educação e Cultura o Sr. Jucundino da Silva Furtado. O referido Decreto foi publicado no diário Oficial do Estado no dia 31 de janeiro de 1964.

A criação do ginásio deveu-se ao empenho da comunidade, prefeito municipal e do vigário da Paróquia de Vitorino, o Padre Henrique Vicenzi, que foi seu primeiro diretor, e com sua morte em 1º de abril de 1967 legou o nome ao estabelecimento que passou a denominar-se Ginásio Estadual Padre Henrique Vicenzi.

No dia 28 de dezembro de 1967, pelo Decreto nº 8161/67, foi criado o Colégio Comercial Estadual Cristo Rei. A criação do referido colégio deveu-se a necessidade de oferecermos aos nossos alunos o ensino de 2º Grau.

Visto que o Colégio Comercial funcionava no prédio do Ginásio, por ocasião da implantação do Curso Básico de Comercio e por força dos dispositivos da Lei 5.692/71, o Estabelecimento passou a denominar-se Colégio Padre Henrique Vicenzi – Ensino de Segundo Grau.

No dia 6 de junho de 1981, juntamente com a Escola Estadual Padre Henrique Vicenzi – Ensino de Primeiro Grau, o Colégio passou a constituir um único estabelecimento de ensino denominado Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino de Primeiro de Segundo Graus conforme determinou a Resolução n.º 1344/81 (D.O.E. n.º 1086 de 14/07/81). A resolução n.º 2187/83 de 10/07/83 alterou o nome do Estabelecimento para: Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino de Primeiro e Segundo Graus.

Atualmente o Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio, oferta curso de Ensino Fundamental (5ª à 8ª Séries) reconhecido através da resolução n.º 1344/81 e Ensino Médio, Projeto de implantação reconhecido através do Parecer 192/99, CGC: 7844324/0001-62.

Nos recursos humanos contamos com 687 alunos matriculados sendo 450 no Ensino Fundamental e 237 no Ensino Médio; no corpo docente contamos com professores habilitados e a maioria da SEE do nosso Estado, sendo 19 efetivos. Os docentes residem na própria comunidade. A carga horária varia conforme o professor, sendo no máximo 40 horas aulas, as disciplinas de atuação a maioria atuam na sua área, tornando positivo para o processo ensino aprendizagem. O quadro

O Colégio Comercial teve seqüencialmente administrativo, apresentada seguinte forma: Diretor com especialização, secretária especialista; Assistentes Administrativos: 1 com especialização e 4 com Ensino Médio; 2 Orientadores com especialização. Dos discentes temos alunos oriundos da zona rural, filhos de agricultores, filhos de trabalhadores volantes sem estabilidade econômica, e filhos de comerciantes e assalariados.

Foram diretores do Estabelecimento os professores: João Michels Freire, José Ampélio Bernardt, José Odair Bertoncello, Ana Giacomini Del Carpio, Jaci Antonio Celso, Jaime José Bertol e Jorge Alberto Salvador. Tendo como atual diretor o professor Valmir Martinello.

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio, sito à rua Barão de Capanema, 269, no município de Vitorino – Paraná, pertence à rede Estadual de Ensino, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

HISTÓRICO

A história do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, está ligada a criação do Município de Vitorino, em 1961. O Prefeito do Município, Sr. Antônio Caleffi, foi ditoso na escolha de e seus assessores. Entre eles estava o Secretário Sr. José Ampélio Bernartt, um cidadão oriundo do Rio Grande do Sul que era um aficionado por Educação, e ele próprio foi o responsável pela montagem do processo, levantamento de recursos humanos, físicos e sentinela, todo trabalho burocrático e gestão junto aos órgãos competentes.

O Estabelecimento foi criado com o nome de Ginásio Estadual de Vitorino e começou o seu funcionamento no dia 31/03/64, com apenas as 1ªe 2ª Ginásial, somente turno noturno e, com funcionamento nas instalações do Grupo Escolar José Bonifácio. O primeiro Diretor foi o vigário local, Pe. Henrique Vicenzi.

Os primeiros Professores, além do Diretor, cujo cargo não era remunerado foram: José Ampélio Bernartt, José Odair Bertoncello, Dr. João Michels Freire, Francisco Scottini, Maria Mirtes Rosa Cavasan. O diretor apenas ensinava religião. A secretaria da escola (fichas, registros, papelaria, etc.) estava em uma repartição da prefeitura municipal, e seu serviço burocrático era feito, para a escola, pelos funcionários José Ampélio Bernartt e Jaime José Bertol.

Em 1967 com a morte do Diretor da escola, o estabelecimento passou a denominar-se GINÁSIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZI, posteriormente, com a implantação da reforma do ensino, lei nº5692/71, passou a ser ESCOLA PADRE HENRIQUE VICENZI, em seguida ESCOLA ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZI ENSINO DE 1º GRAU e a partir de 1983 a ser COLÉGIO PADRE HENRIQUE VICENZI e a seguir COLÉGIO ESTADUAL PE. HENRIQUE VICENZI ENSINO DE 2º GRAU. Hoje o estabelecimento denomina-se COLÉGIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZI - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

Em 1967, com a morte do Padre Henrique, Diretor, o cargo foi ocupado pelo professor JOSÉ AMPÉLIO BERNARTT. Entrou em funcionamento o COLÉGIO COMERCIAL ESTADUAL CRISTO REI, cujo trabalho de gestão para tal, junto aos

órgãos competentes, também foram efetivados por JOSÉ AMPÉLIO BERNARTT, que assumiu a direção deste estabelecimento, passando a direção do ginásio ao Dr. JOÃO MICHELS FREIRE. O ginásio ainda teve um diretor que foi o professor José Odair Bertoncello que o regeu até sua extinção, quando foi criado o complexo educacional COLÉGIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZ I-ENSINO DE 1ºE 2º GRAU.

Em 1967, por questões de acomodação e melhor espaço físico, o GINÁSIO ESTADUAL de VITORINO transferiu suas instalações para um novo prédio, onde funciona, hoje, a ESCOLA MUNICIPAL MENINO JESUS; a partir de 1968 os dois estabelecimentos, GINÁSIO e COLÉGIO COMERCIAL funcionaram, diuturnamente, no mesmo prédio.

Em 1973, finalmente, o GINÁSIO passou a funcionar em prédio próprio, um edifício de amplas instalações, à RUA BARÃO DE CAPANEMA, 269, construído com recursos Federais, Estaduais e Municipais durante três gestões administrativas municipais, cujos Prefeitos foram ANTONIO CALEFFI, JORGE LEHMANN e novamente ANTÔNIO CALEFFI. Na 1ª gestão de ANTÔNIO CALEFFI foi adquirido o terreno (10.000 m²) e executado a terraplanagem. Na gestão de JORGE LEHMANN foram executados as fundações e o levantamento de paredes, e a obra foi praticamente concluída na 2ª gestão de ANTÔNIO CALEFFI. Por questões burocráticas e políticas o prédio só foi inaugurado e entrou em funcionamento em 1973 quando era Prefeito o Senhor JOVINO ELSO PERIOLO.

O Colégio Comercial teve seqüencialmente, na direção os professores EDSON KRUMPOS PASTUCHEN, IRINEU TESSER E JAIME JOSÉ BERTOL, até sua extinção. Em 1981 assumiu a direção do novo estabelecimento o professor JAIME JOSÉ BERTOL, remanescente do Colégio Comercial e vice-diretor o professor JOSÉ ODAIR BERTONCELLO remanescente do antigo Ginásio. Na seqüência, ocuparam a direção do estabelecimento os professores: JACI ANTÔNIO CELSO, ANA GIACOMINI DEL CARPIO, JAIME JOSÉ BERTOL, JORGE ALBERTO SALVADOR e VALMIR MARTINELLO que atualmente ocupa o cargo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1964 – Criação do Ginásio Estadual de Vitorino.

Diretor: Pe. Henrique Vicenzi.

1967 – Dr. João Michels Freire – Diretor Ginásio Estadual Pe. Henrique Vicenzi

1968 – Criação do Colégio Comercial Estadual Cristo Rei.

Diretor: José Ampelio Bernartt.

1969 – Direção:

Ginásio Estadual Pe. Henrique Vicenzi – José Ampelio Bernartt.

Colégio Comercial Estadual Cristo Rei – Krumpos Pastuchen

1972 – Direção:

Ginásio Estadual Pe. Henrique Vicenzi – José Odair Bertoncello.

Colégio Comercial Estadual Cristo Rei – Edson Krumpos Pastuchen

1975 – Direção:

Ginásio Estadual Pe. Henrique Vicenzi – José Odair Bertoncello.

Colégio Comercial Estadual Cristo Rei – Irineu Tesser.

1978 – Início da Reforma da Educação - Direção:

Ginásio Estadual Pe. Henrique Vicenzi – José Ampelio Bernartt

Colégio Comercial Estadual Cristo Rei – Jaime José Bertol.

1981 – Finalização da Reforma da Educação (Lei 5692/71)

Houve a unificação dos dois estabelecimentos e passou a chamar-se:

Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi – Ensino de 1º e 2º Graus.

Diretor: Jaime José Bertol

Vice-Diretor: José Odair Bertoncello

PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é resultado de um processo democrático de decisões que se preocupa em definir uma forma de organização do trabalho pedagógico, tentando assim, administrar da melhor forma possível os conflitos e as dificuldades presentes na escola.

Esse registro da discussão coletiva, que resultou na concepção filosófica-pedagógica do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, nos mostra a importância de se ter claro o sentido geral que norteia o conjunto de ações. Um sentido geral, expressão de uma intencionalidade coletiva, que certamente, virá a conferir ao processo educativo a perspectiva de unidade e coerência.

Para tanto, iniciam-se as reflexões a partir de uma compreensão dialética de mundo, neste sentido, o ser humano passa a ser entendido como um ser social e histórico. Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto que o conhecimento é um patrimônio coletivo, que necessita ser socializado.

Socializar o conhecimento, no entanto, implica dizer que é um direito de todos, zelando assim, pela democracia e pela solidariedade. Isto contribui, de certa forma, para que este Projeto Político-Pedagógico, garanta os direitos e deveres preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil, nos artigos 5º, 6º e 14º, bem como, os estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente.

Este Projeto Político-Pedagógico, ao estar inspirado dialeticamente não poderá deixar de apresentar uma concepção pedagógica Progressista, inspirada na tendência Histórico-Crítica, que tem como teórico Demerval Saviani.

A tendência histórico-crítica não se constitui apenas em um método de ensino, mas como uma forma de conceber o mundo, a educação, o homem, a aprendizagem.

A tendência histórico-crítica tem seu marco histórico no Brasil a partir

da década de 1980, e surge como uma proposta de superação dos métodos tradicionais, novos e tecnicistas:

[...] serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.(SAVIANI, 1992, p. 79).

A tendência Histórico-Crítica está fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético do qual Saviani (1992, p. 83), retira o critério de cientificidade do método proposto: “Não é do esquema indutivo tal como o formulara Bacon; nem é do modo experimentalista ao qual se filiava Dewey. É, sim da concepção dialética de ciência tal como o explicou Marx no método da economia política.”

Os passos do método: 1º prática social (ponto de partida); 2º problematização; 3º instrumentalização; 4º catarse (acepção gramsciana¹); 5º prática social (ponto de chegada).

O conhecimento emerge da história da ação humana, das práticas humanas recorrentes. É a historia das práticas humanas que dá um sentido ao mundo. O conhecimento se constrói sempre sobre a base de um novelo de ações e á sobre a lógica desse entremeado de ações que é preciso agir para poder, justamente, abri-lo para a flexibilidade e a transformação.

Vigotsky (1993) já entende que a construção de conhecimentos ocorre na interação entre o sujeito e o meio, sendo ambos históricos, sociais e culturais. A teoria do conhecimento de Habermas, por exemplo, implica a teoria da ação comunicativa, onde o fundamental, são as formas de comunicação entre os sujeitos, quando procuram entender algo sobre os objetos.

¹ “Elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. [...] passagem do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade, [...] o processo catártico é uma cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético.” (GRAMSCI, 1995, p. 53).

Sendo assim, entendemos que a construção/reconstrução de conhecimentos não necessita obrigatoriamente, ser embasa apenas em uma teoria, o que significa dizer que a (re) construção de conhecimentos pode implicar a relação dialética entre os sujeitos o objetos; a transformação do objeto e do sujeito

FILOSOFIA E LEMA DA ESCOLA

A educação escolar é uma prática que tem como função criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Garantindo assim o acesso ao saber elaborado socialmente, sendo este instrumento para o desenvolvimento, para a socialização, para o exercício da cidadania e a compreensão da realidade.

Criar uma nova cultura não significa somente fazer individualmente, descobertas originais; significa também e especialmente, difundir criticamente, verdades já descobertas, ou seja, socializa-las e as fazer base para ações vitais.

A escola, ao tornar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade atual, busca eleger como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. A escola tem a função de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e socialização de seus alunos, oportunizando-os a aprenderem sobre temas normalmente excluídos e atua propositalmente na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, à sexualidade, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc.

Nossa Missão é: Preparar o aluno para que ele possa se tornar um cidadão crítico e consciente, podendo assim construir sua cidadania.

CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS

Espaço Físico

Área urbana com 10.077 m² composta de gramados, com 2.272 m² de área construída referente aos lotes urbanos n.º 2 e 4 da quadra quatorze e 4, 5 e 9 da quadra n.º 5, da cidade de Vitorino, sendo os lotes 2 e 4 da quadra quatorze confrontando com a rua General Ozório com 50m. com a rua Barão de Capanema com 50m; com a Praça Generoso Marques com 100m. E com os lotes n.º 1 e 3 com 100m, e os outros lotes n.º 4, 5 e 9 da quadra n.º 5 confrontando com a rua Coronel Domingos Soares com 79m, com a Colônia dos Nacionais, pelo rio Vitorino, com a rua Guarapuava com 55m. E os lotes 3 e 8 com 80m.

O prédio oferece condições para abrigar a clientela de acordo com as exigências legais. Possui 2 (dois) sanitários masculinos, 2 (dois) sanitários femininos e 4 (quatro) sanitários para docentes e funcionários e todos em condições de uso.

O Colégio conta com 10 (dez) salas de aula em boas condições de uso.

Existem no Colégio salas específicas para: direção, secretaria, orientação, sala de professores, documentação. biblioteca com acervo bibliográfico, cozinha, despensa, depósito, laboratório de ciências, laboratório de informática, material esportivo, arquivo, material de limpeza, almoxarifado. Possui ainda salão nobre e a quadra de esportes

CURSOS E TURMAS

A Associação de Pais Mestres e Funcionários (APMF) do ensino Fundamental e Médio possui uma boa estrutura dando apoio ao Colégio. Quanto aos recursos materiais, o nosso Colégio é considerado de médio porte; temos neste ano 23 turmas de alunos em três períodos, ocupamos 11 salas de aula no turno matutino, 11 salas de aula no período vespertino e 1 sala no período noturno, biblioteca, laboratório de ciência, química e biologia laboratório de informática; secretaria, sala de direção, sala de orientação, sala de documentação, sal dos professores, depósito de merenda, cozinha, salão nobre, contamos com microscópio, vidrarias e também material para realizar algumas experiências; temos ainda retroprojektor, 2 aparelhos de som, 2 antenas parabólicas, 8 vídeos, 10 televisores, 11 computadores, 5 impressoras.

POPULAÇÃO ALVO

O aparecimento do povoado de Vitorino está ligado à preocupação imperial em ocupar as terras do Sul do País, mais precisamente a região dos campos de Guarapuava.

O início dessa ocupação iria começar pelas regiões de campos, o que é óbvio, pois a atividade pastoril era a maneira prática e fácil de ocupação, e que, de certa forma, garantia a subsistência, sem muito trabalho, além de já possuir mercado garantido nas cidades de Curitiba e Sorocaba.

A principal fonte econômica da região é a agricultura, pois não temos indústrias, para sanar os problemas do desemprego, sendo assim a renda é variada.

São bem expressivos os membros das diferentes Igrejas, somando-se cinco religiões diferentes. Situação cultural é diversificada por ser populações oriundas de várias regiões do país.

Essa diversidade de meio pode ser uma das causas da desigualdade no rendimento da aprendizagem, tendo em vista que grande parte dos educandos são filhos de bóias-frias, pequenos agricultores, comerciantes e assalariados.

A partir desta realidade observamos que alguns educandos estudam por prazer e compreendem a necessidade de desenvolver suas competências e habilidades, entretanto muitos ainda não descobriram a importância de buscarem continuamente o aprimoramento do conhecimento.

Muitos alunos ainda menores necessitam trabalhar para contribuírem no orçamento familiar e como consequência da situação econômica e da falta de apoio dos pais, temos educandos desmotivados, sem interesse pelas atividades escolares. Os mesmos quando se formam precisam sair da cidade para conseguirem um trabalho e tentarem concluir os estudos.

Outro elemento que influencia no processo ensino aprendizagem é o fato de que a maior parte dos alunos deslocam-se até a escola de ônibus, andam vários quilômetros a pé, fazendo com que muitos, ao chegarem à sala de aula, além de estarem cansados do trabalho braçal do dia-a-dia, se desgastam ainda mais, pela distância e o tempo que os envolvem até chegarem à escola.

ALUNOS E PAIS

Nos recursos humanos contamos 692 alunos matriculados, sendo 452 do Ensino Fundamental e 240 no Ensino Médio.

Fazem parte da comunidade escolar um número total de 519 pais. Sendo que 60% residem na área urbana e 40% na área rural.

O nível social da clientela escolar é de 60% de classe média e 40% de classe média baixa.

EQUIPE DE DIREÇÃO, PEDAGOGOS E FUNCIONÁRIOS

RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	R.G.
I - Da Equipe de Direção				
a) Valmir Martinello	Diretor	Especialista	QPM	5.136.249-7
b) Cátia Márcia Groth Zago	Diretora Auxiliar	Especialista	QPM	4.593.406-3
II - Da Equipe Pedagógica				
a) Rosane Freire Caleffi	Prof ^a Pedagoga	Especialista	QPM	
b) Odete Terezinha Zeni	Prof ^a Pedagoga	Especialista	QPM	1.412.532-9
III - Da Equipe Administrativa				
a) Maria Ivonete A. Tomazini	Secretária	Especialista	QG	3.567.999-5

b) Terezinha Zago	Aux. Administrativ o	Especialista	QG	2.132.974-6
Marlene Fleituch	Aux.	Ens. Médio	QG	1.412.524-8
Paula Alexandra Pereira	Administrativ o	Superior	QPM	10.818.245-8
Olanda Ap. M. Salvador	Agente de execução	Especialista	QPM	4.009.824-0
	Aux. Administrativ o			
c) Alvenir A. de Souza	Aux. De Serviços Gerais	Ens. Médio	QG	3.511.948-5
Ana Felini dos Santos	Aux. De Serviços Gerais	Primário	QG	2.111.177-5
Arlete A. de Almeida	Aux. De Serviços Gerais	Ens. Médio	REPR	6.388.880-0
Gevanira F. Rios	Aux. De Serviços Gerais	Ens. Médio	QG	2.029.861-8
Maria Salete Brandoli	Aux. De Serviços Gerais	Ens. Fundam.	REPR	3.774.560-0
Udete Maria Simão	Aux. De Serviços Gerais	Primário	QG	3.774.614-2
Ivone Todescatto Belló	Aux. De Serviços Gerais	Ens. Médio	REPR	4.959.979-0
	Aux. De Serviços Gerais			
	Aux. De Serviços Gerais			

	Serviços Gerais			
IV - Do Corpo Docente	Formaçã o	Víncul o	Disciplina	Turno
1. Araguacy Zamboni	Especialist a	QPM	Ed. Física	M/T
2. Cátia Márcia Groth	Especialist a	QPM	Ciências	M/T/N
3. Claudiane Sanagiotto	Especialist a	QPM	Matemática	M/T/N
4. Cledineia Facin	Especialist a	QPM	Matemática	M/T
7. Cleodeth Lanzarin	Especialist a	PSS	História Ens.Religioso	M/T
8. Cleyde Miotto Neves	Especialist a	QPM	Química	M/T/N
9. Crsitiane Santin	Especialist a	QPM	Inglês	M/T/N
10. Ederli da Silva	Especialist a	QPM	Inglês	T
11.Elizandra Sanagiotto	Especialist a	QPM	História e Geografia	M/T
12. Ercílio Otavio Rosanelli	Especialist a	QPM	Matemática	M/T
13. Francieli Copini	Especialist a	QPM	Geografia	T
15. Iraide Carletti Foscheira	Especialist a	QPM	Língua Portuguesa	M/T

16. Irma T. Carletti	Especialista	PSS	Biologia	M/T/N
17. Ivonei Almedia	Especialista	QPM	Física	M/T/N
18. Joice H. B. Cadore	Especialista	QPM	Ciências	T/N
19. Lidia Maria Cavasan	Especialista	QPM	Ed. Física	T/N
20. Lucieli Alves	Especialista	QPM	Geografia	M/T/N
22. Marli Terezinha Salvador	Especialista	QPM	Língua Portuguesa	M/T/N
24. Rosely S. Netto Boldrini	Especialista	QPM	Língua portuguesa	M/T/N
25. Sandra Maria Giacomet	Especialista	TF57	LEM – Inglês e Ed. Artíst.	T/N
26. Silvana R. Netto Votri	Especialista	QPM	Ed. Artística	M/T
27. Terezinha Inês Bampi	Especialista	QPM	Ciências e matemática	M/T

28.Valmir Martinello	Especialist a	QPM	Matemática	M/T
----------------------	------------------	-----	------------	-----

DA EQUIPE DE DIREÇÃO

A direção do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi é constituído pelo professor Valmir Martinello, e Direção Auxiliar Professora Cátia Márcia Groth Zago.

À Equipe de Direção cabe a gestão dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do estabelecimento de ensino definidos no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Parágrafo Único – A equipe de Direção é composta por Diretor, Diretor Auxiliar, designados por ato próprio.

Art. 18 – Compete ao Diretor:

I - coordenar a elaboração e a execução da Proposta pedagógica, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida pelo estabelecimento.

II – submeter o Plano Anual de Trabalho à aprovação do Conselho Escolar;

III – convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar tendo direito a voto, somente nos casos de empate nas decisões ocorridas em assembléia;

IV – elaborar os planos de aplicação financeira, a respectiva prestação de contas e submeter à apreciação e aprovação do Conselho Escolar;

V – elaborar e submeter à aprovação do Conselho Escolar as diretrizes específicas da administração do estabelecimento, em consonância com as normas e organizações gerais emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

VI – elaborar e encaminhar à Secretaria de Estado da Educação, as propostas de modificações, aprovadas pelo Conselho Escolar;

VII – submeter o calendário escolar à aprovação do Conselho Escolar;

VIII – instituir grupos de trabalho ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas de solução, para atender os problemas de natureza pedagógica, administrativa e situações emergenciais;

IX – propor à Secretaria de Estado da Educação após a aprovação

do Conselho Escolar, alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela Escola, extinguindo ou abrindo cursos, ampliando ou reduzindo o número de turnos e turmas e a composição das classes;

X – propor à Secretaria de Estado da Educação, após a aprovação do Conselho Escolar, a implantação de experiências pedagógicas ou inovações de gestão administrativa;

XI – coordenar a implantação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

XII – aplicar normas, procedimento e medidas administrativas baixadas pela Secretaria de Estado da Educação;

XIII – analisar e aprovar o regulamento da Biblioteca Escolar, e encaminhar ao Conselho Escolar para a aprovação;

XIV – manter o fluxo de informações entre os estabelecimentos e os órgãos da administração Estadual de ensino;

XV – supervisionar a exploração da cantina comercial, com autorização de funcionamento, respeitando a lei vigente;

XVI – cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando ao Conselho Escolar e os órgãos da administração: reuniões, encontros, grupos de estudo e outros eventos;

XVII – exercer as demais atribuições decorrentes deste regimento escolar e no que concerne a especificidade de sua função.

Art. 19 - Compete ao Diretor Auxiliar:

I – assessorar a Direção em todas as suas atribuições;

II – substituir o Diretor na sua ausência ou impedimento.

DA EQUIPE ADMINISTRATIVA

Na equipe administrativa contamos como recursos de pessoas com quatro profissionais efetivos do regimento do estado e dois contratados pelo

Maria Ivonete de Almeida Tomazini

Olanda Aparcida Mafioletti Salvador

Marlene Fleituch

Terezinha Mazardo Zago

DA EQUIPE PEDAGÓGICA

A equipe pedagógica é formada pelos professores pedagogos efetivos pelo regime estatutário do estado, sendo considerados três profissionais.

Odete Terezinha zení

Regina de Fátima Felini

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio destina-se a ministrar o Ensino fundamental e Médio de acordo com o estabelecido pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 de 20/12/96, proporcionando ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, preparação para o exercício consciente da cidadania, aprofundamento geral dos conhecimentos e preparação para a continuidade de estudos posteriores.

Art. 11 - A educação para o Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio tem como finalidade:

- a) O exercício consciente da cidadania, como membro da família, dos vários grupos da comunidade, do Estado, do País e do mundo;
- b) A busca da verdade e uma assimilação vital dos valores;
- c) O respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- d) A busca do bem: fidelidade à palavra dada, ao compromisso;
- e) O desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- f) O prepara do indivíduo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- g) A preservação e expansão do patrimônio cultural;
- h) O fortalecimento da Unidade Nacional e da solidariedade Internacional;
- i) A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça;
- j) Fortalecimento do grupo para o enfrentamento de conflitos e

contradições;

- k) Buscar gerar a esperança, a solidariedade e a parceria;
- l) União de idéias e recursos para atingir os fins do processo educacional;
- m) Superação de imposições e vontades individuais, assumindo e construindo coletivamente um referencial;
- n) Buscar resgatar as intenções da ação educativa;
- o) superar o caráter fragmentado das práticas educativas; condições.

I - MARCO SITUACIONAL

1 - A REALIDADE BRASILEIRA

A realidade brasileira está emersa num círculo vicioso que retroalimenta, aumentando o alcance das conseqüências e injustiças. O principal fator que mantém este círculo, está a dificuldade do governo e da sociedade em controlar o número crescente de jovens e adultos excluídos do mercado de trabalho.

Os fatores determinantes são: mercado de trabalho mais exigente e especializado, o alto custo da capacitação técnica de mão-de-obra, oferta limitada dos recursos destinados à educação e capacitação de jovens e adultos, falta de proatividade na inserção no mercado de trabalho.

As pesquisas dos institutos, sobre índices de desigualdade social brasileira, nos mostram um quadro geral que nos alertam sobre a necessidade de considerar o espaço local, a realidade local com espaço que ganha visibilidade a partir do geral, com particularidade própria.

Os princípios determinantes da desigualdade social e exclusão têm sua estrutura baseada nos problemas da sociedade. As políticas públicas no Brasil na década de 1960, criaram recursos de infraestrutura urbana e rural, insuficiência para elevar a forma geral de qualidade de vida da população do país.

O Brasil apresenta graves disparidades sociais e exclusão. Têm dificuldade de manter um processo de crescimento econômico com um processo de inclusão agravado as condições sociais de vida da população brasileira. A década de 1980 foi perdida para nosso país em subdesenvolvimento; na década de 1970 o milagre econômico acontece no Brasil que passou a sofrer as conseqüências do endividamento externo, sob o pagamento de juros externos, transformando-se em dívida pública.

Na década de 1990, o êxito na construção de padrões democráticos na relação Estado e sociedade civil, generalizando as eleições diretas em todos os

níveis do governo. A persistente crise econômica não permitiu alteração do quadro social. O avanço democrático, não diminuiu os índices de desigualdade e exclusão social. A partir de 1994 com o Plano Real estabiliza a moeda, reverte o processo inflacionário determinando o salário tendo instabilidade social econômica.

Em 1996 persistem os problemas estruturais na sociedade brasileira: tendo incapacidade de implementar um processo de crescimento econômico, elevando os índices da distribuição de renda e das riquezas nacionais. Ao lado destes fatores a dívida pública, o crescimento do desemprego, agravando o quadro social do país.

Com crescimento econômico lento e redução do mercado de trabalho, vários setores (bancos, indústrias) colocam em prática o processo de reforma do Estado, onde o ajuste orçamentário é realizado através de corte de despesas na área social, da seguridade. Destes fatores enumerados decorre o agravamento das condições sociais de vida da população brasileira.

O Brasil pela sua extensão geográfica e complexidade produtiva, registra níveis de desigualdade social bem diferente nas cinco regiões, devendo discutir as especificidades de cada realidade dentro do contexto do país e de cada região as diversidades locais. A concentração do dinamismo econômico nas cidades pólos cria um processo de migração interno, tendo necessidade de buscar alternativas para o desenvolvimento social e econômico local.

O espaço local em nossa pesquisa é o espaço do município (área urbana e rural) onde se expressam as formas de resistência e a busca de alternativas frente às determinações macro-econômicas que afetam o país. A desigualdade social e a exclusão são determinadas pela estrutura da sociedade brasileira, ocorrendo no espaço local. Neste espaço é que os cidadãos moram, produzem, consomem e vivem. A análise dos níveis e formas de desigualdade e exclusão no espaço é fator fundamental para criar alternativas para enfrentar a realidade social.

O processo de democratização da sociedade fez crescer o processo de descentralização e municipalização das políticas públicas tendo este encontrado bastante resistência no governo federal no que se refere a

descentralização dos recursos fiscais.

O município surge, com a Constituição Federal de 1988, como um local de gerência do desenvolvimento social e econômico, persiste a dificuldade de transformar essa autonomia legal em autonomia efetiva, na medida em que se mantém centralizado os recursos necessários para atribuir poder ao município, para que este possa implantar as políticas públicas para reverter o grave quadro social. O impasse se expressa nas condições sociais de vida da população da população do município e as opções de cada espaço local, para enfrentar o desafio de exclusão social e desigualdade social.

2 - REALIDADE DO ESTADO

Nosso Estado tem passado ultimamente por grandes transformações nos mais diferentes setores. No quadro social a agitação tem sido visível. Na balança comercial temos tido saldos positivos em numa visão geral, temos crescido muito em relação aos outros estados brasileiros.

Situação do Estado do Paraná no Contexto Nacional

Embora a população economicamente ativa do Paraná venha apresentando crescimento e o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho passou de 4,4 milhões para 5,1 milhões, entre 1992 e 2001, o desemprego ainda apresenta crescimento. Segundo o PNAD-IBGE, o número de desempregados passou, no mesmo período, de 236 mil para 392 mil.

Em relação a Educação no Paraná, durante a trajetória política e as práticas educacionais, entendidas como parte indissociável da cultura de uma povo, acompanhou-se *pari passu* as mudanças da sociedade e de seus costumes e práticas.

O Paraná carrega consigo as marcas desse passado, em suas diferentes culturas regionais. Elas refletem a interação de diferentes momentos e de contingentes populacionais de origem diversa. O litoral, os três planaltos, o norte Velho e Novo, faixas de fronteira, o mate, o café, os novos produtos agrícolas e as novas indústrias, tudo isso forneceu uma base para as mais diversas formas de expressão.

Elas estão presentes, muito mais complexa do que as possibilidades desse volume, apontando para a possibilidade de estudo cada vez mais detalhadas.

Se pensarmos sobre a escola, veremos que ela adquiriu funções e características diferenciadas ao longo da história. Isso decorre dos diversos contextos históricos que uma nação vivencia e do grau de desenvolvimento de cada país.

A educação é muito importante para o desenvolvimento e prosperidade da população e conseqüentemente o progresso econômico e social de seu país.

A educação se faz extremamente necessária para as pessoas. Tanto que é direito de todo o cidadão obter ensino gratuito até a 8ª série, nível considerado como fundamental para todos.

Assim, no art. 26 da Declaração Dos Direitos Humanos, de 1948, constata-se que:

- Toda pessoa tem direito à educação: a educação deve ser gratuita, ao menos no que concerne à instrução elementar ou fundamental, que será obrigatória;
- A educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana, cabendo aos pais o direito preferente na escolha do tipo de educação que deverá ser dada a seus filhos.

Através dos anos, foi gradativamente aumentando a escolarização. Sendo estatísticas do IBGE, entre 1940 e 1989 a taxa de analfabetos sobre o total da população acima de 15 anos de idade caiu de 56% para 17%.

Quanto à população com idade entre 15 e 19 anos, que se encontram matriculados em nível de ensino secundário, no Paraná houve crescimento mostrando-nos que os jovens até 19 anos estão cada vez mais matriculando-se e freqüentando o 2º grau. De 13,5% em 1980 subiu para 16% em 1989. Esses dados são importantes para termos idéia se os jovens estão obtendo qualificação e instrução escolar.

Além da preocupação em construir escolas, é necessário aumentar a qualidade e os recursos para o ensino. A escolar transforma o homem, ela faz crescer e desenvolver, como também possibilita o desenvolvimento de nosso Estado e país.

A escolarização também se expandiu ao nível superior (de nível universitário) o qual merece por sua participação nas atividades do Paraná.

A população do Estado é de aproximadamente de 9.003.804 de pessoas, dos quais, 4,47 milhões são homens e 4,53 milhões são mulheres. Na zona urbana estão 7,1 milhões e na zona rural 1,99 milhões de pessoas. Mas, dados de 1999, estimam uma população total de 9.376.592. A população ano por ano está crescendo cerca de 1,2%.

A região sul possui o terceiro maior contingente populacional do Brasil. O Paraná é um dos estados mais populosos. A mortalidade infantil em 2003

está em 16,47/100, aproximadamente.

O nível de escolarização do Paraná e dos mais altos da região Sul num patamar 96% para a população de 7 a 9 anos.

Evidencia-se o crescimento material e econômico do Estado do Paraná através de sistema e do processo produtivo, sua evolução e seus resultados, divisão de trabalho, regimes de produção, distribuição dos recursos, das técnicas empregadas e das relações, gestos e atitudes dos imigrantes, da diversidade demográfica, das rotas de abastecimento, das feiras e dos mercados locais e regionais.

3 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

Vitorino é um município pequeno, com população urbana de 3.199 habitantes e 3.085 na área rural (IBGE 2000). Contando com uma arrecadação anual relativamente baixa, não oferece muitas perspectivas de fixação dos munícipes, ocasionando um desenvolvimento pouco animador.

Nos últimos anos houve um acréscimo de indústrias de pequeno porte no município gerando empregos, mas ainda é grande o número de jovens desempregados que buscam em outros municípios o seu lugar para trabalhar.

A principal fonte de renda do município ainda provém da agricultura, sendo que os agricultores que têm um pouco mais de estrutura financeira, construíram aviários ou investiram na pecuária leiteira, além do cultivo de horti-fruti-granjeiros, para melhorar a renda familiar. Em determinadas regiões do município, os pequenos produtores foram pouco a pouco vendendo suas terras, concentrando-as nas mãos de poucos agricultores mais abastados, que empregam as famílias pagando salários baixos e pouco atraentes aos filhos, que buscam emprego na cidade na esperança de mudar de vida. A situação econômica das famílias e de baixa renda, ficando entre 1 e 3 salários mínimos, sendo boa parte alfabetizada ou com ensino fundamental completo. Há algo em torno de 5% de analfabetos, como também este mesmo índice para pessoas com o Ensino Superior e Especialização.

Os empregos mais freqüentes oferecidos no município são os de

atendente de lojas de comércio, empregadas domésticas, trabalhadores eventuais (bóias-frias), mecânicos, chapeadores e no serviço público, subdivididos nos setores de saúde, educação e administrativo. Há também oferta recente de serviços nas indústrias locais, mas de pequena intensidade.

Na saúde pública contamos com a presença da Secretária municipal, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dentistas, assistente social, vigilância sanitária, nutricionista e veterinário.

A educação de ensino infantil e fundamental de 1ª a 4ª séries é mantida pelo município e Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio, mantidos pelo Estado do Paraná. Os professores, equipes pedagógicas, diretores, auxiliares e serviços gerais mantêm vínculo empregatício com o estado ou município.

Na administração pública temos, o Prefeito, Vereadores, assessores diretos, secretários e funcionários de carreira em todos os níveis da administração.

Na segurança pública temos uma Delegacia da Polícia Militar, com um policial militar no posto de Delegado Gestor e um Destacamento da Polícia Militar com seis policiais lotados.

No setor de indústria, aparecem o setor de produção de alimentos, madeireiro, móveis, plásticos, baterias para veículos, alumínio, produção de sementes agrícolas.

O comércio local é predominante no ramo de gêneros alimentícios e de confecções, aparecendo também lojas de bijuterias, presentes, papelarias, locadoras de filmes, confeitarias e oficinas mecânicas. Há também supermercados com açougues, panificadoras e pequenas mercearias.

No campo religioso, temos em torno de 5 templos ou igrejas, mas predomina a religião católica com mais de 80% de devotos.

Como já foi citado o baixo poder aquisitivo da população ativa de nosso município reflete diretamente na escola onde temos mais de metade de nossos alunos provindos destas famílias, o que ocasiona muitas vezes baixo rendimento escolar e carência na aquisição de materiais didáticos e escolares.

DADOS GERAIS

População (2000)

Urbana: 3.199 hab

Rural: 3.085 hab

Total: 6.284 hab

Taxa anual de crescimento

Urbana: 2,48%

Rural: -2,23%

Distancias

Da capital: 453 Km

Do porto de Paranaguá: 544 Km

Do aeroporto mais próximo: 12 Km

Área: 306,238 Km²

Altitude: 756 Metros

Latitude: 26º 15' 55" Sul

Longitude: 52

Clima

Subtropical úmido mesotérmico, verões frescos (temperatura média inferior a 22º C), invernos com ocorrências de geadas severas e freqüentes (temperatura media inferior a 18º C), não apresentando estação seca.

Aspectos Urbanos

Economias existentes: água: 840 – Esgoto: #N/D

Ligações de energia elétrica: 1.535

Saúde

Características gerais

Regional de saúde: 7ª - Pato Branco

Macro-regional de saúde: Sudoeste

Consortio intermunicipal de saúde: Sim
Municipalização e participação social
Condição de gestão: Plena da atenção básica
Conselho municipal: Sim
Conferencia municipal: Sim

Aspectos econômicos

Participação no PIB municipal:

Agropecuária: 41.01%

Industria: 2,73%

Serviços: 56,27%

Principais produtos agrosilvopastoris

Pastagens e forragens

Soja safra normal

Milho safra normal

Industria dominante

Produtos alimentares

Madeira

Mecânica

Material elétrico e de comunicação

Distribuição das atividades econômicas

(numero de estabelecimentos sujeitos ao recolhimento do ICMS, por setor)

SETOR	Nº de estabelecimentos	participação % em relação a associação
Industria	21	0,01
Comercio varejista	54	0,01
Comercio atacadista	07	0,02
Serviços	17	0,01

Datas festivas e eventos

Data de aniversário: 29 de novembro
Padroeiro: Senhor Bom Jesus – 6 de agosto
Emancipação política: 29 de novembro

4 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi - Ensino Fundamental e Médio tem mantido nos últimos anos em torno de 700 alunos matriculados. A taxa de evasão escolar também oscila em torno de 3% ao ano, bem como a taxa de reprovação gira em torno deste mesmo índice. A reprovação foi um dos temas mais debatidos nos últimos anos, tendo sido reduzido em mais de 10 pontos percentuais.

Até o ano de 2004 mantínhamos três turnos de funcionamento. A partir de 2005, com a diminuição da procura pelo ensino noturno, foi encerrado este turno, porém houve a reabertura em 2006 e em 2007 já conta com as três séries do Ensino Médio.

Hoje a escola é mais aberta à comunidade escolar, sendo que pais de alunos participam ativamente de reuniões, festejos, convocações, entrevistas, Conselho Escolar, APMF, e projetos educativos.

Com as reformas que vêm acontecendo na educação através das políticas educacionais do Brasil e Estado do Paraná, trouxeram benefícios imediatos na clientela escolar, através da distribuição de livros didáticos, salas de informática, laboratórios equipados, melhoria nas condições de permanência no ambiente escolar com os programas Bolsa-Escola e Bolsa-Família, que vieram acrescer o desenvolvimento do aluno no campo da aprendizagem.

A educação pode ser o modo de transformação da vida social e, por conseguinte das próprias relações de produção e competitividade no mercado de trabalho. Temos como principal meta formar o cidadão, consciente de seus deveres e obrigações e também conhecedor de seus direitos. Importa, pois, em redimensionar a ação educativa dentro deste cenário e que o discurso educacional saia do papel, transformando-se num elo de ligação entre o

professor e o aluno. Também temos como missão repensar sempre o processo educativo no sentido de oferecer ao educando, condições de compreender o meio onde está inserido: social, econômico, político e cultural, ousando transformá-lo se assim achar necessário.

5 - OS CONFLITOS PRESENTES NA ESCOLA

O aluno chega na escola e se depara, na maioria das vezes, com uma realidade diferente daquela que está acostumado a desencadear fora dela. Com isso, nascem e se desenvolvem os conflitos. Estes principalmente vividos entre professor e aluno, pois essa relação acontece de forma direta, sem intermediação.

A dificuldade de aprendizagem, em grande número de casos é decorrente de conflitos estabelecidos na sala de aula. A interferência da família, no atual contexto, se caracteriza falha, já que esta está também passando por uma transição, digamos, está em crise. A relação família-escola está fora de sintonia porque os propósitos de uma não são complementados pela outra por inúmeros fatores, mas que se destaca a cultural. Assim, parece-nos que uma dissocia-se da outra, deixando o aluno à mercê do destino. O que o leva a construir interações conflituosas, recheadas por interpéries, que às vezes chegam à extremos, como desvirtuá-lo do processo educacional, exatamente porque este não dá conta de reconduzi-lo ao caminho da ciência e da serenidade. Os conflitos são positivos, desde que haja formas de torna-los consenso. O que a escola, infelizmente, não está conseguindo fazer. Tanto professor, orientador, família e aluno clamam por um direcionamento, o qual só virá através de um plano de trabalho, que contemple ações embasadas naquilo que se presencia em todos os âmbitos da comunidade escolar. Todos urgem por um resgate de valores éticos e morais que acabaram se perdendo devido ao acúmulo de informações recebidas pela acelerada evolução, principalmente

a tecnológica, provocada pelo regime capitalista em que nos inserimos, dessa forma, a divergência de opiniões que deveria ser vista como um meio positivo ao conhecimento, se torna um empecilho para que o mesmo se concretize. Não está havendo discussões com finalidades, mas confrontos acirrados e incondicionais entre os envolvidos no processo.

A agressividade causada entre ambos, professor e aluno, reflete a desestrutura dos meios e dos fins que regem o ensino e a aprendizagem. Faz-se necessário rever papéis, escola, família e sociedade. Necessita-se criar um elo e um paralelo entre esses três segmentos. A visão cultural de como educar, engendrada pela escola e pela família é refletida na sociedade. A partir das relações conflituosas é que nascem os grandes feitos da humanidade. Então, que seja a partir dessas que a escola encontre seu caminho, não deixando para trás seu principal legado, o ser social.

6 - REFLEXÃO TEÓRICO-PRÁTICA

Por isso, um compromisso com educação é também um compromisso ético. Esse compromisso volta-se a oportunizar o aluno a aprender a conviver, aprender a aprender e aprender a ser, assim terá condições de se inserir na dinâmica social que se reestrutura continuamente. Pois, para tal precisa ser capaz de se adaptar à flexibilidade e às novas maneiras de ocupação ou aperfeiçoamento posterior, procurando desenvolver a capacidade de pensamento autônomo e criativo, a teoria com a prática, avançando rumo à escola humanista e cidadã.

Paulo Freire diz que a leitura do mundo é um ato anterior à leitura da palavra. Que o ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é, científica e pedagogicamente, capenga.

É importante que o indivíduo, o grupo social, a comunidade e a sociedade sejam protagonistas de suas histórias, que aprendam a escreve-las construindo, coletivamente, os seus projetos de vida, por acreditarem que a gestão democrática influencia positivamente na melhoria da qualidade social.

Nessa perspectiva deve-se abranger no processo de constatação da

realidade social as seguintes características comportamentais: a individualista, a competitiva e a consumista. O que desencadeia no indivíduo a sua perda de identidade, a desigualdade, a agressividade e a acomodação.

O desafio da educação está em gerir idéias e propostas concretas que viabilizem a superação destes paradoxos, para que os efeitos sociais sejam menos injustos.

A busca de um ser pleno que tenha valor em si mesmo e consiga conviver harmoniosamente com outros seres humanos e com a natureza é buscada de forma global neste início de século. A construção e a reconstrução dos valores éticos, no sentido de uma atitude de vida, onde a dignidade do ser humano seja suficiente para manter um nível de respeito por todos e reverter o quadro atual. Alternativas e posturas condizentes à busca em questão são urgentes e necessárias, entre as quais, destacam-se: a busca de caminhos que conduzam a reestruturação familiar; o resgate dos valores éticos, sociais, morais e culturais; a valorização do ser humano através de desafios que o leve a traçar objetivos para a vida, resgatando a esperança de um mundo melhor; trabalhar para transformar a sociedade, colocando mais humanismo nas ações, buscando a justiça social; sensibilizar à preservação do meio ambiente; mediar a transmissão e a aquisição do conhecimento de forma que este interfira na vida social criticamente, discernindo os verdadeiros valores; diminuir a competição e o individualismo entre as pessoas, despertando à cooperação; promover a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, onde a valorização à dignidade humana seja a meta, inculcando nos educandos a capacidade de solucionarem seus problemas; repensar a formação da pessoa para a sua vida, visando a valorização do indivíduo e lhe dando competência para o mundo do trabalho; tornar a escola um elo de ligação entre a formação de um cidadão crítico com o resultado de suas ações no meio em que vive.

Dentro deste contexto, John Milton Gregory, enfatiza que a verdadeira função do professor é criar condições para que o aluno aprenda sozinho. Ensinar de fato não é passar conhecimento, mas estimular o aluno a busca-lo. Podemos até dizer que ensina melhor quem menos ensina. Deixando claro que o professor assume o principal compromisso em desenvolver os propósitos delineados pela proposta educacional.

Nesta prática, vale a pena lembrar que não basta o sujeito estar fazendo; há necessidade de se analisar como se está fazendo. Sob esse prisma, dissocia-se os processos de ensino e de aprendizagem como sendo ações inseridas na prática social concreta. A escola mediadora entre o individual e o social, exercendo a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto, inserido num contexto de relações sociais. Dessa articulação resulta o saber criticamente reelaborado.

Numa concepção de educação democrática, emancipatória e formativa voltada para o sucesso da aprendizagem e inclusão de princípios com comprometimento social, faz-se necessário avaliar as ações constantemente, tornando-as variáveis, ou seja, não são estáticas, estando sempre em evolução, em transformação, em prol de resultados pautados em possibilidades de amenização das atuais crises (social, do trabalho e ecológica) que assolam nossa realidade humanitária.

A avaliação deve compreender e discernir ambos os processos, do ensino e da aprendizagem, estabelecendo um elo de ligação e a permuta de experiências entre eles, enriquecendo-os, na busca de torná-los eficientes.

II MARCO CONCEITUAL

1 - CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE, HOMEM, CIDADANIA, EDUCAÇÃO, ESCOLA, CONHECIMENTO, ENSINO-APRENDIZAGEM, AVALIAÇÃO.

A sociedade mundial vive um momento de transformações estruturais: globalização, formação de blocos econômicos e revolução tecnológica. Atualmente as mudanças ocorrem com tamanha velocidade que muitas vezes a dimensão humana fica relegada a um segundo plano. Por essa razão, é necessário o repensar constante de nossas atitudes, em uma perspectiva mais humana, propiciando a inclusão social com vistas ao momento histórico em que vivemos.

Uma sociedade global que silenciosamente convive com a morte de inocentes, a crescente concentração de renda, o desemprego e o desprezo pelo meio ambiente é uma sociedade doente. Vive uma profunda crise ética. No entanto, devemos sempre acreditar na imensa capacidade da espécie humana de reverter suas próprias mazelas. Uma das mais profícuas, sublimes e duradoura forma de modificar essa realidade é sem dúvida a educação. Uma educação capaz de contribuir para a formação de uma nova ética planetária, em que o humano e tudo o que é vivo se sobreponha à exploração irracional do capital.

Dentro dessa ótica, muito tem sido feito com base na Constituição Federal de 1988, que tem como fundamento a construção de uma sociedade livre, justa e solidária: o combate à pobreza e à exclusão social.

Segundo Pedro Demo, a participação é conquista social. Assim, o homem vai ser constituindo cidadão quando desenvolve seu papel na sociedade de forma consciente. Então, para interferir com o intuito de transformar a sociedade se faz necessário uma educação voltada à prática da cidadania.

Cidadania como conceito de totalidade, deve significar para nós, no contexto Latino-Americano (e, sobretudo brasileiro) uma mudança radical nas relações econômicas, políticas, institucionais, tecnológicas, enfim, uma mudança no modo de vida, tanto no nível interno como externo.

Cidadania e sociedade autônoma: e, por ser autônoma consegue

escolher um conjunto de políticas adequadas ao ambiente econômico, político e social existente, e estendê-la a todos, por isto é democrática, e então pode-se dizer que caminha rumo à modernidade e está em desenvolvimento. Conforme Gadotti, educar significa formar para a autonomia, isto é, para autogovernar-se.

Um processo educacional somente será verdadeiramente autônomo e libertador se for capaz de formar cidadão crítico, dotados das condições que lhes permitem entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos.

Nossos tempos requerem a formação desse novo cidadão, sensível e responsável, que pense global e aja localmente, sendo capaz de intervir e modificar a realidade social excludente e a partir de sua comunidade, tornando-se, assim, sujeito da sua história.

A concepção de homem esta voltada à formação de um sujeito histórico, cultural e sabiamente crítico, com visões claras de mundo e de sociedade, pois só assim poderá ser um agente transformador daquilo que o cerca.

Para promover a formação do cidadão dentro da possibilidade apresentada, concebe-se que, é a escola o espaço por excelência para que a educação e para que a cidadania ocorra.

A escola insere-se em uma realidade dialética numa perspectiva histórico-crítica, pois seu intento é formar sujeitos que busquem uma sociedade mais justa, de forma consciente, percebendo, refletindo e agindo sobre ela, respeitando os preceitos éticos adquiridos através da historicidade crítica social, na qual engendra-se e se constitui um ser também histórico.

A escola em toda a sua prática busca desenvolver ações que conduzam o indivíduo a desempenhar sua cidadania. Engloba-a tanto na parte voltada à aquisição de conhecimentos, quanto na convivência social, trabalhando atitudes e valores que proporcionam ao indivíduo uma convivência em grupo harmonioso.

Nessa linha dever-se-á, pois, fazer um pacto ético, que conforme BOFF (2000), fundamenta-se na sensibilidade humanitária e inteligência emocional expressas pelo cuidado, pela responsabilidade social e ecológica, pela solidariedade e pela compaixão.

2 - CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA

Sobre tecnologia Noble assinala que se criou uma redoma falaciosa em torno do verdadeiro propósito e natureza da tecnologia. Segundo o autor “esta é vista na sociedade como um processo autônomo; algo construído e visto à margem de tudo como se tivesse vida própria, independente das intenções sociais, poder e privilégio”. Examinamos a tecnologia como se fosse algo que mudasse constantemente, e que constantemente, provocasse alterações profundas na vida das escolas. Decerto que isto é parcialmente verdade. No entanto, se nos debruçarmos sobre o que tem vindo a mudar podemos incorrer no erro e do não questionar quais as relações que permanecem inalteradas. De entre estas, as mais importantes são as desigualdades econômicas e culturais que dominam a nossa sociedade. (NOBLE, 1984).

Segundo Machado (2002), o processo educativo há de se revelar capaz de sistematizar a tendência à inovação solicitando o papel criador do homem. É preciso implementar no sistema Educacional, uma pedagogia mediante a qual não apenas se reforme o ensino, mas que também se facilite a aprendizagem.

A tecnologia tem um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 ao propor a formação tecnológica como eixo do currículo assume, segundo KUERGER (2000), a concepção que a aponta como a síntese, entre conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos.

A tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta sofisticada e alternativa no contexto educacional, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades, ou para a inserção social, se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas.

Conforme Gasparin, as novas tecnologias são instrumentos que auxiliam

e intermediam o ensino-aprendizagem, tanto em sua forma presencial, física, quanto em sua forma virtual, uma vez que foram criadas especialmente para a aprendizagem à distância. De acordo com Masetto (2000, p. 152):

exploram o uso da imagem, som e movimento simultaneamente, a máxima velocidade no atendimento às nossas demandas e o trabalho com as informações em tempo real. Colocam professores e alunos trabalhando e aprendendo à distância, dialogando, discutindo, pesquisando, perguntando, respondendo, comunicando informações por meio de recursos que permitem a estes interlocutores, vivendo nos mais longínquos lugares, encontrarem-se e enriquecerem-se com contatos mútuos.

As novas tecnologias são instrumentos de auto-aprendizagem e interaprendizagem. Seu uso adequado requer que sejam escolhidas, planejadas e usadas de forma integrada, atendendo aos objetivos previstos, de modo que a aprendizagem significativa aconteça.

Essas novas tecnologias têm como característica essencial serem instrumentos de apoio ao processo ensino-aprendizagem, portanto, não substituem a presença e a ação do professor. Aliás, para que sejam de fato mediadoras da aprendizagem, é necessário que o professor assuma uma nova perspectiva para seu papel: se um mediador.

Segundo Masetto (2000), o professor mediador pedagógico deve possuir algumas características: a) estar voltado para a aprendizagem do aluno, colocando-o como centro do processo; b) desenvolver ações conjuntas com os alunos em direção à aprendizagem; c) assumir uma postura de coresponsabilidade e parceria com os alunos; d) respeitar as faixas etárias dos alunos; e) ter domínio profundo de sua área de conhecimento; f) ter criatividade; g) possuir disponibilidade para o diálogo; h) atuar como se humano com subjetividade e individualidade próprias, respeitando as mesmas dimensões nos alunos; i) cuidar da expressão e comunicação como instrumento da aprendizagem.

Ao assumir o papel de mediador pedagógico, o professor torna-se provocador, contraditor, facilitador, orientador. Torna-se também unificador do conhecimento cotidiano e científico de seus alunos, assumindo sua

responsabilidade social na construção/reconstrução do conhecimento científico das novas gerações, em função da transformação da realidade. O processo de aquisição do conhecimento científico realiza-se através da aprendizagem significativa. Esta envolve não apenas os processos cognitivos dos alunos, mas também suas relações subjetivas e objetivo-social de existência, no contexto em que vivem.

As novas tecnologias que a escola possui são a TV, Vídeo, DVD, Rádio-gravador, internet, acervo de fitas. Contudo, estamos vivenciando ao nascimento da tecnologia digital, que poderá ter um impacto ainda maior no processo ensino-aprendizagem. Será uma outra revolução que os educadores terão de enfrentar sem ter digerido totalmente o que as novas tecnologias têm a oferecer.

Embora as sofisticações sejam ainda maiores, existem dois aspectos que devem ser observados na implementação dessas tecnologias na educação. Primeiro, o domínio do técnico e do pedagógico não deve acontecer de modo estanque, um separado do outro. É irrealista pensar em primeiro ser um especialista em informática ou em mídia digital para depois tirar proveito desse conhecimento nas atividades pedagógicas. O melhor é quando os conhecimentos técnicos e pedagógicos crescem juntos, simultaneamente, um demandando novas idéias do outro. O domínio das técnicas acontece por necessidades e exigências do pedagógico e as novas possibilidades técnicas criam novas aberturas para o pedagógico, construindo uma verdadeira espiral de aprendizagem ascendente na sua complexidade técnica e pedagógica.

O segundo aspecto diz respeito à especificidade de cada tecnologia com relação às aplicações pedagógicas. O educador deve conhecer o que cada uma dessas facilidades tecnológicas tem a oferecer e como pode ser explorada em diferentes situações educacionais. Em uma determinada situação, a TV pode ser mais apropriada do que o computador. Mesmo com relação ao computador, existem diferentes aplicações que podem ser exploradas dependendo do que está sendo estudado ou dos objetivos que o professor pretende atingir.

As facilidades técnicas oferecidas pelos computadores possibilitam a exploração de um leque ilimitado de ações pedagógicas, permitindo uma ampla diversidade de atividades que professores e alunos podem realizar. Por

outro lado, essa ampla gama de atividades pode ou não estar contribuindo para o processo de construção do conhecimento.

Ao sentir-se mais familiarizado com as questões técnicas, o professor pode dedicar-se à exploração da informática em atividades pedagógicas mais sofisticadas. Assim, aprender significa apropriar-se da informação segundo os conhecimentos que o aprendiz já possui e que estão sendo continuamente construídos. Ensinar deixa de ser o ato de transmitir informações e passa a ser o de criar ambientes de aprendizagem para que o aluno possa interagir com uma variedade de situações e problemas auxiliando-o em sua interpretação para que consiga construir novos conhecimentos.

Se o conhecimento é produto do processamento da informação, como será possível incentivar esse processamento e como ele acontece? Será que ele pode ocorrer espontaneamente ou necessita de auxílio de indivíduos mais experientes que possam facilitar o processamento da informação ou a sua organização de modo que se torne mais acessível? Tudo indica que a espontaneidade é insuficiente como meio gerador de conhecimento. Com auxílio adequado de especialistas poderemos atingir graus de excelência educacionais cada vez maiores.

3 - ENSINO APRENDIZAGEM

Os profissionais da educação e gestores devem ter competências , realizar ações democrática e coletiva, globalizar, informar, para gerar uma aprendizagem de qualidade, mudar as convivências das pequenas coisas que acontecem no dia –a- dia da Unidade Escolar. Nossos educadores deverão ter relacionamentos e propósitos com práticas de integração, união, democratização, interagir em grupos, modernizar, extrair aprendizagem a partir de tudo o que é vivido, capacidade de fazer acontecer, gerar mudanças, produzir com qualidade, sucesso, resgatar a auto-estima nos educandos.'

Segundo ROLINK (1992.P.4) “essa mudança de perspectiva nos traz outras compreensões que significa afirmar que o ser humano é um “ser em relação”. Significa, antes de tudo, que não somos identidade, um “sujeito” definitivamente constituído, mas um “permanente processo de subjetividade,

efeito do também permanente encontro com o outro”.

Cabe as pessoas que estão no sistema educacional, gerenciando a Educação

O pedagógico, criar idéias, formas superadoras de obstáculos , preparando seres humanos com relevâncias na sociedade, nas empresas, nas indústrias organização escolar. Profissionais estes criativos , gerador de ações, sempre evoluindo, buscando sucesso e modernizando suas tecnologias no trabalho. Para (Paulo Freire, 1986 p.85) ‘A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode juntar-se numa compreensão dos homens seres vazios, a quem o mundo encha de conteúdo... mas sim a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.’

A concepção de ensino e as práticas realizadas pelo professor certamente terão de ser diferenciadas conforme os objetivos propostos, direcionados a internalização ou a conscientização. O gestor deve assegurar que todas as pessoas melhorem a cada dia seu trabalho, suas práticas cotidianas, que essa melhoria seja transmitida para um grupo maior de tal forma que o agregado das convivências democráticas estejam crescendo junto.

O Artigo 2ª da Lei de Diretrizes e Bases, determina: “A educação, dever da família e do Estado , inspirado nos princípios de liberdade, idéias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei Nº 9.394 de 1996,p. 29).

A aprendizagem no contexto escolar, deve ser coletiva, mútua, nas formas metodológicas com técnicas eficazes, de fácil compreensão pelo educando, passando idéias de uma pessoa para outra, formando um elo de ligação entre os profissionais, educandos e seus familiares. A humildade de aprender com os pais e vice-versa, com outras crianças, agindo assim estamos em contínuo processo de aprendizado vivo, e que este, tenha utilidade naquilo que as pessoas fazem na vida.

O caminho para a educação acontecer democraticamente é garantir que todos estejam trabalhando ativamente engajados no processo educativo, incentivando para atividades produtivas, com paz de espírito, serenidade para

o desenvolvimento educacional. Proporcionar ambientes serenos, calmos arejados, limpos ou seja, condições essenciais para a efetivação dos processos de ensino aprendizagem.

4 - AVALIAÇÃO

A avaliação do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi acompanha as atividades e avalia levando a reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político - pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas. Bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas, criação coletiva. Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Avaliadores que conjugam as idéias de uma visão global, analisam o Projeto Político- Pedagógico, não como algo estanque, mas desvinculando aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. A avaliação tem um compromisso mais amplo, avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico .

A avaliação deve compreender e discernir ambos os processos, do ensino e da aprendizagem, estabelecendo um elo de ligação e a permuta de experiências entre eles, enriquecendo-os, na busca de torná-los eficientes.

Considerando a avaliação dessa forma, é possível salientar dois pontos importantes. Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela permite uma direção às ações dos educadores e dos educandos.

O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e a proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva.

A avaliação do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras . Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de

aprimorar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

5 - GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

O Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi segue indicadores para instrumentalizar a gestão democrática e o trabalho coletivo.

A gestão democrática é o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

De acordo com o Art. 2º da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação pra o trabalho.

O Art. 3º destaca, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação

dos sistemas de ensino;

IX. Garantia de padrão de qualidade;

X. Valorização da experiência extra-escolar;

XI. Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Os princípios da Gestão Democrática estão garantidos na Constituição Federal de 1988, e em seu artigo 206 exara: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

A gestão democrática também é ratificada pela LDBEN 9.394/96, artigo 3º inciso VIII: o ensino será ministrado com base no princípio de gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

No artigo 14 da LDBEN 9.394/96, fica definido que os sistemas de ensino definirão as normas da Gestão Democrática através da participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica; e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No artigo 15 desta mesma Lei, fica declarado que os sistemas de ensino assegurarão às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

A deliberação 16/99, do Conselho Estadual do Paraná, define as normas para Gestão Democrática:

Art. 4º - A comunidade escolar é o conjunto constituído pelos corpos docentes e discentes, pais, alunos, funcionários e especialistas, todos protagonistas da ação educativa em cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único: A Organização institucional de cada um desses segmentos terá seu espaço de atuação reconhecido pelo regimento escolar.

Art. 5º - A direção Escolar em como principal atribuição coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida pelo estabelecimento.

Art. 6º - A gestão escolar da escola pública, como decorrência do princípio constitucional de democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de direção um colegiado.

§ 1º - O órgão colegiado de direção será deliberativo, consultivo e fiscal, tendo como principal atribuição estabelecer a proposta pedagógica da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino.

§ 2º - O órgão colegiado de direção será constituído de acordo com o princípio da representatividade, devendo abranger toda a comunidade escolar, cujos representantes nela terão, necessariamente, voz e voto.

§ 3º - Poderão participar do órgão colegiado de direção, representantes dos movimentos sociais organizados, comprometidos com a escola pública, assegurando-se que sua representação não ultrapasse 1/5 (um quinto) do colegiado.

A democratização da Gestão pressupõe compreender: a educação como um direito de todos; a escola como um serviço público.

A natureza da *res pública* exige a transparência nas decisões e a real possibilidade de interferência, condições básicas para a democracia e a participação. (SPOSITO, 1999)

A participação como política pressupõe a alteridade. O consenso não é o ponto de partida para a interação dos protagonistas, pois apenas obscurece a diversidade; ele deve ser buscado numa trajetória que comporte a discussão, o conflito; enfim, o consenso e as decisões devem ser construídas coletivamente.

As políticas públicas para a educação profissional recebem a partir da segunda metade dos anos 90, uma reforma que estabeleceu uma nova configuração de educação profissional (Decreto nº 2.208/97 e Portaria MEC nº 656/97), com o apoio do Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), (Portaria MEC nº 1.005/97), com repercussão não apenas no sistema federal de ensino, mas também nos estaduais.

Implementar no sistema estadual de ensino, políticas de formação continuada para profissionais que garanta modalidades de ensino com qualidade na aprendizagem, adequada aos padrões culturais, sociais, científicos e tecnológicos com gratuidade de recursos necessários à formação do educando. E, recursos tecnológicos e científicos nas Unidades de Ensino para o Ensino fundamental e Médio.

Conforme PAULO FREIRE é necessário acreditar na possibilidade de ir além do amanhã, sem ser ingenuamente idealista. É necessário perseguir as

utopias, como relação dialética entre denunciar o presente e anunciar o futuro. É necessário antecipar o amanhã pelo sonho de hoje. O sonho é um sonho possível ou não? Se for menos possível, trata-se para nós, de sabermos como torná-lo mais possível, trata-se para nós de sabermos como torná-lo mais possível.

A gestão democrática na escola emana da Lei maior da educação brasileira - LDBEN nº 9.394/96- que em seu artigo 14 afirma que:

“os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades. Para conferir essa autonomia à escola, a lei define os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades em conselhos escolares ou equivalentes.

Para CURY (2000, p.164) “o termo gestão tem sua raiz etimológica em GER, que significa fazer brotar, fazer nascer.”

“Gestão nasce da interlocução, do diálogo, pela paciência em buscar resposta dos conflitos, sejam eles políticos, na escola na empresa, na comunidade ou nas relações sociais. A gestão administrativa através da democracia, pelo diálogo e pelo envolvimento coletivo.”

(MEC, 2004 cad 1 p.20). É atribuição do Conselho Escolar deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras; analisar, empreender e viabilizar o cumprimento das finalidades da escola; representar a comunidade escolar local.

Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógicas, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática da escola, com o enfrentamento das questões de inclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula. Esse compromisso implica a construção coletiva do projeto político-pedagógico, ligado à educação das classes populares.

Para tanto nosso colégio vai articular o processo de gestão democrática escolar que deve ser global, abrangente, participativo, envolvendo autores e atores nas tomadas de decisões. E ao fazê-lo seja assumindo compromisso para sua implementação, avaliando as ações continuamente do trabalho; para

verificar como estão sendo promovidos resultados transformadores. Gestão democrática implica respeitar o contexto real da comunidade escolar, partilhando responsabilidades com todos os envolvidos família, comunidade, colegiados e educadores , educando, sociedade civil; garantindo educação para todos.

Nessa perspectiva, “é papel das comunidades locais participar nas decisões relativas aos rumos, diretrizes e organização de suas escolas, como forma de garantir uma educação de qualidade que possa ter continuidade, mesmo com as mudanças que ocorrem no quadro político” (Setúbal et al, p. 151). Assim sendo, esta instância é de suma importância para escola, posto que é através desse espaço de discussão democrática que idéias, sugestões, princípios e ações são discutidos, consensuados e realizados de forma conjunta e participativa.

Para gerenciar a gestão democrática exige muita compreensão, pensar e agir com profundidade os problemas posto pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle pelos educadores com ações coletivas, criadoras, participativas e críticas.

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, negando o individualismo; da reciprocidade que elimina a exploração; da solidariedade superando opressão; da autonomia, anula a dependência de órgãos intermediários que elabora políticas educacionais da qual a escola é mera executora.

A busca da gestão democrática inclui, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativas-pedagógicas-financeiras desenvolvidas no colégio.

Nas palavras de MARQUES (1990, p.21).”A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalecendo as pressões para que sejam elas legítimas, garantindo o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribuir para que contempladas questões que de outra forma não estariam em cogitação”.

Neste sentido, fica claro entender que a gestão democrática, no interior

da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois trata da participação crítica e coletiva da UE, sua gestão, seus projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo.

A Constituição Federal de 1998, (Art.206, inciso VI), há mais de dez anos instituiu a “gestão democrática do ensino público”. O debate se intensificou e alguns Estados já sancionaram suas leis que dispõem sobre o tema.

Como disse Carlos Drummond. “É necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano tornando-se essencial à vida escolar quanto a presença de professores e alunos. Há de se criar condições concretas para seu exercício, que implica em providenciar as providências, em: construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio- políticos capaz de atuar de acordo com as necessidades desse novo contexto pedagógico político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados à participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino (plano de carreira, política salarial, capacitação profissional. É importante que conheçamos as experiências já vivenciadas, tendo o conhecimentos dos limites e avanços e, num processo contínuo de práticas e reflexão grupal, superaremos as falhas aperfeiçoando seus aspectos positivos, criando novas propostas para os problemas que persistem.

Para que possamos vivenciar as democratizações da gestão escolar, pressupostos e parâmetros, tendem garantir maior sucesso na conquista da democratização da escola e de melhor qualidade para todos

5.1 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E GERENCIAMENTO DOS COLEGIADOS

Para atender às suas necessidades de administrar melhor seus recursos humanos, as escolas começaram a ter maior preocupação com o desenvolvimento dos programas, projetos, regras e procedimentos de trabalho. Dessa forma surgiram os pequenos grupos e equipes de trabalho, destinados à realização de atividades específicas, e à medida que eles proliferaram, acabaram dando origem a um sistema de Recursos Humanos mais complexo.

Diariamente, percebe-se a necessidade de gerenciar a complexidade envolvida na dinâmica desses grupos, e equipes e indivíduos e a importância de entender as suas peculiaridades, suas formas de implantar o trabalho e suas características de operacionalização das estratégias existentes no Plano Político-Pedagógico. Os resultados das atividades de gestor escolar dependem da utilização de uma metodologia eficaz para a administração dos processos de Recursos Humanos do sistema escolar.

Independentemente da proporção e da configuração desse processo, o que importa é que a escola precisa garantir que os resultados gerados por essas atividades atuem de maneira integrada, racionalizada e com vistas ao alcance de resultados.

Quando falamos em integração de atividades em recursos Humanos, referimo-nos às relações de dependência entre elas para garantir resultados globais e à forma como também devem estar alinhadas estrategicamente com as tendências das diretrizes educacionais e com os objetivos e metas da escola, garantindo o seu desenvolvimento como um todo.

É preciso entender a razão da existência dos grupos, entender suas atividades, suas características e seu grau de contribuição para os resultados, na rotina de gestão de uma escola, é necessário aprender a intervir nos seus limites de atuação dentro do sistema, na integração de suas atividades com as demais ações e responsabilidades escolares para que ocorra o alcance das metas estabelecidas no Projeto Político- Pedagógico (PPP).

Gerenciar pessoas é uma atividade que requer a construção de competências. Cabe, portanto, à escola a busca do desenvolvimento dessas competências. Elas dar-se-ão primeiramente pelo processo de elaboração do PPP para aquisição da visão estratégica; posteriormente, pelo planejamento de ações e , finalmente, pelo gerenciamento eficaz de suas atividades.

Todas as dinâmicas do trabalho devem estar alinhadas com as metas do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, onde fica garantido “a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola”(LDB nº 9393/96, Artigo 14, & 1º).

A união e a participação dos pequenos grupos, vai gerar produtividade e mais rapidez na resolução dos para efeito de mudanças no cotidiano. Os

gestores devem utilizar os trabalhos coletivos com equipes e colegiados, para gerenciar todos os recursos de forma harmoniosa, elogiando e aceitando idéias. Definindo padrões de prioridades, incentivando para dar vida aos grupos e equipes, mas sempre conceder bons resultados de acordo com dispositivos legais da legislação e Projeto Político Pedagógico.

Segundo (CARDOSO e PAZET, 2001 p. 57) A mobilização participativa não requer que as pessoas estejam num mesmo espaço físico ou que reconheçam o que quer é conhecer e compartilhar o significa e a interpretação do ato participativo, ter certeza coletiva do que faz, do que é feito e entendido da mesma maneira por outros da mesma categoria de trabalho.

Um bom gestor desenvolve suas habilidades, relacionando-se com as pessoas, assim descreve o trabalho, as funções, cargos, como lidar com cada profissional na rotina das atividades cotidianas da escola, abrangendo os seguintes órgãos na gestão democrática e colegiados escolares, atendidos como processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo a tomada de decisão conjunta na execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar a equipe de gestores, equipe pedagógica, equipe administrativa, pais alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino.

6 - PRINCIPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O tempo escolar é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas e cursos.

O horário escolar, que fixa o número de horas por semanas e que varia em razão das disciplinas constantes na grade curricular, estipula também o número de aulas por professor. Tal como afirma ENGUITA (1989) As matérias tornam-se equivalentes, porque ocupam o mesmo de horas por semana, e são vistas como tendo menor prestígio, se ocupa menos tempo que as demais.

A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em

períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O controle hierárquico utiliza o tempo que muitas vezes é desperdiçado e controlado pela administração e pelo professor para ENGUITA (1989) ao discutir a questão de como a escola contribui para apontar precisão temporal nas atividades escolares, assim se expressa:

A sucessão de períodos muito breves, sempre de menos de uma hora, dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de seqüência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração . A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem precisam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada.

É preciso tempo para que os educadores, aprofundem seu conhecimento sobre seus alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para caminhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação É necessário tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula.

6.1 - Igualdade

Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, SAVIANI (1982, p.63) alerta-nos para o fato de que há uma desigualdade no ponto de vista de partida, mas a igualdade no ponto de vista de chegada deve ser garantida pela mediação da escola. O autor destaca: “Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada.”

Igualdade de oportunidade requer, portanto mais expansão quantitativa de ofertas; requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade.

6.2 - Qualidade

A qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais.

O desafio que se coloca ao projeto- político- pedagógico da escola é o de propiciar uma qualidade para todos.

A qualidade que se busca implica duas dimensões indissociáveis: a formal e ou técnica e a política. Uma não está subordinada à outra; cada uma delas tem perspectivas próprias.

A primeira enfatiza os instrumentos e os métodos, a técnica. A qualidade formal não está a feita, necessariamente a conteúdos determinados. DEMO (1994, p. 14) afirma que a qualidade formal “(...)” significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas técnicas, procedimentos, diante dos desafios do desenvolvimento.

A qualidade política é condição imprescindível da participação. Está voltada para os fins, valores e conteúdos. Quer dizer” a competência humana do sujeito em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana” DEMO,1994, p.14).

Nesta perspectiva é que o Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi centra-se no desafio de manejar os instrumentos adequados para fazer a história humana. A qualidade está relacionada com a qualidade política e esta depende da competência dos meios.

A escola de qualidade tem a obrigação de evitar todas as maneiras possíveis à repetência e a evasão. Tem que garantir a meta quantitativa do desempenho satisfatório a todos. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças, em idade escolar, entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. Em sínteses, qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar” (DEMO, 1994 p. 19).

O Projeto Político Pedagógico, ao mesmo tempo, que exige dos

educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. Essa distinção clara entre fins e meios, é essencial para a construção do Projeto Político-Pedagógico.

6.3 - Liberdade

Liberdade é outro princípio constitucional. O princípio da liberdade está sempre associado à idéia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate o sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas.

Para RIOS (1982, p. 77), a escola tem uma autonomia relativa e a liberdade é algo que se experimenta em situações e esta é uma articulação de limites e possibilidades. Para a autora, a liberdade é uma experiência de educadores e constrói-se na vivência coletiva, interpessoal. Portanto, “somos livres com os outros” 9 grifos da autora. Se pensarmos na liberdade na escola, devemos pensa-la na relação entre administração, pedagogos , professores, funcionários e alunos que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do projeto político- pedagógico e na relação destes com o contexto social mais amplo.

HELLE (1982, p. 155) afirma que: A liberdade é sempre para algo e não apenas liberdade de algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa. Encontramo-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele há outros que não são!

Por isso a liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente em nossa unidade escolar.

7 - VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

A qualidade do magistério é um princípio central na discussão do Projeto Político-Pedagógico.

A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política ou cultural do país relacionam-se estreitamente, inicial e continuada, condições de trabalho, recursos didáticos, físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula; remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério.

A melhoria da qualidade da formação e a valorização do trabalho pedagógico requerem a articulação entre instituições formadoras, no caso as instituições de ensino superior e a Escola Normal, ou seja a própria rede de ensino. A formação profissional implica, também, a indissociabilidade entre a formação inicial e a formação continuada.

Segundo CARVALHO e VEIGA, 1994 o reforço à valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes o direito ao aperfeiçoamento profissional permanente, significa “valorizar a experiência e o conhecimento que os professores têm a prática pedagógica”.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais da mas também propicia, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político-pedagógico. Assim, compete à escola:

- a) proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
- b) elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

A escola não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade, fazendo parte

da formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática avaliação metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino. As instituições escolares representam "armas de contestação e luta entre grupos culturais e econômicos que têm diferentes graus de poder. Por outro lado, a escola é local de desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

Para (VEIGA 1991) crescente, ainda, que: "A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto."

8 - PRESSUPOSTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Vale lembrar que o Colégio Padre Henrique Vicenzi, irá seguir sua aplicação de gestão; baseando-se nos pressupostos a seguir.

A gestão democrática procura refletir sobre os limites e possibilidades da construção cotidiana de uma gestão participativa a partir das escolhas, das atitudes e ações implementadas por todos e por cada um dos integrantes da comunidade escolar e como o gestor pode impulsionar ou frear esse movimento.

Administrar democraticamente o espaço escolar é uma atividade que exige comprometimento, com o fazer educativo. Nosso colégio vai impulsionar uma "democracia participativa", significa dizer que todos os envolvidos no cotidiano da escola, os professores os funcionários, os pais colegiados, os alunos, equipe pedagógica, comunidade, coordenados pelo gestor, tenham voz e vez na educação e aplicação dos projetos comuns e da proposta pedagógica da escola.

A escola deve se construir num espaço de convivência social, fundamentada pela ética, essa convivência deve estar dirigida por uma ação coletiva-política. Política no sentido de que seus integrantes estejam escolhendo suas estratégias de ação, decidindo fazendo. Para tanto, "político-pedagógico" quer dizer que a proposta pedagógica do colégio é política no sentido da organização de um bom público e no sentido do processo educacional cuja finalidade, é voltada para a vivência democrática. Então, a Unidade Escolar vai trabalhar sob as seguintes perspectivas:

1º - Capacitar todos os segmentos

A capacitação exige aprendizado, principalmente, quando se trata de uma comunidade, que, historicamente, tem sido excluída dos processos decisórios de seu país, que é o nosso caso. As experiências revelam a comunidade externa quanto a comunidade interna da escola, apresentam limites à participação. Para o efetivo exercício da gestão democrática da escola é necessário capacitar todos os seus segmentos, principalmente pais e alunos, respondendo as experiências dessa prática. As Secretarias de Educação devem, portanto, comprometer-se com esta capacitação.

2º - Consultar a Comunidade Escolar

Se desejamos que a população se incorpore à vida social, com presença ativa e decisória, não podemos conceber a definição da política educacional e a gestão escolar com caráter centralizador autoritário. O processo de consulta e intervenção, por parte dos usuários, junto aos órgãos governamentais, deve ser prática constante. Nesse sentido, seminários, assembléias, debates e encontros, devem ser promovidos para esclarecer a população e contar com sua participação, seja na definição das políticas educacionais, seja na vivência delas na prática cotidiana.

3º - Institucionalizar a Gestão Democrática

A consulta e a participação das comunidades escolares possibilitam aos governos estaduais e municipais respaldo democrático para encaminhar ao Poder Legislativo, Projetos e Lei mais consistentes, que atendam às reais necessidades educacionais da população.

Como projetos de capacitação de todos os profissionais, funcionários e serviços gerais. Projetos de políticas salariais e valorização do magistério. Projetos de implementação do pedagógico e espaços físicos e mobiliários com qualidade, modernidade e tecnologia.

Projetos de descentralização de verbas que atendam necessidades mais urgentes e rápidas.

Projetos relacionados ao meio ambiente (Agenda 21).

4º Lisura nos Processos de Definição da Gestão.

Para que se garantam transparência e respeito aos éticos nas ações relacionadas à gestão democrática, escolha, dos dirigentes escolares,

implantação dos Conselhos de Escolas e gestão da instituição educativa, todos os cuidados devem ser tomados pela comunidade escolar e pelas instituições e pessoas envolvidas nesse processo no sentido de garantir a todos as informações e de fixar, democraticamente, as normas de mecanismos de fiscalização.

5º Agilização das Informações e Transferências nas Negociações

A descentralização implica em acesso de todos os cidadãos à informação. Informação essa, não necessariamente no início do processo administrativo, mas durante todo o movimento de interação entre Estados e cidadãos usuários dos serviços públicos.

Nesse sentido, as instâncias administrativas não podem prescindir de canais que possibilitem agilidade e eficiência no processo comunicativo entre elas e a população.

9 - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

A formação continuada em serviço é uma necessidade, e para tanto é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo, leitura e discussão entre professores, dando condições para que possam ter acesso às informações mais atualizadas na área de educação e de forma a que os projetos educativos possam ser elaborados e reelaborados pela equipe escolar. Os professores devem ser profissionais capazes de conhecer os alunos, adequar o ensino à aprendizagem, elaborando atividades que possibilitem a ação reflexiva do aluno. É preciso criar uma cultura que favoreça e estimule o acesso dos professores a atividades culturais, como exposições, cinemas, espetáculos, congressos, como meio de interação social.

Competências Exigidas

- Considerar os conhecimentos construídos pelos alunos fora da escola;
- Considerar os conhecimentos a serem construídos como produção cultural socialmente significadas que devem ser recursos a serem mobilizados;
- Identificar e explicitar as competências a serem construídas ou mobilizadas pelos alunos;

- Considerar, explicitar e explorar as relações interdisciplinares;
- Trabalhar regularmente com problemas;
- Contextualizar os conhecimentos, os problemas e as atividades;
- Criar e utilizar vários meios de ensino;
- Negociar projetos dos e com os alunos e gerenciá-los coletivamente;
- Adotar um planejamento flexível e saber improvisar;
- Desenvolver uma avaliação formativa e permanente durante o trabalho;
- Implementar e explicitar para os alunos o contrato didático.

Não se deve esperar que todos os professores tenham desenvolvido todas essas competências. Alguns professores possuem algumas delas ou alguns aspectos de determinadas competências, outros possuem outras. Isso ocorre uma vez que existem diferenças na formação e nas experiências de cada professor. É justamente essa diversidade de conhecimentos e de competência profissional que vai caracterizar a equipe da escola e suas necessidades de desenvolvimento profissional, seja em termos da equipe como um todo, seja em termos individuais.

Quando se fala em educação continuada estamos falando de um profissional que está no pleno exercício de sua atividade – a prática docente. A prática pedagógica é, por um lado, o ponto de partida da formação na medida em que vai indicar a demanda para a capacitação. Por outro lado, a prática é o próprio objeto da capacitação. As ações de formação precisam sempre partir de uma reflexão, de uma tematização ou problematização da prática do professor.

É necessário que a capacitação do professor seja coerente com os princípios que se quer que ele aprenda e aplique, fazendo-os tomar consciência dos conceitos que estão em jogo e da forma como se desenvolvem as situações de aprendizagem. A situação de capacitação deve ser um exercício ou exemplo daquilo que se quer que ele desenvolva na sua prática pedagógica.

A formação continuada vem de encontro ao fato de que, na sociedade do conhecimento e no mundo do trabalho, será preciso achar formas de continuar aprendendo sempre e desenvolver-se profissionalmente. No caso do professor, a escola é o contexto privilegiado da formação continuada, o lugar para continuar aprendendo e se desenvolver profissionalmente. A partir da

consciência das suas reais e concretas necessidades para exercer seu papel de gestor do ensino e da aprendizagem dos alunos.

O Colégio estadual Padre Henrique Vicenzi – EFM, garante o programa de Capacitação para professores e equipe técnica com atividades diversas. Contribuindo assim para a atualização profissional dos mesmos. Esse programa tem como principal objetivo estimular e apoiar à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento e sobretudo ao desenvolvimento do trabalho didático pedagógico da escola.

Este programa nos mostra os resultados de um trabalho de gestão. O diretor aparece com papel centralizador, coordenando um processo de mudança garantindo uma escola consistente, competente e integrada. Através de grupos de estudos detectaremos os problemas e trabalharemos procurando alcançar as metas propostas no projeto político pedagógico.

Nos encontros todos os assuntos serão debatidos. Gestão é um compromisso de todos e o trabalho de uma escola tem que ser coletivo. Nestes encontros propomos também a reorganização da escola: saber o que ela tem, para poder conseguir o que ela precisa.

Aos alunos o programa apresenta coisas novas sobre a escola, aos pais apresenta uma nova maneira de dedicar-se à vida escolar dos filhos, aos funcionários dá uma visão diferente de uma escola e aos professores mudanças de expectativas em relação à redução da repetência, identificando diferenças individuais de alunos, demonstrando habilidades de manejo de sala. A direção, mostra a forma de dividir responsabilidades.

Deve-se oportunizar o crescimento, a troca de experiências, o fortalecimento dos sentimentos de fraternidade e o repensar constante de nossa prática.

E outro ponto fundamental é que em uma escola, deve-se avaliar, para saber se as coisas que são feitas vão bem ou mal, se estão no caminho certo ou não. Se não, é preciso corrigi-las. É necessário corrigir os rumos quando se está complementando, enquanto ainda não se cristalizou a forma errada. Depois que virar rotina, é muito difícil mudar.

Uma das principais estratégias é delegar competência e reforçar a parceria com a comunidade, Prefeitura, Conselho Tutelar, Departamento de

9.1 - Formação e Valorização do Professor

A qualificação e valorização dos profissionais da Educação se apresentam como um dos grandes desafios para a garantia da qualidade do ensino, requerendo uma política pública de formação inicial e continuada para esses profissionais. Considerando que os docentes exercem um papel fundamental no sistema educacional, estabelecem como diretrizes para a formação e valorização do magistério estadual:

- Cursos de formação profissional que garanta uma sólida formação teórica nos conhecimentos a serem ensinados e que levam a superação da histórica dicotomia entre teoria e prática ministradas pelas Instituições de Ensino Superior;
- Cursos de complementação de estudos, de nível superior para a preparação pedagógica do professor para as disciplinas de habilitação profissional no nível médio;
- Cursos de complementação de estudos, de nível superior, para a preparação do professor que atua no Ensino Médio e que não possua formação requerida para sua função, que garanta uma sólida formação teórica, ministrados pelas instituições de Ensino superior;
- Cursos de formação continuada que leve a qualificação profissional e que garanta a participação dos Profissionais da Educação na produção dos novos conhecimentos, nos avanços científicos e tecnológicos;
- Valorização dos Profissionais da Educação, através de um plano de cargos, carreira e vencimentos condizentes com a formação profissional inicial e continuada, que se equiparem os salários com os outros servidores da administração nível superior.
- Assistência à saúde dos profissionais da Educação;
- Políticas de incentivo ao aperfeiçoamento do Profissional da Educação que incluam cursos regulares de especialização,

especialmente mestrado e doutorado, reconhecido pelo capes e estendidos gratuitamente para todos os profissionais.

10 - ACESSO E PERMANÊNCIA

O Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi, conforme legislação vigente oferece acesso e permanência a todas as pessoas da comunidade, sejam elas em idade escolar ou fora dela, conforme Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9.394/96. Que estabelece e garante a educação básica que é formada pela educação infantil ensino fundamental e médio, com finalidade de; “desenvolver o educando assegurando sua formação para o exercício da cidadania fornecendo meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” Art. 21 LDBEN /96).

Segundo (CURY 2002, p 171) o acesso a educação formam um conjunto seqüencial da importância da educação escolar em diferentes fases da vida do educando.

A idéia do desenvolvimento do educando nestas formam um conjunto orgânico e seqüencial (...) o do reconhecimento da importância da educação para diferentes momentos destas fases de vida e da sua intencionalidade maior já posta no art. 205 da Constituição Federal: A educação direito de todos dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O conceito de educação básica é inovador na medida que propõe a conjugação de etapas um só todo “para um país que por séculos negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar” (CURY p. 171).

Das reivindicações advindas dos movimentos sociais organizados e, portanto, legítimas. A partir desses preceitos legais, cabe ao executivo viabilizar por seu cumprimento, propor e implementar políticas educacionais que contemplem tais demandas.

Conforme a LDBEN 9.394 / 96 o Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi

oferece ensino fundamental de (5ª à 8ª série) e ensino médio, com isso oportuniza a escolarização para toda população historicamente incluída reduzindo assim a desigualdade social.

Conforme LDBEN a oferta do ensino público aos indivíduos da sociedade será gratuito e garantido por lei o seu acesso e permanência.

Todo cidadão tem direito individual ou coletivamente de exigir da escola a oferta de vaga. O acesso e a permanência no ensino fundamental segundo CURY (2003, p. 170), “a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio o acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma conseqüente das partes.” Assim, a cooperação entre as instâncias estadual e municipal é imprescindível quando se tem como dever a garantia do direito à Educação Básica a todo cidadão.

Vale lembrar que o Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi como escola pública segue indicadores legais e teóricos conforme citações e, é, um lugar de privilégios onde as crianças e jovens podem ampliar seus saberes científicos e de cidadania.

Em face da complexidade da sociedade contemporânea sendo capaz de exercer sua função no coletivo e refletir condições de melhorar o processo de ensino aprendizagem aos cidadãos, já que estamos num país em que o mercado de trabalho tem profundas desigualdades social.

Para melhorar o acesso e a permanência e para se ter um ambiente de qualidade quanto ao espaço físico, material permanente e didático pedagógico faz-se necessário que a SEED repense em políticas públicas e descentralização de verbas, para se ter um ambiente agradável e confortável para seus educandos. Para tanto o coletivo da unidade escolar deve pensar na universalização e melhoramento da escola neste sentido não dependem somente dos profissionais mas, sim dos órgãos e seus responsáveis e suas determinações. Sendo assim todas as escolas, comunidade, profissionais e SEED deveriam engajar-se na luta pela viabilização,0 transformação; para melhorar a qualidade do ensino.

Hoje um dos maiores desafios que temos nas escolas é fazer com que as

crianças e adolescentes permaneçam nas escolas e consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada, e que os jovens e adultos também tenham os seus direitos educativos atendidos.

Em face disso o Colégio Estadual Pe. Henrique Vicenzi trata essas questões com carinho e cuidado e procura criar estratégias motivadoras que oportunizem uma melhor aprendizagem a todos os cidadãos, e para garantir a freqüência e a permanência a unidade escolar trabalha em parceria com os profissionais da comunidade , pais, conselho escolar, conselho tutelar e polícia militar.

11 - INCLUSÃO

A escola que estamos construindo é um espaço que garante o acesso, a permanência e os avanços efetivos na aprendizagem do aluno.

Na escola que estamos construindo as diferenças individuais estão sempre presentes e a atenção à diversidade é o eixo norteador da inclusão educacional.

No estado do Paraná, o Departamento de Educacional Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento à pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na defesa federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Os principais dispositivos legais e político-filosóficos que possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais asseguram o atendimento educacional especializado, com oferta preferencial na rede regular de ensino, de modo a promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo.

A oferta de atendimento educacional aos educandos com necessidades educacionais especiais no Estado vêm sendo orientada de acordo com a legislação vigente, com destaque aos documentos:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 – Capítulo V – Art. 58, 59 e 60;
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básico

- Parecer nº 17/01 CNE e Resolução CNE nº 02/01;
- Deliberação nº 02/03/ - CEE.

11.1 - SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL QUE COMPÕEM A REDE DE APOIO À INCLUSÃO

Atualmente, há oferta de algum tipo de atendimento em 368 dos 399 municípios, o que representa o índice de 92% de cobertura no Estado. O total de alunos atendidos na área de Educação Especial é de 60.000, sendo que 38.825 recebem na rede conveniada (instituições especializadas), representada pelas escolas especiais, e 21.175 na rede regular de ensino. A partir de 2003, houve um acréscimo significativo de 15% nas matrículas dos alunos que representam necessidades educacionais especiais.

A oferta de serviços e apoios especializados na rede de ensino visa ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas áreas das deficiências: mental, visual, física, surdez, condutas típicas de quadros neurológicos, psiquiátricos, psicológicos e altas habilidades/superdotação, compreendendo:

- Sala de recursos
- Centro de atendimento especializado

A inclusão social de pessoas que apresentam, em caráter temporário, intermitente ou permanente, necessidades especiais em decorrência de possuírem uma condição atípica e que, por essa razão, estão enfrentando sérias dificuldades para tomarem parte ativa na sociedade com oportunidades iguais às da maioria da população. Afora sua condição atípica, estas pessoas têm necessidades comuns a todo ser humano.

O termo “necessidades especiais” é aqui utilizado em seu sentido original, ou seja, com um significado mais amplo do que estamos habituados a supor. Ele não deve ser tomado como sinônimo de deficiências mentais, físicas, auditivas, visuais, múltiplas. Às vezes, encontramos na literatura, em palestras e em conversas informais o uso da expressão pessoas portadoras de

necessidades especiais, ou pessoas com necessidades especiais, como sendo melhor do que pessoas portadoras de deficiência, ou pessoas com deficiência, só para evitar a palavra deficiência.

Concluindo, algumas das principais condições que podem resultar em necessidades especiais são: Deficiências (mental, física, visual, múltipla); autismo; dificuldades de aprendizagem, insuficiências orgânicas; altas habilidades/superdotação; condutas típicas; distúrbio de déficit de atenção com hiperatividades; distúrbio obsessivo compulsivo; distúrbios emocionais síndrome de Tourette.

Por outro lado, estas necessidades são, com freqüência, agravadas por situações sociais marginalizantes ou excludentes como, por exemplo: trabalho infantil, abuso e negligência contra crianças, pobreza, miséria, prostituição, privação cultural, minorias étnicas e raciais.

11.2 - CONCEITO DE INCLUSÃO

Conceitua-se inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então um processo bilateral em que as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Pelo modelo social de deficiência, os problemas com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidade (ou desvantagens) no desempenho de papéis sociais em virtude de seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos

das pessoas que tem essas necessidades; e suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana.

Cabe portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer da sociedade, como se elas “precisassem pagar ingressos para integrar a comunidade”. (FILHO, 1996, p. 4)

11.3 - PRINCÍPIOS DA INCLUSÃO

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como : a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais.

Assim, existe a inclusão no mercado de trabalho, na educação, no lazer e recreação, nos esportes, nos transportes. Quando isso acontece, podemos falar em empresa inclusiva, educação inclusiva, no lazer e recreação inclusivos, no esporte inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Uma outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, mercado de trabalho para todos, educação para todos, educação para todos, lazer e recreação para todos, esporte para todos, transporte para todos.

11.4 - UMA ESCOLA INCLUSIVA

Dizemos que há inclusão quando a escola não exclui alguns de seus alunos ou crianças e jovens candidatos à matrícula em razão de qualquer atributo do tipo: gênero (sexo), cor (etnias diversas), deficiência (física, mental, visual, auditiva ou múltipla) classe social (situação socioeconômica), condições de saúde (vírus HIV, epilepsia, síndrome de Tourette, transtorno mental) e outros. Numa escola inclusiva, todos os alunos, com ou sem alguns desses atributos individuais, estudam juntos nas mesmas classes.

Tomando algumas medidas simples e econômicas como, por exemplo: adaptar recintos da escola bem como técnicas didáticas e atividades de aprendizagem; revisar a política de contratação e treinamento de professores e funcionários; com professores de educação especial, adotar esquemas de apoio para professores do ensino regular e alunos que apresentem necessidades especiais, decorrentes ou não da deficiência; capacitar seu quadro de pessoal a respeito de abordagens inclusivas na escola devendo ela ser física, espacial e cultural.

Os benefícios são muitos, dependendo do quanto de empenho uma escola invista na implementação da filosofia de inclusão social no ambiente escolar.

A escola oferece dentro de suas condições, atendimento a alunos com necessidades especiais, como visual, auditiva e mental.

Os professores não receberam nenhuma preparação específica para atender a esses alunos, mas conseguem se relacionarem e transmitir os conteúdos, porém, muitas vezes, parcialmente tendo dificuldades de atender esses alunos.

Eles são auxiliados principalmente pelos colegas que fazem o elo de ligação entre conteúdo-professor-aluno. Também, a socialização é feita pelos próprios colegas, que colabora.

12 - CURRÍCULO

Historicamente temos vivido um currículo que foi sendo determinado

bases, construído na coletividade em função de organizar a disciplinas (distribuição de tempos, espaços, materiais) sendo produzido por sujeitos que fazem a escola, que expressam interesse, valores, formas de pensar.

O currículo tem expressões de interesses conflituosos e difíceis de serem equacionados; concepções, idéias, relações de poder, a escola assume como artefato socio-cultural com função de produzir conhecimentos (observando diferenças culturais) de definir sua forma de organizar, de realizar com responsabilidade suas escolhas numa dinâmica que envolva todos os que delas fazem parte.

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA & SILVA, 1995:7-8)

O currículo assume uma compreensão mais ampla, inclui todas as ações e relações existentes na escola. Assim, a escola deixa de estar submetida somente a grade curricular determinada por outrem. Para definir coletivamente um currículo e um Projeto Político-Pedagógico que explicita o entendimento de escola, de aluno, de seriedade, neste o planejamento, a avaliação, a estrutura organizacional, as relações de trabalho, o conselho de classe e outros.

A concepção adotada é de que o currículo é uma produção social, construído por pessoas que vivem em determinados contextos históricos e sociais; portanto, não almejamos construir uma proposta curricular prescritiva, mas uma intervenção a partir do que está sendo vivido, pensado e realizado nas e pelas escolas. Essa produção, necessariamente, deve se dar coletivamente, num fazer e pensar articulado que, como dizem Esteban e Zaccur (2002, p. 23)

... é preciso enfatizar o aspecto coletivo de todo este processo. O objetivo central é que o/a professor/a seja competente para agir criticamente em seu cotidiano. Tal competência se

constrói num processo coletivo, no qual tanto o crescimento individual, quanto coletivo, é resultante da troca e da reflexão sobre as experiências e conhecimentos acumulados por todos e por casa um.

Torna-se fundamental em que na medida que venha sendo processado os conhecimentos, novas formas de idéias e condutas e de organização da escola seja manifestada de formas reais e inovadoras.

Procuramos compreender o currículo que transcenda a Grade Curricular (Núcleo Comum e Parte Diversificada, Temas Transversais), entendê-lo como componente do processo educacional, inserido num conjunto de possibilidades integradas à realidade dos educadores, numa visão dialética, mas acessível à percepção histórico-cultural, desenvolvidas em atividades educacionais para construção e socialização do conhecimento. Tem sido metas do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi:

- Promover a articulação entre as disciplinas e a vivência do conhecimento científico;
- Usar e consultar o acervo tecnológico e científico do Estado do Paraná e outros;
- Comungar teoria e prática;
- Priorizar a seqüência, a organização e escolha de conteúdos a serem abordados nas referidas séries, articulando, aprofundando e revisando-os;
- Resgatar valores éticos e sociais;
- Propiciar formas de organizar dentro e fora da escola;
- Organizar um planejamento flexível adaptando-o à realidade.

12.1 - DINÂMICA DO CURRÍCULO

- Trabalhar temas transversais, adequando as disciplinas;
- Palestras de formação para alunos;
- Proporcionar aos professores encontros, palestras, seminários, cursos de aperfeiçoamento profissional;
- Variar técnicas, métodos, recursos para contribuir, de forma significativa,

para construção do conhecimento

12.2 - MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular de cada nível de ensino obedece a legislação vigente e as grades curriculares encontram-se a seguir:

Matriz Curricular - Ano Letivo 2007

Fonte: SAE
Data: 05/03/2007 12:57

Estabelecimento: **HENRIQUE VICENZI, C E PE - E FUND
MEDIO**

Curso: **ENS.DE 1 GR-REGULAR 5/8 SERIE**

Turno: **Manhã**

Ano de Implantação: **2006 - SIMULTANEA**

Módulo: **40
semanas**

Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0301 - CIENCIAS	BNC					3	3	3	4
0725 - ARTES	BNC					2	2	2	2
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC					3	3	3	3
7502 - ENSINO RELIGIOSO *	BNC					1	1		
0401 - GEOGRAFIA	BNC					3	3	3	3
0501 - HISTORIA	BNC					3	3	4	3
0106 - LINGUA PORTUGUESA	BNC					4	4	4	4
0201 - MATEMATICA	BNC					4	4	4	4
1107 - L.E.M.-INGLES	PD					2	2	2	2
Carga Horária Total						24	24	25	25

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.

* Opcional para o aluno e não computada na carga horária da matriz curricular.

BNC=BASE NACIONAL COMUM

PD=PARTE DIVERSIFICADA

Estabelecimento: **HENRIQUE VICENZI, C E PE - E FUND
MEDIO**

Curso: **ENSINO MEDIO**

Ano de Implantação: **2007 - SIMULTANEA**

Turno: **Manhã**
Módulo: **40**
semanas

Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0704 - ARTE	BNC	2	2						
1001 - BIOLOGIA	BNC	2	2	2					
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2					
2201 - FILOSOFIA	BNC	2	2						
0901 - FISICA	BNC	2	2	2					
0401 - GEOGRAFIA	BNC	2	2	3					
0501 - HISTORIA	BNC	2	2	2					
0106 - LINGUA PORTUGUESA	BNC	3	4	4					
0201 - MATEMATICA	BNC	4	3	4					
0801 - QUIMICA	BNC	2	2	2					
2301 - SOCIOLOGIA	BNC			2					
1107 - L.E.M.-INGLES	PD	2	2	2					
Carga Horária Total		25	25	25					

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.

BNC=BASE NACIONAL COMUM

PD=PARTE DIVERSIFICADA

Matriz Curricular - Ano Letivo 2007

Fonte: SAE
Data: 05/03/2007 13:02

Estabelecimento: **HENRIQUE VICENZI, C E PE - E FUND
MEDIO**

Curso: **ENSINO MEDIO**

Turno: **Tarde**

Ano de Implantação: **2007 - SIMULTANEA**

Módulo: **40
semanas**

Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0704 - ARTE	BNC	2	2						
1001 - BIOLOGIA	BNC	2	2	2					
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2					
2201 - FILOSOFIA	BNC	2	2						
0901 - FISICA	BNC	2	2	2					
0401 - GEOGRAFIA	BNC	2	2	3					
0501 - HISTORIA	BNC	2	2	2					
0106 - LINGUA PORTUGUESA	BNC	3	4	4					
0201 - MATEMATICA	BNC	4	3	4					
0801 - QUIMICA	BNC	2	2	2					
2301 - SOCIOLOGIA	BNC			2					
1107 - L.E.M.-INGLES	PD	2	2	2					
Carga Horária Total		25	25	25					

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.
BNC=BASE NACIONAL COMUM
PD=PARTE DIVERSIFICADA

Matriz Curricular - Ano Letivo 2007

Fonte: SAE
Data: 05/03/2007 13:03

Estabelecimento: **HENRIQUE VICENZI, C E PE - E FUND
MEDIO**

Curso: **ENSINO MEDIO**

Turno: **Noite**

Ano de Implantação: **2007 - SIMULTANEA**

Módulo: **40
semanas**

Disciplina	Composição Curricular	Série / Carga Horária Semanal							
		1	2	3	4	5	6	7	8
0704 - ARTE	BNC	2	2						
1001 - BIOLOGIA	BNC	2	2	2					
0601 - EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2					
2201 - FILOSOFIA	BNC	2	2						
0901 - FISICA	BNC	2	2	2					
0401 - GEOGRAFIA	BNC	2	2	3					
0501 - HISTORIA	BNC	2	2	2					
0106 - LINGUA PORTUGUESA	BNC	3	4	4					
0201 - MATEMATICA	BNC	4	3	4					
0801 - QUIMICA	BNC	2	2	2					
2301 - SOCIOLOGIA	BNC			2					
1107 - L.E.M.-INGLES	PD	2	2	2					
Carga Horária Total		25	25	25					

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.

BNC=BASE NACIONAL COMUM

PD=PARTE DIVERSIFICADA

13 - REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico tem sido o determinante legal, com a finalidade de desafiar e organizar o trabalho nas escolas, de modo geral o pensar sobre as funções de educar, formar, ensinar e administrar.

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi parte de três pressupostos básicos para construção do Projeto Político-Pedagógico: a) o PPP é um documento norteador do processo educacional da instituição escolar; b) sua construção é de transformar a realidade, amadurecer as relações coletivas de todas as gestões institucionais; c) o PPP desvela dificuldades, aponta possíveis caminhos, respostas para a instituição educacional. Nesta perspectiva o Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi delinea sua identidade, explicitando suas características, seus objetivos; d) Daí também flexibiliza a importância de articular o trabalho pedagógico na linha democrática, de forma grupal, coletiva, em equipe para resgatar idéias e decisões do trabalho que queremos construir.

O PPP é resultado do processo democrático de decisões, com clareza em seus objetivos, definindo sua forma de organizar o trabalho docente e pedagógico, contribuindo significativamente para a construção do conhecimento de educando, sendo assim um se histórico e social.

A construção do PPP baseia-se na LDBEN 9.394/96 no seu Art. 12, inciso I, que determina que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Desse modo, depois de muitos encontros, debates e reflexões coletivas, determinou-se os procedimentos da teorização.

- 1) Filosofia Pedagógica deverá conter a concepção de mundo, de sociedade, de homem e de escola que queremos trabalhar e construir democraticamente.
- 2) Da organização escolar, trata do regime de funcionamento, estrutura física e humana, as propostas de articulação com algumas organizações da sociedade civil, do processo de planejamento e da avaliação educacional, institucional e do

processo de articulação pedagógica e administrativa entre os níveis de ensino.

- 3) Da organização do ensino, fala-se sobre as funções da comunidade escolar e as normas de convivência dos mesmos. As reflexões deverão ultrapassar os limites das questões tecnoburocráticas e administrativas para irem ao encontro das questões pedagógicas.

13.1 - DO TRABALHO COLETIVO

O Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi é resultado de um processo democrático de decisões que procurou-se definir uma forma de organização do trabalho pedagógico coletivo, tendo que administrar da melhor forma os conflitos e as dificuldades presentes na Unidade Escolar, com seus colegiados e comunidade escolar.

A escola precisa ser estudada horizontalmente, articulada com outras instituições capazes de contribuir para um padrão de gestão democrática em seu interior. Uma gestão que vise a eficiência que, para isso invista na educação em sua globalidade, envolvendo todos os aspectos da escola: físicos, humanos e a participação da comunidade no gerenciamento escolar.

....formar, conjuntamente com outras unidades escolares, equipes inter-escolares em diferentes áreas de conteúdos; convidar com freqüência, especialistas para estudos nas diferentes disciplinas do currículo.

Para que estes objetivos sejam alcançados, considerando agora aspectos externos, precisamos do consenso da sociedade e do poder político sobre a função da escola básica e aquilo que pode ser feito para induzir mudanças saneadoras dos problemas que permeiam as escolas públicas.

A gestão escolar torna-se cada vez mais responsável pela imagem da educação pública, na medida em que supere a fama de ineficiente e vai perdendo seu caráter protecionista e assistencialista. As escolas públicas precisam ter uma política educacional própria que priorize o eixo central da

unidade escolar: o ensino e a aprendizagem. Embora outros aspectos precisem ser assumidos pela instituição por exigências sociais (a merenda escolar, por exemplo), ela deve ter sempre presente que sua tarefa fundamental é a gestão das relações pedagógicas através da qual o ensino e aprendizagem atuam (Vale, 1993m p 110).

13.2 - PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

O Projeto Político-Pedagógico inicia suas reflexões a partir de uma compreensão dialética de mundo, incluindo uma visão democrática progressista. O ser humano social e histórico. Nesta perspectiva parte-se do pressuposto que o conhecimento é um patrimônio coletivo, que necessita ser socializado.

Socializar o conhecimento, no entanto, implica dizer que é direito de todos, zelando pela inclusão e não exclusão, pela democracia e solidariedade. Desta forma este Projeto Político-Pedagógico garante os direitos e deveres preconizados pela Constituição Federal, nos artigos 5º, 6º e 14º e os estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Inspirado dialeticamente numa proposta pedagógica progressista.

A organização escolar que se faz necessária é uma organização competente pedagogicamente, que seja capaz de modificar o quadro atual da escola que se tem hoje.

Precisamos reorganizar a escola para que ela seja capaz de analisar a sua prática e, a partir daí, traçar novos caminhos que almejem um ensino de boa qualidade. Dessa forma, a participação dos professores na organização da escola, nos conteúdos a serem ensinados, nas suas formas de administração será mais democrática na medida em que estes dominarem os conteúdos e as metodologias dos seus campos específicos, bem como o seu significado social, pois só quem domina as sua especificidade numa perspectiva de totalidade é capaz de exercer sua verdadeira autonomia.

O importante, nesse caso, é criar no corpo docente das escolas a capacidade de pensar, agir, num processo contínuo de reflexão da própria

prática docente, como fator determinante para uma ação pedagógica mais consciente, crítica, competente e transformadora.

É nesse ponto que o aspecto administrativo não pode prescindir do pedagógico. A rotina do funcionamento da escola pode ser a possibilidade do diretor aperfeiçoar, continuamente, sua competência administrativa não perdendo de vista a prática educativa. (LIMA, 1992).

13.3 - MATRIZ TEÓRICA

Para ampliarmos nosso conhecimento sobre a construção/reconstrução de conhecimentos, entendemos que se faz necessário uma investigação, mesmo que breve, a esse respeito.

Para Piaget, por exemplo, o conhecimento se constrói a partir da inextricável relação entre os sujeitos e os objetos. (KALFMAN, 1993)

Em seus escritos, Marx já dizia que, o conhecimento jamais poderia ser entendido sem uma relação com a ação, ou seja, a construção de conhecimentos implica a transformação do objeto e do sujeito através da ação. (ibidem)

Vygotsky (1993) já entende que a construção de conhecimentos ocorre na interação entre o sujeito e o meio, sendo ambos históricos, sociais e culturais.

A teoria do conhecimento em Hebermas, por exemplo, implica a teoria da ação comunicativa, onde o fundamental são as formas de comunicação entre os sujeitos, quando procuram algo sobre os objetos. (BOUFLEUER, 1997).

Sendo assim, entendemos que a construção/reconstrução dos conhecimentos não necessita obrigatoriamente, ser embasada apenas em uma teoria, o que significa dizer que a (re) construção de conhecimentos pode implicar a relação dialética entre os sujeitos e objetos; a transformação do objeto e do sujeito através da ação; a interação entre o sujeito e o meio e as relações comunicativas entre os sujeitos.

A questão principal parece, então, reconhecermos que o conhecimento não pode mais ser concebido apenas como transmissão de saberes, nem como uma descoberta, mas sim, como uma construção.

Cabe deixar claro que a ação pedagógica e docente do Colégio Estadual

Padre Henrique Vicenzi estará voltada para um trabalho democrático participativo, contribuindo para uma sociedade também participativa.

Cabe explicitar como se fará a organização do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi e a materialização do Projeto Político-Pedagógico

O pressuposto, anteriormente citado, que entende o conhecimento como um patrimônio coletivo e que, por isso, necessita ser socializado, nos leva a percebê-lo também "... como uma realização intersubjetiva, como um fenômeno social que resulta de uma transmissão entre sujeitos que buscam se entender sobre o mundo." (BOUFLEUER, 1997 p. 74)

A ação pedagógica e docente do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, diante disso, percorrerá caminhos para a construção de uma escola que se caracteriza como um lugar de problematização e de apropriação crítica de conhecimentos, superando a característica de escola como mera reprodutora de conhecimento já elaborado.

Com isto, novas ou outras competências profissionais e humanas deverão ser desenvolvidas pelos professores, direção e funcionários como ponto de partida; competências estas que poderiam ser denominadas, segundo Demo (1995), em construtiva política, estabelecendo assim, um compromisso com a educação de qualidade.

A partir daí, espera-se definir a função social da escola quando, através de uma ação intencional e planejada, procurará contribuir "para a reprodução e renovação da cultura, para o estabelecimento e o reforço das solidariedades e para a formação de identidades pessoais". (BOUFLEUER, 1997 p. 78)

13.4 - O QUE A ESCOLA PRETENDE DO PONTO DE VISTA POLÍTICO PEDAGÓGICO

Do ponto de vista da comunidade escolar foi discutido a questão administrativa que implica em definir quais são as relações de poder existentes na Unidade de Ensino.

Para entendermos e definirmos estas relações torna-se necessário caracterizarmos a função administrativa como sendo uma função

eminentemente política. Assim, a questão administrativa, une-se à questão política, impedindo que se abra “espaço para a ação ideológica, para a consecução de interesses particulares não confessos”. (BOUFLEUER, 1997 p. 91)

Ainda torna-se importante explicitarmos a idéia de político e administrativo. “A questão política se coloca a partir da diversidade de indivíduos e grupos, cujas interações resultam de decisões que são tomadas. A questão administrativa, por sua vez, resulta da necessidade de coordenar tais interações. Por isso a administração da educação tem caráter inerentemente político, e a dimensão política da educação necessita ser administrada”. (idem, p. 92)

Neste sentido, torna-se importante se efetivar um gerenciamento democrático e, por isso participativo, partindo do pressuposto que uma gestão é o “resultado de um conjunto de decisões que, de alguma forma, tomadas pelo tempo e pelo espaço”. É importante dizer que o Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi prima por uma gestão democrática imbuída num processo de definição consensual coletiva.

A ação de administrar a questão política requer tomada de decisões individualizadas quando em conformidade com as normas vigentes do Sistema Público de Ensino.

No que tange às condições necessárias à garantia dos direitos e deveres dos segmentos que compõem a comunidade escolar, o Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi encontra apoio no seu regimento interno, e planejamento geral do Estado, incluindo currículos estabelecendo parcerias com associações escolares como APMF, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios Estudantil, Prefeitura Municipal, Comunidade Escolar, Conselho Tutelar, Igreja, Polícia Militar, Sociedade Civil e algumas empresas e industriais locais.

Neste sentido, concordamos mais uma vez com Boufleuer (1997:990) quando ele diz:

Acerca da escola, a sociedade humana já estabeleceu um grande legado histórico e cultural que, de alguma forma, define o que seja uma instituição educacional. Assim, há um instituído (normas e práticas) acerca dos papéis de professores, alunos, pais e administradores, dos conteúdos de saber, dos objetivos da escola, etc. Mas por outro lado,

esse instituído, sempre está na dependência de o instituinte (coletivo humano envolvido) manter ou não o consenso que o garante. As pessoas que compõem a parte viva e dinâmica de uma escola podem mudar suas concepções, seus objetivos e suas práticas e, conseqüentemente, instaurar um novo consenso coletivo redimensionando o instituído. Evidentemente que tais alterações não podem ocorrer a toda hora, já que isso inviabilizaria o funcionamento da instituição. Daí a importância dessa contrapartida proporcionada pelo instituído, que é a estabilidade. Uma estabilidade sempre provisória e dependente da dinâmica do instituinte, mas garantida por um certo tempo. Mas, o mais importante é que essa visão dialética do processo administrativo permite manter a dinâmica histórica, fazendo com que nada do que aí está como estrutura institucional seja vista como dado em definitivo e, portanto, imutável.

Este registro das discussões coletivas originou-se de uma concepção filosófico-pedagógica do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, mostrando a importância de se ter claro o sentido geral que irá nortear o conjunto de ações. Em sentido geral, expressa uma intencionalidade coletiva, que virá conferir ao processo educativo a perspectiva de unidade e coerência.

III MARCO OPERACIONAL

1 - PROCESSO DE PLANEJAMENTO

1.1 - GESTÃO PARTICIPATIVA

Em educação, pensar em processo, significa pensar em ver o mundo como uma série de relações, entendendo a realidade como um processo contínuo (Doll Jr. 1997). Neste sentido, parece importante ressaltar que, o processo de planejamento do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi tem grandes possibilidades de ser um processo para esclarecer e tornar precisa a ação de todo o grupo, já que tem sido construído a partir das relações existentes na comunidade escolar.

Das discussões realizadas para a construção deste PPP, ficou o pensamento que o planejamento inclui a execução, ou seja, que o planejamento só terá sentido se for posto em prática e que, por isso, exige que seja um processo educativo onde deverão ser enfatizados a participação, a democracia, a cooperação e a solidariedade.

Concordamos com Gandin (1993:13) quando ele diz:

*a) no planejamento temos em vista ação, isto é, temos consciência de que a **elaboração** é apenas um dos aspectos do processo e que há a necessidade da existência do aspecto **execução** e do aspecto **avaliação**;*

b) no planejamento temos em mente que sua função é de tornar clara e precisa a ação de organizar o que fazemos, de sintonizar idéias, realidade e recursos para tornar mais eficiente nossa ação;

c) temos como definida e em vivência a idéia de que todo autoritarismo é pernicioso e que todas as pessoas que compõem o grupo devem participar (mais ou menos, de uma forma ou de outra) de todas as etapas, aspectos ou momentos do processo”.

O processo de planejamento do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi passa a ser construído a partir de três perguntas, sugeridas por Gandin (1993):

1ª) **O que queremos alcançar?** Para responder a esta pergunta, assumiremos um duplo posicionamento: o político e o pedagógico. Em relação ao político, pretendemos trabalhar no sentido de poder contribuir para a construção de um Homem social e histórico, inserido em uma sociedade participativa e democrática. Quanto à parte pedagógica, estaremos entendendo a ação educativa como uma ação social e que, por isso, implica o exercício da articulação entre as funções técnica e social. Implícito ao pedagógico está também a questão de estrutura e funcionamento, quando revelam a estrutura da U.E. e que devem estar explicitadas no regimento Interno.

2ª) **A que distância estamos daquilo que queremos alcançar?** Neste segundo momento cabe-nos não só descrever a realidade, mas fazer um juízo sobre ela. Em outras palavras, parece não ser suficiente apenas reconhecermos o que estamos fazendo (a realidade), mas o que falta fazer para conseguirmos chegar aonde queremos.

Poderíamos, primeiro, demonstrar o que estamos realizando, pelas várias formas de gestão, assim constituídas:

Gestão Participativa: esta gestão trata o planejamento da escola como sendo resultado de discussões que envolvem professores, especialistas, funcionários, pais e alunos. As atividades são desenvolvidas em parcerias conforme já foi mencionada no item sobre a “organização da escola”. Os pais sempre são chamados para participarem de ações que venham contribuir para a formação de seus filhos. A escola incentiva e apóia atitudes de solidariedade e cooperação. A escola procura divulgar os resultados das atividades, com a intenção de socializar o sucesso e a conquista de todos, bem como toda a informação pertinente.

1.2 - DIRECIONAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA VISÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.

É nesta perspectiva que o Colégio Padre Henrique Vicenzi vai buscar direcionar o trabalho pedagógico ; sabemos que nesse caminho é tarefa difícil, mas aos poucos vamos efetivar possibilidades e ações no interior da escola da escola no decorrer do tempo.

Direcionar o trabalho pedagógico democraticamente é buscar produções, modelos inovadores e embates teóricos, possibilitar formas participativas de gestão da educação no espaço escolar.

Nós devemos construir currículos , planos de educação nas disciplinas, projetos escolares que favoreçam a participação de sujeitos sociais e sujeitos da educação, exercício coletivo, compartilhando a construção do saber, da aprendizagem, sem obstáculos á convivência democrática. Segundo CHAUI (1995.p 431) “Democracia é uma forma política capaz de resolver os conflitos e os problemas presentes na sociedade que considera o conflito legítimo e legal, permite que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade.”

Democracia no espaço escolar refere-se aos direitos que é características universais do homem e do cidadão, pois os direitos civis, devem ser baseados nas idéias de igualdade, liberdade, participação nos espaços de convivência escolar entre a comunidade e todos os segmentos da unidade escolar.

No direcionamento democrático todas as pessoas devem participar das discussões e deliberações dos projetos de políticas públicas da educação internas ou externas a escola, pois esses princípios foram estabelecidos na sociedade contemporânea. Abrindo caminhos à participação direta em favor da representatividade. Que abriu novas perspectivas de gestão escolar, surgindo um novo contexto da atual educação do Brasil, com competência , baseadas no modelo de democracia participativa.

Considera-se democrática quando as concepções transcendem no sentidos de representatividade de participação, colocando os cidadãos como centro das ações políticas. Compartilhando suas idéias na construção de relações entre sujeitos do processo educacional e processo de transformações sociais, ela é o espaço privilegiado onde se efetua o exercício do compartilhamento da democracia participativa no trabalho pedagógico.

1.3 - COMO DEMOCRATIZAR O CONTEXTO ESCOLAR

O direcionamento do pedagógico deve resgatar o relacionamento participativo representando pelas concepções democráticas, diagnosticando aspectos que tenham características baseadas em princípios coletivos, compartilhar as convivências entre escola, comunidade e sociedade civil. “Minha prática social de forma consciente, é recente. Foi movimento de politização da educação brasileira que me fez ordenar as idéias. Hoje não consigo separar a pratica social da prática pedagógica...” (CUNHA, 1989. 85).

A questão educacional não é só responsabilidade exclusiva da escola, mas toda sociedade deve primar por uma educação de qualidade para os jovens e crianças.

Relacionando-se para compartilhar suas ações, para resolver problemas que afligem os estabelecimentos e ensino.

As convivências escolares com a comunidade são exigências de todas os setores da sociedade. Hoje , as concepções da escola devem ser espaço de construção compartilhada do conhecimento, já que os estabelecimentos se tornaram pequenos para tantas expressões e diversidades culturais. Precisamos de atitudes abertas, de parcerias com a comunidade, para resolvermos as divergências e conflitos próprios do ambiente escolar.

Para (CHAUÍ, 1995. p. 440). Abrindo horizontes para dialogar com a comunidade, as novas idéias, mudam os paradigmas internos do cotidiano. A ida social é mutável, dinâmica que altera produções de novos conhecimentos. A educação é um fenômeno dessa vida. Também modificada com novas práticas unindo-se as transformações. A gestão administrativa resgata relevância democrática na escola, deve-se perceber os aspetos que influenciam o entendimento para construção da democracia no cotidiano do contexto escolar.

Para o gestor democrático não existe trabalho e esforço individual. Ele deve conhecer os enfoques teóricos dos autores, construindo um caminho que possua diretrizes em práticas de convivências internas, de forma grupal, diálogo aberto de comunicação, integrando-se com a comunidade e seus

segmentos.

Preparar e coordenar encontros, reuniões eficazes para articular diferentes interesses, abordando limites nos obstáculos conflitantes, possibilitar caminhos democráticos, participação que resultem em mudanças internas do cotidiano escolar, no que se refere ao pedagógico, administrativo e financeiro.

Introduzir relações entre um colegiado e outro, com intuito de transformar ações educativas da escola, construindo processo democrático, participativo no ensino aprendizagem, os gestores tem um perfil muito importante no planejamento e execução de todas as atividades educacionais e eventos culturais

Buscar parceria na comunidade e na sociedade civil, parceiros culturais: esportes, lazer, espaços educativos, relacionar-se escola e comunidade, o gestor precisa desses espaços estruturados, organizados para gerar valores afetos saberes, belezas , diálogo, solidariedade, comprometimento participativo, coletivo com o saber . Formando pedagogia solidária nos espaços educativos. Com isso, o educando forma integração com a comunidade educativa, ficando incentivados para tais aprendizados, formando relações democráticas entre escola família e comunidade.

Gestão Pedagógica: o PPP do Colégio estadual Padre Henrique Vicenzi, repetimos, é o resultado de discussões coletivas. São elaborados e executados projetos que contribuem para a aprendizagem, auto estima, rendimento escolar e socialização dos alunos (anexo). Tem sido desenvolvido um trabalho de acompanhamento pedagógico aos alunos que vem da 4ª série necessitam de atenção especial para melhor se adequar aos estudos da 5ª série, com a participação direta do Serviço de Orientação (SOE), que também presta, muitas vezes, apoio pedagógico. De 5ª série ao Ensino Médio, a recuperação da aprendizagem é paralela. A colaboração dos professores (entre turmas e disciplinas) é muito significativa. As turmas são organizadas de forma heterogênea, pois entendemos que todo conhecimento deve ser socializado, inclusive o conhecimento **dos e entre os alunos**. Os horários procuram atender às necessidades dos alunos. As atividades extra-classe, existem, no sentido de completar o que não foi possível realizar nos períodos regulares,

como recuperação (principalmente nas 1^{as} séries), ensaios para eventos, pesquisas, jogos, planejamento de eventos, etc. No ano letivo de 1999, foram realizados Conselho de Classe Participativo. Foi uma iniciativa ainda meio tímida e que necessita amadurecer. Em reuniões pedagógicas também houve tentativas no sentido de avaliar como vem ocorrendo o processo de ensino e de aprendizagem, mas reconhecemos que esta avaliação ainda tem muito que ser discutida. Existe uma certa flexibilidade no cumprimento de normas e deveres para com a escola. Uma medida preventiva a respeito da evasão e repetência tem sido realizada na escola, através do apoio do SOE, sendo apurado junto às famílias, os motivos que levam a não assiduidade, encontrando apoio do Conselho Tutelar e da Assistência Social do município.

Gestão de Pessoas: Quanto ao:

Corpo docente: as decisões, dentro de cada especificidade, são tomadas no coletivo. A escola oferece um ambiente de trabalho limpo e organizado. Reconhece o esforço (ou não) dos colegas, quando são solicitados para algum tipo de atividade. Mantém um tipo de relação embasada em princípios éticos e pedagógicos. Procura atender, dentro de suas possibilidades, às solicitações dos pais, alunos e colegas. Negocia acordos que contribuam para o bom desenvolvimento da escola. Prima por um ensino de qualidade. Trabalha no sentido de alcançar seus objetivos educacionais.

Funcionários: estes possuem condições de trabalho, para que possam desempenhar suas funções. Entendem as determinações legais e o senso de justiça. Aproveitam as oportunidades de capacitação. Desempenham suas funções de acordo com suas possibilidades.

Corpo Técnico e Administrativo: procura manter um bom relacionamento com os colegas, pais e alunos. Recebe colaboração e apoio dos professores, da direção e dos funcionários para a execução de atividades, trabalhando como parceiros. Trabalha em um ambiente limpo, organizado, solidário. Procura unir esforços e conhecimentos para dar conta de uma educação de qualidade e comprometida com a comunidade.

No entanto, entendemos que para mantermos e aperfeiçoarmos todas as gestões, muitas buscas se fazem necessárias e, uma delas seria a construção e execução de projetos que pudessem atender às dificuldades de capacitação

profissional a todos os professores, funcionários e pedagogos, já que o Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi encontra-se a uma distância geográfica, bem significativa, de centros maiores. Tais projetos poderiam ser delineados a partir dos seguintes temas:

- Postura profissional em qualquer tipo de reunião;
- Técnicas socializantes/integradoras para melhorar o convívio entre colegas e estes com os alunos, auto-estima, etc.;
- Comprometimento com a educação;
- Desenvolvimento de capacidades inerentes à educação;
- Procedimentos didáticos (principalmente para professores licenciados que não têm formação pedagógica e possuam tal dificuldade).
- Planejamento;
- Currículo;
- Avaliação; etc.

2 - A FUNÇÃO SOCIAL DE CADA MEMBRO DA COMUNIDADE ESCOLAR E AS RESPECTIVAS FUNÇÕES E/OU ATRIBUIÇÕES

Para falarmos sobre função social dos segmentos da escola, iniciaremos por um conceito de função social:

Conceito: É a parte que cada um desempenha na escola em direção ao todo e, portanto, a contribuição que cada um dá a manutenção da continuidade estrutural da UE. A função social na escola implica, necessariamente, uma interdependência entre os vários segmentos da mesma.

3 - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

- Construir conhecimento para desenvolver a democracia participativa;
- Base na gestão democrática;
- Criação do Conselho Escolar;
- Constituição de 1988, art. 206, assumidos no art. 3º da lei 9.394/96, consta a gestão democrática do ensino público;
- LDB, art. 17, autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira;
- Art.14 – participação dos profissionais na elaboração do PPP e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Função social dos alunos: a função social dos alunos implica a participação nas atividades de classe e extra-classe; a relação cooperativa com toda a comunidade escolar operacionalizam assim, o que vem recebendo da escola.

4 - DA CONSTITUIÇÃO E COMPETÊNCIA

O corpo Discente é constituído de todos os alunos regularmente matriculados no Estabelecimento, competindo-lhe o cumprimento das determinações deste regimento e da legislação vigente no que lhes compete.

4.1 - DOS DIREITOS DOS ALUNOS

De Acordo com o regimento Interno constituem Direitos dos Alunos :

Art. 129 - Além dos direitos que lhe são outorgados pela legislação aplicável e pelo Estatuto da Criança e do adolescente, constituirão direitos do aluno:

I – tomar conhecimento no ato da matrícula, das disposições do Regimento Escolar deste Estabelecimento de Ensino;

II – solicitar orientação dos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, especialmente de Orientadores, Supervisores e Professores;

III – participar de agremiações estudantis;

IV – utilizar os serviços e dependências escolares de acordo com as normas vigentes;

V – tomar conhecimento, através de boletins ou outras formas de comunicação, do seu rendimento escolar e de sua freqüência;

VI – solicitar revisão de notas dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a partir da divulgação das mesmas;

VII – requerer transferência ou cancelamento da matrícula por si, quando maior de idade, ou através do pai, mãe, ou responsável, quando menor;

VIII – manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade.

IX – participar e opinar com coerência das atividades em sala de aula.

4.2 - DOS DEVERES

Art. 130 – Constituirão deveres dos alunos, além daqueles previstos na legislação aplicável e no Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - atender às determinações dos diversos setores do Colégio, nos respectivos âmbitos de competência;

II - comparecer pontualmente a todas as atividades escolares e às aulas no horários de início das mesmas:

III - participar de todas as atividades programadas pelo Colégio;

IV- trazer sempre consigo, quando vier ao Colégio, todo o material necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;

V - trazer sempre consigo, quando vier ao Colégio, a Agenda Escolar;

VI - cooperar na manutenção da higiene e conservação do Colégio, responsabilizando-se por danos ao seu patrimônio, que vier a causar;

VII - comparecer pontualmente às aulas de Educação Física, provas, ensaios, excursões, comemorações e outras atividades oficiais promovidas pelo Colégio;

VIII - justificar, na secretaria, suas faltas mediante anotação na Agenda Escolar, por pessoa responsável;

IX - manter-se atento às aulas e desincumbir-se das tarefas que lhe forem atribuídas pelos professores, dedicando-se ao estudo e à execução dos deveres escolares

X - trazer sempre em dia as tarefas escolares de casa;

XI - acatar a autoridade do Diretor, dos professores e dos funcionários do Colégio e tratá-los com urbanidade e respeito;

XII - tratar com civilidade os colegas, tendo com eles o máximo respeito;

XIII - apresentar-se convenientemente trajado, de acordo com as

exigências do Colégio, com asseio, ou usar o uniforme, quando adotado, convenientemente;

XIV - ocupar, na sala de aula, o lugar que lhe for designado, ficando responsável pela respectiva carteira, zelando pela mesma para que tenha boa aparência e utilidade;

XV - zelar pela conservação do prédio do Colégio, do mobiliário escolar e de todo material de uso coletivo, colaborando para que se mantenha rigoroso asseio no edifício e suas dependências;

XVI - observar, no recinto do estabelecimento, conduta compatível com a disciplina e a boa ordem do ensino;

XVII - usar de seriedade e sinceridade na execução de provas, testes, exercícios, etc.;

XVIII - indenizar o prejuízo quando causar danos materiais ao estabelecimento, ou em objetos de propriedade dos colegas, professores e funcionários;

XIX - participar de todas as promoções do Grêmio Estudantil, elevando o nome da entidade;

XX - dispensar toda atenção às campanhas da APM do Colégio efetuar o pagamento em dia da taxas estabelecidas;

XXI - participar de todas as comemorações cívicas, sociais e religiosas organizadas pelo Colégio.

XXII - na troca de horário de aulas, aguardar o professor na sala e, ao sinal de início das aulas e término do recreio, os alunos deverão tomar seus lugares imediatamente;

XXIII - denunciar à Direção, ou a quem de direito, todo e qualquer ato de aluno, funcionário ou professor, que desrespeitar as normas regulamentares;

XXIV - observar e respeitar as determinações do Regulamento Interno.

4.3 - DAS PROIBIÇÕES

Art. 131 – Fica vedado aos alunos:

I - entrar e sair da classe, durante a aula, sem autorização do professor;

II - ausentar-se do Colégio, em horário de aula, sem a devida autorização, e quando a saída for necessária, deverá apresentar ou assentar a devida justificativa na Agenda Escolar;

III - trazer e/ou tomar bebidas alcoólicas nas dependências do Colégio, ou vir alcoolizado para as aulas;

IV - promover jogos, excursões, coletas, listas de pedidos, rifas ou campanhas de qualquer natureza, sem a prévia autorização da Direção;

V - retirar livros da biblioteca sem a devida autorização;

VI - ocupar-se, durante as aulas, de qualquer atividade que lhe seja alheia, sob pena de apreensão de qualquer objeto estranho à mesma;

VII - formar grupo ou promover algazarras ou distúrbios nos corredores e pátios do Colégio, bem como em suas imediações, durante o período de aulas, início e término;

VIII - impedir a entrada de colegas no Colégio ou às aulas, convocá-los a ausências coletivas ou delas participar, ou gazejar aula individualmente;

IX - trazer para o Colégio material estranhos às atividades escolares, sob pena de apreensão dos mesmos;

X - cometer injúrias ou calúnias contra colegas, professores ou funcionários do Colégio, ou praticar contra os mesmos, atos de violência;

XI - promover ou participar de movimentos de hostilidade ao prestígio do Colégio e seus elementos, e às autoridades constituídas, sob pena de retratação;

XII - praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes;

XIII - divulgar, por qualquer meio, assuntos que envolvam direta ou veladamente o nome do Colégio, dos professores ou funcionários, sem autorização da Direção e/ou dos envolvidos;

XIV - fazer-se acompanhar de qualquer pessoa estranha ao Colégio durante o período letivo e/ou levá-las à sala de aula sem autorização da Direção;

XV - trazer consigo qualquer tipo de arma, bombas ou fogos de

artifício para o Colégio, bem como material cortante ou contundente do tipo faca, canivete, lâmina, tesouras pontiagudas, estiletes, alfinetes, etc.), sob pena de apreensão dos mesmos;

XVI - desrespeitar o colega durante o recreio no momento de receber a merenda escolar (furar fila).

4.4 - DAS SANÇÕES

Art. 132 - As sanções são restritas aos atos praticados pelo aluno alheios a este Regimento Escolar e seguirão as medidas disciplinares baseados no Estatuto da Criança e da Adolescente:

I - aplicáveis pelo professor:

a) advertência verbal, desde que a criança ou adolescente não seja submetido sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento;

b) advertência verbal reservada;

c) advertência escrita, no caso de reincidência, com comunicação aos pais ou responsável e ao diretor.

II - aplicáveis pelo Diretor:

a) advertência escrita e reservada com comunicação escrita aos pais ou responsável;

b) advertência escrita, na presença dos pais ou responsáveis que deverão firmar termo de compromisso de colaboração a melhoria da conduta do educando, bem como acompanhar a freqüência e o aproveitamento escolar;

c) suspensão da freqüência às atividades de classe, sem prejuízo ao aprendizado escolar e excepcionado o período de provas, com determinação, do cumprimento do horário em local apropriado, onde o educando deverá desenvolver atividades semelhantes as que estiverem sendo ministradas em sala de aula, preferentemente na forma de pesquisas e redações, as quais deverão ser objetos de análise subsequente pelo professor, para efeito de avaliação do rendimento escolar;

d) reparação de dano causado involuntariamente ao patrimônio público;

e) retratação verbal ou escrita nos casos de ofensa a honra;

- f) mudança de turma;
- g) mudança de turno desde que não haja incompatibilidade de horário de trabalho do adolescente;
- h) encaminhamento ao Conselho Escolar para medidas cabíveis;
- i) encaminhamento ao Conselho Tutelar, depois de esgotadas todas as medidas disciplinares adotadas pelo estabelecimento.

Função social dos pais: acompanhar a vida escolar do aluno, no sentido de compreender suas dificuldades e/ou sucessos. Participar de reuniões e/ou assembleias, ajudando na tomada de decisões coletivas. Contribuir com sugestões e/ou propostas para o melhor andamento da UE. e conseqüentemente de seus filhos, materializando assim, sua função protetora. Participar de encontros que os informe para que possa compreender conceitos e/ou situações, adquirindo estrutura para debates no sentido na busca de conquistas que possam vir contribuir para a melhoria da qualidade educacional.

Função social dos professores: Criar condições e de aprendizagem. Estimular a cooperação (trabalhar para o mesmo fim) e a solidariedade (sentimentos de responsabilidade mútua). Ajudar a formar padrões de valores e normas sociais. Demonstrar amizade, interesse e imparcialidade, em relação aos alunos.

As reuniões pedagógicas e/ou de estudos, acontecerão em horários alternados, um dia pela manhã, outro à tarde e outro à noite, ora favorecendo os da manhã, ora os da tarde e ora os da noite.

Função social dos pedagogos: Planejar e coordenar programas de relações públicas envolvendo toda a comunidade escolar. Sustentar o Regimento Escolar através de suas ações. Coordenar atividades e recursos didáticos para o ensino e para a aprendizagem. Estabelecer relações cordiais entre todos os envolvidos na UE. Adequar os meios aos fins.

5 – O PAPEL DO PEDAGOGO NA ESCOLA

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos,

métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula.

Tanto a administração escolar como a supervisão e outros campos de trabalho contém peculiaridades teóricas e práticas que requerem conhecimentos e habilidades específicas. As teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano, do currículo, do processo de conhecimento, da linguagem, da didática, implicam níveis de aprofundamento teórico que o currículo de uma Licenciatura não comporta. Se não bastarem esses argumentos, vale lembrar que o desenvolvimento das ciências, o aparecimento de novos condicionantes do rendimento escolar dos alunos e a busca de uma escola mais compatível com as características de nossa época implicam a formação continuada do professor.

A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população. Quando se atribuem ao pedagogo as tarefas de coordenar e prestar assistência pedagógico-didática ao professor, não está se supondo que ele deva ter domínio dos conteúdos-métodos de todas as matérias. Sua contribuição vem dos campos do conhecimento implicados no processo educativo-docente, operando uma intersecção entre teoria pedagógica e os conteúdos-métodos específicos de cada matéria de ensino, entre o conhecimento pedagógico e a sala de aula.

O pedagogo entra naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito específico da matéria de ensino: na definição de objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, na detecção de problemas de aprendizagem entre alunos, na avaliação, no uso de técnicas e recursos de ensino, etc. O pedagogo entra, também, na coordenação de plano pedagógico e planos de ensino, da articulação horizontal e vertical dos conteúdos, da composição de turmas, das reuniões de estudo, conselho de classe etc. sobre isso escreve Pimenta (1888 p. 67):

A escola [...] requer o concurso de vários profissionais [...]

compreender a natureza do trabalho coletivo na escola [...] aponta para a necessidade de que a nova organização escolar se dê a partir da constatação de que o trabalho de educação escolar assenta-se numa prática social coletiva de vários profissionais que possuem diferentes especialidades [...] A organização da escola compete aos profissionais docentes e não-docentes. Seria ingênuo advogar que o professor de sala de aula devesse suprir todas as funções que estão fora da sala de aula, mas que interferem no trabalho docente.

Convém acentuar que tais tarefas são diferentemente conectadas às metodologias específicas das matérias que, por suposto, são da competência o professor. Não se trata, obviamente, de submeter o trabalho do professor ao controle do pedagogo. Ao contrário, são especialistas que se respeitam, sem imposições de métodos e sem romper drasticamente com os modos usuais de agir. Ou seja, pedagogos e docentes têm suas atividades mutuamente fecundas por conta da especialidade de cada um, da experiência profissional, do trato cotidiano das questões de ensino e aprendizagem das matérias, dos encontros de trabalho em que o geral e o específico do ensino vão se interpenetrando.

Beillerot (1985) apresenta uma definição de ação pedagógica:

“uma prática, ou seja, um conjunto de comportamentos e ações conscientes e voluntárias de transmissão de saberes [...] por explicitações que apelam à razão de uma ou mais pessoas, com a finalidade de: 1) modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados” (aptidão para a mudança); 2) fazer adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer face as situações conhecidas que se reproduzem com regularidade (aptidão para a resolução de problemas dados; fazer agir.”

6 - O Pedagogo como Parte da Equipe Dirigente da Escola

A coordenação pedagógica é dirigente na medida em que é responsável por articular o conjunto dos envolvidos diretamente nas atividades afins da escola, no planejamento das ações que levam a realização da função da

escola.

Supervisores, orientadores, pedagogos, coordenadores pedagógicos devem articular o trabalho coletivo em função de sua especificidade, qual seja, o método, a organização do conhecimento em forma de saber escolar didaticamente orientado à construção do conhecimento pelo aluno. Este trabalho só se realiza de forma plena se a articulação entre coordenação pedagógica e coordenação política e administrativa da escola for construída em sentido democrático.

A valorização do trabalho do Pedagogo se efetiva quando juntos se empenham em:

1. Viabilizar, com os professores, o estudo dos fundamentos gerais da proposta pedagógica;
2. Definir metas/projetos de interesse da Comunidade Escolar, para serem desenvolvidos durante o ano letivo, considerando a filosofia e a proposta pedagógica da escola.
3. Gerenciar, acompanhar e assessorar os projetos e/ou atividades programadas.
4. Selecionar e organizar materiais de apoio (acervo bibliográfico, fitas de vídeo, músicas, CDs ROM, jogos, slides, cartazes, laboratórios, textos de apoio) que enriqueçam a metodologia de trabalho dos professores.
5. Programar ciclos de palestras, oficinas, sessões culturais, gincanas recreativas, festivais de música, poesia, teatro, exposições/feiras de trabalhos desenvolvidos pelos alunos, jogos escolares e outras atividades pelos alunos, jogos escolares e outras atividades que tornem a escola mais dinâmica.
6. Acompanhar o trabalho dos professores da Parte Diversificada para que realmente ocorra uma prática com metodologia diferenciada.
7. Chamar individualmente o professor e propor ajuda se houver necessidade de interferência na sua prática pedagógica, não esquecendo de antes destacar pontos positivos de seu

trabalho.

8. Fortalecer as relações pessoais, propiciando clima amigável entre professores, equipe pedagógica e direção. Aproximar-se de fato dos professores.
9. Conhecer, vivenciar e oportunizar que todos na escola também conheçam o Regimento Escolar.
10. Socializar e mediar as informações/conhecimentos de participação em reuniões, palestras, seminários ou cursos.
11. Ficar atento às formas de avaliação praticadas na escola, bem como aos resultados em aprendizagem.
12. Organizar e mediar quando necessário, as Adaptações, Progressão Parcial, Classificação, Reclassificação, Recuperação Paralela, Aproveitamento de Estudos/Regularização de vida escolar.
13. Respeitar o Artigo 67/LDB – que assegura aos profissionais da educação, a formação continuada promovida pelo respectivo Sistema de Ensino (SEED). Cabe à Equipe Técnico-Pedagógica, que não fira o direito dos alunos aos 200 dias letivos.
14. Subsidiar os professores quanto a utilização do livro de chamada/Registro Escolar e conferir o preenchimento. Observar que nos livros constam competências, habilidades e Conteúdos. Para cada disciplina, mesmo as da Parte Diversificada, precisa livro próprio;
15. Atender as solicitações do NRE/SEED, respeitando as datas de retorno.
16. Coordenar com a Direção, conselhos de classe, reuniões com pais e alunos.
17. No que diz respeito à hora atividade assegurar:
 - Realização nas dependências da escola;
 - Registro específico da frequência no livro ponto;
 - Utilização para grupos de estudos por disciplinas /áreas do conhecimento, temas educacionais, planejamento das aulas/projetos, discussões pedagógicas, relatos de experiências,

leituras e estudos individuais, atendimento à comunidade escolar, palestra, seminários...

18. Propor e organizar, junto aos professores, o planejamento, tendo em vista garantir a unidade, coerência e integração das disciplinas. Ao planejar, tendo em vista garantir a unidade, coerência e integração das disciplinas. Ao planejar é fundamental considerar:
 - A proposta pedagógica;
 - Conhecimento da realidade
 - Alunos
 - Metodologia
 - Avaliação
 - Estrutura escolar
19. Propiciar boa receptividade e pronto atendimento aos alunos, professores, pais e demais pessoas da comunidade.
20. Ouvir os alunos com relação às suas expectativas, dúvidas, problemas, dificuldades, orientando-os adequadamente.
21. Orientar os professores na utilização do livro didático. Ele serve de apoio para desenvolver as atividades, não havendo necessidade de seguir seqüencialmente as atividades propostas por ele.
22. Analisar os resultados do AVA, SAEB, ENEM e outros indicadores de qualidade educacional e realizar estudos e propostas de solução junto aos professores.
23. A equipe pedagógica precisa estar atenta a tudo o que ocorre na escola, porém o essencial é priorizar o trabalho pedagógico – que quando bem feito assegura o sucesso e a qualidade da aprendizagem dos alunos.

6.1 - DOS SERVIÇOS TÉCNICOS, PEDAGÓGICOS E DOCENTES

Constituem os serviços técnicos, pedagógicos e docentes: professor pedagogo, direção, docência, funcionários, biblioteca e Serviços integrados à Escola.

Cabe ao professor pedagogo e direção participares na elaboração, execução e avaliação do PPP da U.E.

Cada pedagogo deve exercer as suas funções específicas e de forma integrada.

São atribuições do Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Administrador Escolar:

- a) subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar, organização das classes, do horário semanal e distribuição de aulas;
- b) supervisionar o cumprimento da Calendário Escolar e das aulas ministradas previstas no horário semanal;
- c) subsidiar a unidade escolar para que ela cumpra sua função de socialização e construção do conhecimento;
- d) acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais e professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore os conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- e) promover, juntamente com a Direção, reuniões sistemáticas de estudo, de Conselho de Classe e de trabalho para o aperfeiçoamento constante de todo o pessoal envolvido nos serviços de ensino;
- f) acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- g) acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimentos de transferências, de acordos com a legislação vigente;
- h) coordenar o processo de análise e seleção dos livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela secretaria de Estado da Educação e do Desporto;
- i) garantir a articulação entre Ensino Fundamental e Médio;
- j) coordenar, organizar e atualizar a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional;
- l) coletar, atualizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;
- m) garantir a socialização e o cumprimento do regimento escolar;

n) contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Entidades Escolares;

o) promover ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.

Função social da direção: Estabelecer uma comunicação formal e informal com os membros do grupo. Tomar decisões dentro de critérios racionais. Mediar nas soluções de problemas e/ou dificuldades dos elementos da UE. Promover a articulação entre escola, família e comunidade. Orientar o trabalho inicial do professor atuante pela primeira vez na escola. Demais atribuições previstas no Regimento Escolar.

Função social de secretaria: Zelar pela organização da documentação do aluno, do professor e dos funcionários. Informar a UE. sobre leis, regulamentos, diretrizes, ordem de serviço, circulares, resoluções e demais documentos que venham contribuir para o funcionamento e cumprimento do trabalho escolar. Demais atribuições estabelecidas pelo Regimento Escolar.

7 - DA SECRETARIA

A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondências da U.E.

Os serviços de secretaria serão exercidos por pessoas devidamente habilitadas.

Os secretários serão concursados pelo regime de funcionários da SEED.

Respeitados os recessos escolares, feriados e dias de descanso, o funcionamento da secretaria será ininterrupto e nos horários pré-estabelecidos.

O horário de atendimento aos alunos, professores e demais pessoas, pela secretaria será fixado em lugar bastante visível e amplamente divulgado, para que a comunidade tome ciência.

Função social do pessoal de apoio: Possibilitar um ambiente de trabalho limpo e organizado. Estabelecer negociações com alunos, professores e colegas, no sentido de manter e preservar a UE. Oferecer a merenda escolar aos alunos de forma organizada, com bom trato e boa qualidade.

8 - DOS SERVIÇOS GERAIS

Os Serviços Gerais têm a seu encargo a manutenção, preservação, segurança e merenda da Unidade Escolar, sendo coordenados e supervisionados pela Direção.

O corpo de pessoal para os Serviços gerais será formado por: servente, merendeira e outros previstos em ato específico da Secretaria de estado da Educação e do Desporto.

Função social da APMF: Oportunizar, através de eventos, culturais e festivos, a integração entre os membros da comunidade escolar. Zelar pelo patrimônio e pelo bom andamento das atividades escolares (pedagógicas e docentes). Demais atribuições de acordo com seu próprio estatuto.

Função do Grêmio Estudantil: Promover o desenvolvimento de lideranças. Representar os estudantes em eventos sociais, culturais e esportivos. Promover reflexões e/ou ações que objetivem o exercício da democracia, da cooperação e da solidariedade, integrando o corpo docente, discente e administrativo da UE. Demais atribuições de acordo com o seu estatuto.

Função social do Laboratório de ciências: Oportunizar aos estudantes do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, situações de estudos e/ou atividades que permitam vivenciar as ciências, tornando-os mais aptos para o aprendizado científico, possibilitando-lhes uma melhor leitura de mundo. Demais atribuições de acordo com seu estatuto.

Função social da biblioteca: Possibilitar, através de seu acervo, o acesso ao conhecimento, nas diferentes áreas, a toda e qualquer pessoa que a ela recorrer.

9 - DO BIBLIOTECÁRIO

O bibliotecário terá como atividades o planejamento, a implantação, a organização e o funcionamento da Biblioteca Escolar, em consonância com o PPP da U.E.

Compete ao bibliotecário:

a) elaborar, juntamente com o Corpo Docente e Administrativo, o regulamento próprio, onde estará explicitado o funcionamento da Biblioteca Escolar, com

aprovação da Direção;

b) selecionar, juntamente com os Docentes e especialistas em Assuntos Educacionais, material bibliográfico e processá-lo tecnicamente;

c) catalogar e classificar livros e periódicos;

d) orientar os usuários sobre o funcionamento e bom uso da Biblioteca Escolar;

e) colocar a Biblioteca Escolar à disposição da comunidade escolar, de acordo com seu regimento;

f) programar atividades para transformar a Biblioteca escolar num espaço cultural e pedagógico.

10 - DAS INSTITUIÇÕES DISCENTES E DOCENTES

O Colégio Estadual padre Henrique Vicenzi mantém as seguintes instituições Docentes e Discentes:

a) Conselho Escolar;

b) APMF;

c) Grêmio Estudantil;

d) Laboratório de Informática;

e) Laboratório de Ciência.

O estatuto que rege cada uma das instituições citadas, encontra-se em anexo a este Regimento.

11 - AS FUNÇÕES DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem por função possibilitar à direção, professores, pais e alunos, uma auto-avaliação, na perspectiva das práticas docente e pedagógica, dos encaminhamentos metodológicos, da organização dos conteúdos e do processo de apropriação do conhecimento, observando sempre a filosofia da UE. Tem por função, ainda, acompanhar e aperfeiçoar os processos de ensino e de aprendizagem, diagnosticando seus resultados para um estudo com leitura de dados, avaliação/reavaliação e replanejamento de ensino e de aprendizagem, referente às atividades desenvolvidas no processo educativo.

O Conselho Escolar tem por finalidade assegurar a participação de todos (alunos, pais, mães ou responsáveis legais por alunos, professores e

pedagogos em assuntos educacionais e servidores, numa gestão democrática, com funções de caráter consultivo, normativo, deliberativo e avaliativo).

Função de caráter consultivo: a emissão de pareceres para dirimir dúvidas sobre situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, bem como, a proposição de alternativas de solução e de procedimentos para a melhoria do trabalho escolar.

Função do caráter normativo: a elaboração do Regimento Interno do Conselho Escolar, coordenação e supervisão do Regimento Escolar.

Função do caráter deliberativo: a tomada de decisões quanto às ações desenvolvidas na UE., respeitando as normas legais e as diretrizes administrativas e pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

Função do caráter avaliativo: a participação na organização e supervisão do processo avaliativo da UE. nos seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

O Conselho Escolar ainda visa promover o fortalecimento da autonomia pedagógica, administrativa e financeira da UE.

12 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CIDADANIA NAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

O programa de formação de cidadania nas diversas áreas do conhecimento contemplará os seguintes temas que serão abordados nas respectivas disciplinas:

Sexualidade: (Orientação Sexual, prostituição, DST, drogas, homossexualismo, preconceitos e machismo). Isto nas disciplinas de ciências, português, matemática, ensino religioso, Educação Física e Geografia.

Ética: (relações interpessoais, relações humanas, boas maneiras, direitos e deveres, famílias, datas comemorativas, justiça, solidariedade, valores, política, pobreza e miséria). Isto nas disciplinas de Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso, Português e História.

Saúde: (higiene pessoal e ambiental, doenças, alimentação, medicina preventiva, lazer e repouso, auto-estima, valorização pessoal, auto-conhecimento, higiene mental, vida coletiva, auto-medicação, agrotóxicos e

envenenamento, poluição sonora, do ar). Isto nas disciplinas de Ciências, Português e Geografia.

Meio Ambiente: (educação ambiental, proteção, preservação, conservação, recuperação e degradação). Isto nas disciplinas de Geografia, História, Português, Ciências, Matemática, Ensino Religioso e Artes.

Pluralidade Cultural: (pluralidade cultural e a vida das crianças no Brasil, espaço e pluralidade, tempo e pluralidade, vida sócio-familiar e comunitária, pluralidade e educação, constituição da pluralidade cultural no Brasil e situação atual, continentes de origem dos povos do Brasil, trajetórias e etnias no Brasil, situação atual, o ser humano como agente social e produtor de cultura, linguagens da pluralidade nos diferentes grupos étnicos e culturais do Brasil, línguas, produção de conhecimento, pluralidade cultural e cidadania, organização política e pluralidade, pluralidade e direitos, situação urgente no Brasil em relação aos direitos da criança, fortalecendo a cidadania). Isto nas disciplinas de Português, História, Geografia e Ensino Religioso.

Temas Locais: nas disciplinas de português, História e Artes.

Serão realizadas também palestras para professores, pais e alunos de 5ª série a 8ª séries, sobre: drogas, prostituição e meio ambiente. E ainda, Seminário sobre os temas sociais contemporâneos para os pais, professores e alunos do 2º Grau.

Obs. As palestras e o Seminário serão agendados na semana de Planejamento Escolar e constarão no Calendário Escolar.

13 - INSTÂNCIAS COLEGIADAS

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

As instâncias colegiada do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi – EFM:

- Conselho de Classe;

- APMF;
- Conselho Escolar;
- Grêmio Estudantil.

O estatuto que rege cada uma das instituições citadas, encontra-se em anexo a este Regimento.

13.1 - DO CONSELHO ESCOLAR

O Conselho escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer o Plano de Ação do Colégio, critérios relativos a sua ação escolar, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

O Conselho escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores do Colégio, a fim de garantir a eficiência e a qualidade de seu funcionamento.

13.1.1- CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DEBATE E DECISÕES

No marco das atuais reformas do sistema educativo, falar em Conselho Escolar implica atender a várias questões prévias e, especificamente, técnico-políticas, imprescindíveis na hora de delinear um projeto político-pedagógico. Entretanto, esse projeto não deve ser concebido como uma fórmula paradigmática e inflexível, mas sim como tarefa que “não se limita ao âmbito das relações interpessoais, mas que se torne realisticamente situada nas estruturas, nos recursos e limites que a singularizam, envolvendo ações continuadas em prazos distintos”. (Marques 1990, p. 22).

É necessário considerar, portanto, a inter-relação das instâncias colegiadas. Esse é um desafio: o compromisso e a participação ativa dos integrantes da comunidade escolar, mobilizados pela reflexão crítica, de projetarem-se para o futuro.

Analisar a escola como instituição é apreender o sentido global de suas estruturas e de seu conjunto de normas, valores e relações, numa dinâmica singular e viva. Nesse sentido, cabem ao projeto político-pedagógico os papéis de: organizador da diversidade, construtor de espaços de autonomia, gerador da descentralização e impulsionador de uma atitude democrática e comunicativa (Carvalho e Diogo 1994, p. 49).

Por isso, tornam-se relevantes as discussões sobre a estrutura organizacional da escola, geralmente composta pelo Conselho Escolar que condiciona tanto sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização de educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.

Conselho Escolar: Órgão colegiado, composto por representantes da comunidade escolar e local.

Atribuições: Deliberar sobre questões políticas, pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito do Colégio.

Os Conselhos Escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.

Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

De acordo com o estatuto temos:

ESTATUTO DO CONSELHO ESCOLAR

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO I Da Instituição, Sede e Foro

Art. 1º - O presente Estatuto dispõe sobre o Conselho Escolar do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi Ensino Fundamental e Médio, é constituído segundo as disposições contidas no Parecer nº 296/2000, homologado pelo Ato Administrativo nº 89/04 do Núcleo Regional de Educação que aprova o Regimento Escolar desta Escola.

Art. 2º - O Conselho é denominado “Conselho Escolar do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi Ensino Fundamental e Médio”.

Art. 3º - O Conselho Escolar do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi Ensino Fundamental e Médio tem sede na Rua Barão de Capanema nº 269, Centro, no Município de Vitorino, Estado do Paraná e será regido pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

Da Natureza e Dos Fins

Art. 4º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva e avaliativa, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA e o Regimento da Escola/ Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola.

§ 1º - A função deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito escolar.

§ 2º - A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto as questões pedagógicas,

administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º - A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo a transparência do processo pedagógico, administrativo e financeiro.

Art. 5º - O conselho escolar não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer outra natureza, a não ser aquela que diz

respeito diretamente à atividade educativa da escola, prevista no seu

Projeto

Político-Pedagógico.

Parágrafo único - Por não possuir fins lucrativos, nenhum de seus membros.

poderá receber qualquer tipo de remuneração ou benefício pela sua participação no conselho escolar

Art. 6º - O Conselho Escolar é concebido enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo único - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto de profissionais da educação atuantes na escola, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos, representantes de segmentos organizados presentes na comunidade, comprometidos com a educação.

Art. 7º - O Conselho Escolar, enquanto órgão colegiado de direção deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais o conselho perde sua finalidade e função político-pedagógica na gestão escolar.

Art. 8º - O Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino.

Art. 9º Poderão participar do órgão colegiado de direção, representantes dos movimentos sociais organizados, comprometidos com a escola pública, assegurando-se que sua representação não ultrapasse 1/5 (um quinto) do colegiado.

Art. 10 - A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho Escolar visará ao interesse maior dos alunos, inspirados nas finalidades e objetivos da educação pública, definida no seu Projeto Político-Pedagógico, para assegurar o cumprimento da função da escola que é ensinar.

Art. 11 - A ação do Conselho Escolar deverá estar fundamentada nos seguintes pressupostos:

- a) Educação é um direito inalienável de todo cidadão;
- b) A escola deve garantir o acesso e permanência a todos que pretendem ingressar no ensino público;
- c) A universalização e a gratuidade do ensino nos seus diferentes níveis e modalidades é um dever constitucional;
- d) A construção contínua e permanente da qualidade da educação

pública está

diretamente vinculada a um projeto de sociedade;

e) Qualidade de ensino e competência político-pedagógica são elementos

indissociáveis num projeto democrático de escola pública;

f) O trabalho pedagógico escolar numa perspectiva emancipadora é organizado

numa dimensão coletiva;

g) A democratização da gestão escolar é responsabilidade de todos os sujeitos

que constituem a comunidade escolar;

h) A gestão democrática privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação

a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação, em todos os

aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do

trabalho escolar.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos

Art. 12 - Os objetivos do Conselho Escolar são:

I - Realizar a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

II - Constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior

da escola, ampliando os espaços de efetiva participação da comunidade

escolar nos processos decisórios sobre a natureza e a especificidade do

trabalho pedagógico escolar.

III - Promover o exercício da cidadania no interior da escola, articulando

a integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade

escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e

universal.

IV - Estabelecer políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho

pedagógico na escola, a partir dos interesses e expectativas histórico-sociais,

em consonância às orientações da SEED e à legislação vigente.

V - Acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido na escola pela

comunidade escolar, realizando as intervenções necessárias para a

construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal.

VI - Garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola numa perspectiva democrática, de modo que a organização das atividades educativas escolares esteja pautada nos princípios da gestão democrática.

O Conselho escolar é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Valmir Martinello – Art. 10 do Reg. Escolar

Rep.. Equipe Pedagógica: Odete Terezinha Zeni

Rep. Equipe Administrativa: Maria Ivonete de Almedia Tomazini

Rep. Professores Ens. Fundamental: Roseli S. N. Boldrini

Rep. Professores Ens. Médio: Elizandra Sanagiotto

Rep. Alunos Ens. Fundamental: Mônica Forcelini Facin

Rep. Alunos Ens. Médio: Edimar Badia

Rep. Pais Ens. Fundamental: Valmi Canofre

Rep. Pais Ens. Médio: Lourdes Gobatto Giacobbo

Rep. Sociedade local: Dolores Martarello

13.2 - APMF DO COLÉGIO ESTADUAL PADRE HENRIQUE VICENZI

A APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi é uma instância colegiada que tem como finalidade colaborar no aprimoramento da educação e na integração família-escola-comunidade. Teve sua regulamentação definitiva, na sua estrutura atual, em

1978 (Gadotti 1988; p.25). Assim, ela veio para substituir a antiga Caixa Escolar que foi criada em 1956 com o objetivo de arrecadar fundos para a assistência escolar. A Caixa Escolar foi hoje retomada em virtude do repasse de recursos financeiros para as escolas públicas.

A participação de pais, professores, alunos e funcionários por meio da APMF, darão autonomia à escola, favorecendo a participação de todos na tomada de decisões no que concerne às atividades curriculares e culturais, à elaboração do calendário escolar, horário de aulas etc.; enfim, a definição da política global da escola, ou seja, a construção do seu projeto político-pedagógico.

Minasi, um dos educadores que têm se ocupado desse tema, de forma teórica e prática, assim se expressa: “A APMF, com a participação de pais, professores, alunos e funcionários, seria o órgão mais importante de uma escola autônoma, estando envolvido na organização do trabalho pedagógico e no funcionamento administrativo da escola.” (1996, p.42).

É importante salientar que a APMF não pode ser concebida como mero instrumento de controle burocrático. Para o mesmo autor, a mudança jamais acontecerá unilateralmente, pois “não há canal institucional que venha a ser criado no sistema público que, por si só, transforme a qualidade da educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidade de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência da prática pedagógica concreta” (*idem*, p. 115).

É necessário mobilizar a população para uma educação mais democrática e compromissada. Isso fará com que o Poder Público, além de fornecer recursos, propicie as condições de execução dos planos de educação, tendo a população como o eixo propulsor de uma educação despojada do autoritarismo estatal. Gadotti (1990, p.167) afirma que uma escola pública deverá “ter a qualidade da escola controlada pela comunidade, cujas decisões a ela caibam, e não sejam entregues aos devaneios e ao lirismo tecnológico dos planejadores”.

13.2.1 - DAS ATRIBUIÇÕES DA APMF

Compete à APMF:

I. Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do estabelecimento de ensino, para deferimento ou não;

II. Observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para realização de eventos próprios do estabelecimento de ensino;

III. Estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho Escolar;

IV. Promover palestras, conferências e grupos de estudos, envolvendo pais, professores, alunos, funcionários e comunidade, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos, podendo ou não ser emitido certificado, de acordo com os critérios da SEED;

V. Colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos alunos comprovadamente carentes;

VI. Convocar, através de edital e envio de comunidade, a todos os integrantes da comunidade escolar, com no mínimo 2 (dois) **dias úteis de antecedência**, para a **Assembléia Geral Ordinária**, e com no mínimo 1 (um) **dia útil** para a **Assembléia Geral Extraordinária**, em horário compatível com o da maioria da comunidade escolar, com pauta claramente definida na convocatória;

VII. Reunir-se com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como, reunir-se para prestação de contas desses recursos com registro em ata;

VIII. Apresentar balancete semestral aos integrantes da comunidade escolar, através de editais e em Assembléia Geral;

IX. Registrar em livro ata da APMF, com as assinaturas dos presentes, as reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, preferencialmente com a participação do Conselho Escolar;

X. Registrar as **Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias**, em **livro ata próprio** e as **assinaturas dos presentes, no livro de presença**

(ambos livros da APMF);

XI. Registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à direção do estabelecimento de ensino;

XII. Aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação e à Direção do Estabelecimento de Ensino.

XIII.

A Diretoria da APMF é composta pelos seguintes membros:

Presidente: Iracy Carletti

Vice-presidente: Carina Mysczak Pinheiro

1º Secretário: Luciele Alves

2º Secretário: Claudiane Sanagiotto

1º Tesoureiro: Carla Beatriz Rachwal

2º Tesoureiro: Josemara da Silva

1º Diretor Sócio-cultural: Lidia Maria Cavasan

Conselho Deliberativo:

Pais de alunos, Professores, Funcionários: Edenia Bringhentti Ruas, Eliane Giacomet, Nilvete Greselle, Rosilene Ottoni Webber, Arlete Antonelli Almeida, Ivone Todescatto Belló.

13.3 – GRÊMIO ESTUDANTIL

A organização estudantil é a instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula. A consciência dos direitos individuais vem acoplada à idéia de que estes se conquistam numa participação social solidária. Numa escola onde a auto-organização dos alunos não seja uma prática, as oportunidades de êxito ficam minimizadas.

há um currículo cristalizado que permeia e perpassa as estruturas e o ensino nas escolas: o autoritarismo e o controle que as direções exercem sobre a ação dos estudantes, o ensino acrítico e desvinculado da realidade global que os professores transmitem na sala de aula e a ausência de estâncias que propiciem a participação efetiva dos pais, dos alunos, dos professores, dos funcionários e da direção.(JALVEZ, 1990, p. 55).

Se, por um lado, os alunos caracterizam-se pela passividade e pelo individualismo ligados às relações de estrutura político-social em que vivem, por outro, vale salientar que os movimentos estudantis foram interrompidos pela forma autoritária de gerir a sociedade brasileira, a partir de 1964.

Isso trouxe como conseqüência o silenciamento da voz do aluno provocado pelo controle, pelo cerceamento e pela desarticulação do movimento estudantil. Por pressões externas oriundas da Lei Suplicy de Lacerda ou Lei UNE 4.464/64, a representação nacional dos estudantes foi eliminada, o que provocou a desarticulação dos mesmos.

O Decreto-Lei 252/67 vetou a ação dos órgãos estudantis em quaisquer manifestações e movimentos (art.II). a seguir, o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, sufocou definitivamente os movimentos estudantis e suspendeu o direito dos cidadãos de equacionarem seu próprio destino, nos planos pessoal e político-social.

Em fevereiro de 1960, foi promulgado o Decreto-Lei 477, decorrente de AI-5, nas suas Portarias 149-A e 3.524, e aplicado aos professores, alunos e funcionários, proibindo qualquer manifestação de caráter político ou de contestação no interior das instituições educativas. Foi nesse clima de controle,

ameaça e insegurança individual que se formaram profissionais de nível superior e dentre eles, professores.

O bom comportamento, a imposição da autocensura, o silêncio e a indiferença frente aos problemas nacionais e educacionais; o abandono da atuação e da militância política e social e dos movimentos da sociedade civil foram, certamente, a eficácia dessa legislação e as marcas mais amargas na consciência e no coração dos professores e estudantes, cientes de seus direitos e de sua dignidade, obrigados que foram a permanecer no silêncio e no imobilismo. (JALVEZ, 1990, p. 41)

Foi, portanto, nesse clima de repressão que se desencadearam as atividades de desmobilização e dispersão de professores e alunos.

Em 1985, foi sancionada a Lei 7.398/85, explicitando que a criação e a organização do grêmio estudantil, de caráter facultativo, elimina a obrigatoriedade do centro cívico, instância de caráter tutelar. A Lei Federal conferiu autonomia aos estudantes do então ensino de 1º e 2º Graus, hoje educação básica, para organizarem seus grêmios como entidades representativas de seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais.

O Grêmio Estudantil é caracterizado pelo documento legal como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reinventada pela instituição. O parágrafo 2º define que compete aos educandos organizar o grêmio estudantil, estabelecendo seu estatuto, que será aprovado ou rejeitado por uma Assembléia Geral convocada para esse fim específico.

O parágrafo 3º estabelece que os representantes do Grêmio Estudantil serão escolhidos pelo voto direto e secreto. O processo de eleição deve ser precedido de discursos, debates, confronto de idéias e explanação de programas, gerando um saudável hábito de reflexão e participação política visando a um amadurecimento dos estudantes frente a sua própria problemática.

Algumas escolas incentivam, amplamente, a participação política dos alunos, tanto interna como externamente. Nesse caso, o grêmio estudantil

nada mais é que uma entidade representativa, tal como uma associação qualquer. Portanto, não é um órgão tutelar nem algo imposto de cima para baixo. Ele é mecanismo democrático.

É preciso que cada grêmio construa sua própria identidade. Uma característica que nos chama atenção é o aspecto relacionado á importância do intercâmbio entre as diferentes organizações estudantis de várias escolas. Essa troca de conhecimentos, experiências e sugestões favorecem a participação do aluno na construção do projeto político-pedagógico da escola. É importante lembrar que o grêmio é o reflexo dos alunos, pois representa e serve de elo de ligação com a direção e a equipe técnica da escola e a comunidade onde está inserida a instituição educativa.

O Grêmio Estudantil não é instrumento de luta contra a direção da escola, mas uma organização onde se cultiva o interesse dos estudantes, onde eles têm a possibilidade de democratizar decisões e formar o sentimento de responsabilidade. Eles aprendem a resolver seus problemas entre si, o que evita intromissão em suas vidas.

Para que aconteça uma verdadeira ação educativa na escola, essa deve, necessariamente garantir a autonomia dos alunos que interagem no processo educativo. Para tanto, deve adotar mecanismos que levem em conta a importância da participação dos alunos e demais integrantes da organização do trabalho pedagógico. Por isso, conforme rios (1993),

devemos refletir sobre o tema autonomia como projeto. Ora, um projeto é algo que se constrói com vistas ao futuro – ele aponta para algo que está por vir. Nosso pressuposto é, então, o de que a autonomia, assim como a liberdade, é algo a ser construído – não está dada, garantida já em nossa prática.

Como já se procurou acentuar, essa concepção de representação estudantil deve ser pensada como processo e produto da ação dos alunos, sujeitos coletivos concretos. Cumpre ressaltar que o Projeto Político-Pedagógico não se concretiza sem que se leve em conta o dia-a-dia da escola, com as características socioculturais de seus participantes. É uma maneira de compartilhar da proposta, como atores e protagonistas e, conseqüentemente,

com capacidade de atuação autônoma, responsável e comprometida, tendo como horizonte as formas participativas de organização do processo de trabalho pedagógico. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico deve ser coletivo, mas favorecendo a interação e a delegação de responsabilidade; autônoma, mas não independente.

O Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi possui estatuto próprio, porém, atualmente encontra-se desativado. O Colégio já teve Grêmios atuantes e está se preparando para iniciar a conscientização dos estudantes, da necessidade de mais este órgão colegiado fazer parte do estabelecimento.

13.4 - CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é o órgão colegiado deliberativo em didática pedagógica, tendo por objetivo avaliar o processo de ensino de aprendizagem na relação direção-professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Parágrafo Único – A última instância de decisão na Unidade Escolar é o conselho de Classe. A instância imediata superior é o órgão regional representativo da SEED.

Com adoção de uma postura pedagógica transformadora, cada participante do Conselho de Classe teria consciência de que o mesmo se constitui num órgão integrador, de instância Interdisciplinar, que tem por objetivo um repensar do conteúdo de trabalho como instrumento de crítica e reflexão sobre a sua prática e sobre a realidade social.

Para Dalben (1972:194):

O objeto de trabalho do Conselho de Classe é a avaliação de aprendizagem que, sendo analisada segundo critérios amplos, discutidos criticamente, considerando as suas inúmeras contradições poderá atingir o questionamento dos aspectos ligados ao papel social da escola e as implicações políticas de seus processos de decisão na formação do homem, ser social e político.

Esta proposta, voltada para uma revisão do papel político, social e pedagógico da Escola, é um processo lento, que exige vontade, competência e disponibilidade, mas é por intermédio dela que se concretizará uma concepção de Educação democrática, onde o Conselho de Classe emergirá como uma

instância pedagógica e política transformadora. (DALBEN, 1972).

O Conselho de Classe tem por finalidade:

- a) Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na relação com o trabalho do professor, na direção do processo de aprendizagem, quanto ao encaminhamento proposto pelo PPP.
- b) Acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem bem como, diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor;
- c) Avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo e aprovação do conhecimento, da organização dos conteúdos e encaminhamento metodológico da prática pedagógica.

O objetivo do Conselho de Classe é a avaliação coletiva da aprendizagem. Da forma como está acontecendo, não está atingindo os objetivos de envolvimento do aluno e da comunidade escolar. Os professores consideram que os alunos que precisam mudar o comportamento. É importante ressaltar que, num projeto pedagógico democrático, os envolvidos precisam ter clara a concepção de homem e sociedade, bem como a percepção de Educação, pautada num processo horizontal e dialético, onde a transformação e o crescimento aconteçam a partir do comprometimento de cada um na mudança desejada.

Para o satisfatório funcionamento do Conselho de Classe, torna-se necessário também que haja um perfeito conhecimento sobre a organização e funcionamento da escola, onde se destacam: o planejamento global da escola, a linha pedagógica que a norteia e o domínio do regimento escolar, no que se refere a currículo e avaliação.

O Conselho de Classe é constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, direção, professores, pedagogos, funcionários, alunos e pais.

Examinando com profundidade os múltiplos aspectos que envolvem a participação da comunidade na gestão da escola pública. Paro (ano p. 154), constatou o seguinte:

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar.

O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, com os regentes de classe, antecedendo ao registro definitivo do aproveitamento dos

alunos no processo de apropriação de conhecimento, sendo proponente as ações que visem a melhora da aprendizagem e o definidor da aprovação ou reprovação.

Segundo Gonzales (1987) a proposta ideal seria a de se partir de uma visão global para uma análise individual dos problemas relacionados com o processo de ensino e aprendizagem.

Entendemos que o Conselho de Classe pode ser um instrumento de transformação da cultura escolar sobre avaliação e, conseqüentemente, da prática da avaliação em sala de aula.

Os mesmos princípios ou critérios usados no processo de avaliação valem para o Conselho de Classe.

Assim, o conselho de Classe:

É o momento e o espaço de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa da escola, feito pelos professores e pelos alunos (em momentos distintos, às vezes), à luz do Marco Operativo da escola.

Essa avaliação realizada de forma participativa, como construção conjunta, cumpre a função de ajudar na formação da subjetividade e criticidade do professor e do aluno.

Como processo auxiliar de aprendizagem, o Conselho de Classe deve refletir a ação pedagógico-educativa e não apenas se ater as notas ou problemas de determinados alunos.

O Conselho de Classe verifica se os objetivos, processos, conteúdos e relações estão coerentes com o referencial de trabalho pedagógico do colégio. Sob este ponto de vista do Conselho de classe é uma forma de avaliação de controle da realização da proposta pedagógica.

A coordenação do Conselho de Classe em planejamento, execução, avaliação estará a cargo dos professores, especialistas e direção.

O conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocados pela direção do Estabelecimento de ensino, todos os professores, pedagogos, podendo fazer parte, pais e alunos integrantes do Conselho de Classe.

§ 1º A convocação será feita em livro ou exposto em cartaz na sala de professores, com antecedência de quarenta e oito horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros do Conselho de Classe.

§ 2º Das reuniões do Conselho de Classe, será lavrada ata de registro de reuniões, contendo a abertura e encerramento, presença e principais assuntos tratados e decisões tomadas.

Atribuições do Conselho de Classe:

- a) O pensar coletivo sobre o trabalho pedagógico e emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo de ensino e aprendizagem, do trabalho destinado à avaliação do rendimento escolar bem como dúvidas do aluno, pais ou responsáveis;
- b) Avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando o replanejar dos objetivos, estratégias de execução da programação com vistas à melhoria do processo do ensino e da aprendizagem;
- c) Propor medidas para melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamentos entre professor e alunos na turma;
- d) Assegurar a elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando necessário, atendendo a legislação.

14 - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ANALISANDO A LEI

O que afirma a lei?

Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional nº 9394/96, CAPÍTULO II – Da Educação Básica, Seção i – Das Disposições Gerais, Art. 24, Incisos V e VI:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar: contra-turno, sala de apoio, sala de recursos.
- c) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem

disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos:

VI – o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

14.1 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo educativo. Por meio dela, o professor fica sabendo como está a aprendizagem dos alunos e obtém indícios para refletir e melhorar sua própria prática pedagógica. A auto-avaliação (aluno-professor). Avaliar a escola periodicamente é muito importante. A proposta é apoiar a comunidade escolar para que a avaliação seja um instrumento participativo para a melhoria da qualidade da escola.

A avaliação deve estar centrada no processo; caracterizando investigações do ponto de partida e chegada do processo pedagógico do ensino-aprendizagem; estabelecendo normas, diagnosticando dificuldades, reunindo informações e elementos para que possam ser traçados procedimentos, avanços que permitam o enfrentamento das ações educativas destas situações.

Fornecer sobre o processo pedagógico, informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre as intervenções e redimensionamentos que se fizeram necessárias em face do processo educativo definido coletivamente e comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno. Converter-se então em um instrumento referencial e de apoio às definições de natureza pedagógica, administrativa e estrutural, que caracteriza por meio de relações partilhadas e cooperativas. (SOUZA, 1993. p. 46)

A ação educativa visa modificações, promove um julgamento nos sujeitos nela envolvidos, processando um juízo de dificuldades ou qualidades que irá intervir na aprendizagem. Desta ação de aprender, devemos articular, provocar, adequar estratégias para tais modificações.

Com isso a avaliação da ação de aprender refletia uma intencionalidade; passando ser instrumento educativo da questão avaliativa. Numa concepção de educação democrática, emancipatória e formativa voltada para o sucesso da aprendizagem e inclusão de princípios como comprometimento social,

segundo Perrenoud:

Nada se transforma de um dia para o outro no mundo escolar, porque a inércia é por demais forte, nas estruturas, nos textos e, sobretudo nas mentes, para que uma nova idéia possa se impor rapidamente [...] No entanto, lentamente a escola muda. A maioria dos sistemas declara agora querer favorecer uma pedagogia diferenciada e uma maior individualização das trajetórias de formação . também a avaliação evolui... todavia nada está pronto!

(PERRENOUD, 1999. p. 10)

A maior dificuldade que se tem hoje, na discussão sobre avaliação, é enxergá-la como um componente do processo. A idéia de processo não é fácil de ser assimilada. Porém, é o seu entendimento que determina o quanto se pode compreender sobre os vários aspectos e as várias dimensões que a avaliação possui. É preciso retomar o significado da palavra avaliação - Avaliar a Ação - o que se entende por ela, as imagens e representações que sugere. Para alguns, uma linha reta com percurso definido, tempo definido, tamanho estipulado; para outros também um caminho cheio de variáveis, sem pontos de parada preestabelecidos. Sugere ainda a noção de movimento, de evolução, algo que não pára, que está sempre se transformando, e que exige decisão.

Essas e outras mudanças, quaisquer que sejam [...] sÛ serão possíveis se houver um a ação conjunta de todos da sociedade como um todo, dos educadores e daqueles que detêm o poder político. De nada adianta a avaliação, a busca de resultados, se este diagnóstico for considerado o fim do processo. Pelo contrário, È por esse diagnóstico que se deve começar qualquer alternativa de ação. E, nÛs, educadores, temos tambÈm a nossa parcela de responsabilidade no sentido de não nos omitirmos na luta por uma escola cada vez mais democr·tica (MACHADO, 2000. p. 113)

A avaliação do aproveitamento escolar será feita pela observação contínua e constante do educando pelo seu desempenho em: produção das atividades, provas orais, escritas, trabalhos individuais e coletivos, pesquisa científica, de campo, atividades de classe e extra-classe, com mais formas e modalidades que se mostrarem necessárias e aconselháveis de aplicação

possível no seu cotidiano.

O grande desafio das novas perspectivas avaliativas está exatamente em mobilizar o aluno a ser protagonista do próprio processo de aprendizagem, ou seja, desejar aprender, descobrir o gosto e o sabor de aprender, pelo pesquisar, pelo ser partícipe de um processo histórico que requer vontade própria, silêncio, ócio, compromisso com seu aprender.

Em Vasconcellos (2001) destacamos que, sendo a avaliação um horizonte desejado, ela nos ajuda a fazer melhor aquilo que nos propomos fazer; logo, é preciso saber aonde se quer chegar, o que se quer, para, a partir de então, desafiar a lógica excludente, também legitimada pela escola através de suas práticas avaliativas.

Estas contradições são tão perceptíveis que, ao planejarmos a ação docente, planejamos os exercícios avaliativos desvinculados dos demais momentos da aprendizagem, ou seja, quase sempre no final do processo. Sendo ela diagnóstica e processual constitui-se na autonomia do aprender e apreender em decorrência das reflexões que efetua.

14.2 - METODOLOGIA

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem pautar-se-á em:

- a) Possibilitar o aperfeiçoamento do processo, obtendo uma função diagnóstica permanente e contínua;
- b) Pressupõe tomada de decisão entre os sujeitos envolvidos;
- c) O aluno toma conhecimento da apropriação dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para mudanças necessárias através de:
 - Apresentação de trabalhos (desempenhos do aluno no grupo, participação, conhecimento);
 - Trabalhos coletivos e individuais;
 - Elaboração de sínteses integradoras;
 - Debates;
 - Provas individuais orais e escritas;
 - Provas coletivas;
 - Provas bimestrais ou a critério do professor;
 - Pesquisas;

- Discussões;
- Relatórios;
- Aulas expositivas dialogadas;
- Assiduidade, pontualidade na entrega dos trabalhos;
- Comportamento em sala.

O aluno não presente na avaliação:

Toda a avaliação deverá ser feita na data estipulada pelo professor. Em caso de o aluno estar impossibilitado de fazê-la na ocasião, por motivo de doença, deverá apresentar atestado médico ou anotação na agenda devidamente assinada pelos pais. Se for por motivo de transporte escolar em atraso ou por não ter sido efetuado naquela data, será anotado na agenda escolar, pelos pais. O aluno deverá requerer nova avaliação ao professor dentro de 3 (três) dias letivos.

A avaliação do conhecimento e aperfeiçoamento será feita pelo professor da cada área ou disciplina centrada no processo da aprendizagem, sendo que o educador durante este processo propicia momentos de auto-avaliação para detectar dificuldades e a não compreensão do aprendizado, após sendo analisado pelo conselho de classe.

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor:

- A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem;
- A avaliação deve proporcionar dados que permitam a reformulação do currículo com a adequação dos conteúdos e métodos de ensino;
- A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo.

A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes experiências de aprendizagem:

- A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados.

É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

A realidade individual do aluno e o domínio dos conteúdos necessários determinarão os procedimentos a serem adotados.

Na avaliação do rendimento escolar deverão predominar os aspectos qualitativos da aprendizagem:

- Dar-se-á mais importância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser emancipatória, democrática e progressista.

Caberá ao Conselho de Classe o acompanhamento do processo de avaliação de série ou período a que pertence.

O resultado da avaliação será traduzido na forma de notas e menções na escala de 0 a 10,0 (zero a dez virgula zero).

A avaliação assim elaborada deverá ser registrada em documentos próprios, a fim de ser assegurada a regularidade e a autenticidade da vida escolar do aluno.

A nota atribuída bimestralmente será registrada no Diário de Classe e à secretaria, para fins de apuração final de rendimento escolar do aluno.

A nota obtida pelo aluno no bimestre poderá ser substituída no bimestre seguinte, desde que comprovada a apropriação do conhecimento exigido.

14.3 - DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Para os alunos cujo rendimento escolar for insuficiente será proporcionado Recuperação de estudos, de forma paralela ao longo da série ou

período letivo.

A recuperação de Estudos será paralela constituindo-se num conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos.

- A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pelo qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhes possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

Na Recuperação de Estudos o professor considera a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e, para a aferição do bimestre, entre a nota da avaliação e da recuperação, prevalecerá sempre a maior.

A recuperação Paralela assumirá várias formas de metodologias.

Entende-se por recuperação de estudos o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno para superar deficiências ao longo do processo de ensino e de aprendizagem

A Unidade Escolar oferecerá novas oportunidades de avaliação (para os alunos que em sala de aula demonstrarem interesse), sempre que verificado o aproveitamento insuficiente durante os bimestres, assegurando a promoção de recuperação paralela e prevalecerá o resultado maior obtido.

A recuperação paralela assumirá várias formas de metodologias:

- a) Revisão do conteúdo trabalhado;
- b) Discussão e reconstrução de trabalhos mal apresentados e/ou elaborados;
- c) A reavaliação poderá ser feita por escrito, apresentação oral, explanação, apresentação de painéis, etc. dependendo do conteúdo e a critério do professor.
- d) A forma da recuperação deverá estar registrada no Diário De Classe, bem como a nota atribuída.
- e) Na recuperação de estudos fazer análise individual das notas com demais disciplinas e oferecer outras formas de aprendizado,

melhorando a média.

- f) Trabalhar quando necessário a recuperação de estudos paralela em horas-atividades, de conteúdos básicos.
- g) Recuperar notas abaixo da média em todos os bimestres, concomitantemente ao período letivo.
- h) Após o encerramento do período letivo, se o educando não atingiu a média exigida e o Conselho de Classe julgar que o mesmo terá condições de acompanhar a série seguinte, é aprovado pelo conselho de classe.

Os resultados da recuperação deverão incorporar-se aos das avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar.

- A proporcionalidade ou a integração entre os resultados da avaliação e da recuperação deverá ser estabelecida no Regimento Escolar.

A avaliação final deverá considerar, para efeitos de promoção, todos os resultados durante o período letivo, incluída a recuperação de estudos.

14.4 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação no Ensino Fundamental e Médio é um procedimento adotado pela escola que leva o aluno a ser reposicionado na etapa de estudo compatível com a experiência e desenvolvimento formal ou informal apresentado pelo mesmo. Tem caráter pedagógico com ações centradas na aprendizagem, carga horária 75% em todas as disciplinas para resguardar os direitos dos alunos, da escola e dos profissionais.

DO PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

A reclassificação é um processo através do qual o Estabelecimento de Ensino avalia o grau do saber pedagógico do aluno, podendo ser feito em qualquer época, preferencialmente no 1º bimestre do ano letivo, encaminhando o aluno à etapa seguinte dos estudos, compatível com a idade

série, respeitando as normas curriculares, ou seja, podendo ser efetivado com alunos de 5ª à 7ª séries, podendo chegar no máximo na 8ª série e o mesmo acontecendo com o ensino médio, ou seja, 1ª e 2ª séries podendo chegar no máximo na 3ª série. A equipe pedagógica, a direção, os profissionais da educação podem pedir a abertura do processo analisando o rendimento do aluno, diagnosticando que ele tem condições de avançar para séries seguintes, ou também o processo de reclassificação pode ser pedido pelos pais, respeitando as normas vigentes. Cabe à equipe pedagógica, professores e pais acompanhar os alunos reclassificados durante o ano letivo.

14.5 - INTENÇÕES DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS

A Educação Fundamental tem por finalidade desenvolver o educando assegurar-lhe, a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, sendo identificado, por sua posição de fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, pois, até o presente momento a origem social do educando é o que realmente determina a escolha da profissão, o que na realidade não assegura a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício consciente da cidadania.

Com a nova proposta e os objetivos a serem atingidos pretende-se que a prática administrativa e a organização pedagógica da escola sejam coerente com os valores estéticos e éticos que se fundamentam na LDB.

Deverão ser coerentes com eles também, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação de políticas, os critérios de movimentação de recursos, a organização do currículo, das situações de aprendizagem e procedimentos de avaliação, assim como desenvolvimento da socialização para o exercício da cidadania e a compreensão da realidade.

Buscará superar dicotomias entre o mundo do moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade, da responsabilidade e da reciprocidade, como orientadores de seus atos na vida profissional, social,

civil e pessoal. Para tentar corrigir o que vinha ocorrendo a reformulação do Ensino Básico prevê considera-lo como uma ferramenta que irá formar os novos cidadãos. Nesta perspectiva compete ao Ensino Básico, “fornecer, a todos os cidadãos brasileiros, elementos para que dominem os processos produtivos e compreendam as condições históricas de produção do conhecimento científico e tecnológico, assim como os meios de acesso sistemático as unidades e as artes (Salgado, 1989).

Desta forma, e tendo como foco a cidadania, no contexto de sociedade de classes, pluralista, cabe ao Ensino Básico dotar jovens e adultos com as ferramentas de pensamentos necessárias para que todos se tornem cidadãos e, portanto, capazes de lutarem por seus direitos e em condições de contribuir para a realização de um projeto de sociedade, cuja meta é torná-la mais justa.

15 - PROCESSO DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O Planejamento anual da ação docente deverá acontecer em conformidade com o já exposto no item “Processo de Planejamento” e fará parte dos anexos do PPP.

O planejamento dos encontros e/ou eventos pedagógicos, comemorativos e festivos são determinados coletivamente no início de cada ano letivo e encontram-se no “Calendário Escolar”.

O processo de articulação entre os níveis e/ou disciplinas do ensino: fundamental e médio tem como objetivo a superação da questão lacunar e para tal, propomos o seguinte: na semana de Planejamento, o professor de cada disciplina do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e do Ensino Médio (1ª a 3ª séries), participará ao grande grupo, quais conteúdos e como os mesmos foram trabalhados. Nos Conselhos de Classe, deverão ficar registrados o diagnóstico de cada turma, de cada aluno, nas respectivas disciplinas. No ano seguinte, de posse destes dados, o professor ao atuar nas turmas poderá situar-se e fazer as adaptações necessárias em seu planejamento. Os professores (principalmente de 5ª série do Ensino Fundamental e 1ª série do

Ensino Médio) precisam buscar junto aos alunos a adaptação e a integração. No Ensino Médio, considerando o grande contingente de alunos provenientes de várias Escolas Básicas, será feito, na primeira semana de aula, um estudo diagnóstico com revisão de conceitos básicos de cada disciplina e com o preenchimento de uma tabela de dados de cada turma.

16 - RECURSOS QUE A ESCOLA DISPÕE PARA REALIZAR SEUS PROJETOS

Por meio de estudos feitos e ações planejadas, refletimos sobre os recursos da construção da proposta pedagógica do Colégio estadual Padre Henrique Vicenzi. E assim focalizamos diretrizes no desenvolvimento do trabalho.

Foi formada uma equipe, a qual articulou ações para garantir a dinâmica desta construção do Projeto Político Pedagógico, envolvendo a equipe administrativa e pedagógica, corpo docente e discente, funcionários, comunidade escolar, conselho escolar, APMF.

A equipe administrativa, oportunizou autonomia participativa e coletiva para que as práticas fossem realizadas, quanto a tempo, espaços físicos e encontros pedagógicos. O custeio provém de recursos oriundos da APMF e SEED através do Fundo Rotativo. Para custear gastos como: xérox, fitas para impressora, tinta, livros, apostilas, papel sulfite, encadernações e outros. Do compartilhamento de decisões e informações, preocupou-se em privilegiar a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem, compartilhando idéias que beneficiem parcerias conjuntas de todos os envolvidos na construção.

17 - CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA

17.1 - DO REGISTRO, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVOS ESCOLARES

DA FORMA E OBJETIVOS

A escrituração e o arquivamento dos documentos escolares, tem como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação da:

- a) identidade do aluno;
- b) regularidade de seus estudos;
- c) autenticidade de sua vida escolar;
- d) documentação específica da U.E.;

Os atos escolares serão registrados em livros, fichas ou instrumentos informatizados, resguardadas as características imprescindíveis, cabendo sua autenticidade à aposição da assinatura do Diretor e do Secretário.

Constituem o Arquivo escolar:

a) documentação relativa ao Corpo Discente, que compreende:

- I – Ficha de matrícula;
- II – Ficha individual;
- III – Histórico Escolar;
- IV – Certificado de Conclusão e Diploma;
- V – Boletim Escolar;
- VI – Registro de frequência.

b) documentação relativa à U.E., que compreende:

- I – Controle do ponto;
- II – Registro de patrimônio;
- III – Atas de exames ou processos especiais;
- IV – Atas de Processo de Classificação e Reclassificação
- I – Atas e resultados de Conselho de Classe;
- VI – Assentamentos individuais de professores e funcionários;
- VII – Avisos e convocações.

17.2 - TEMPO ESCOLAR

O tempo escolar é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas e cursos.

O horário escolar, que fixa o número de horas por semanas e que varia

em razão das disciplinas constantes na grade curricular, estipula também o número de aulas por professor. Tal como afirma ENGUITA (1989) As matérias tornam-se equivalentes, porque ocupam o mesmo de horas por semana, e são vistas como tendo menor prestígio, se ocupam menos tempo que as demais.

A organização do tempo do conhecimento escolar é marcada pela segmentação do dia letivo, e o currículo é, conseqüentemente, organizado em períodos fixos de tempo para disciplinas supostamente separadas. O controle hierárquico utiliza o tempo que muitas vezes é desperdiçado e controlado pela administração e pelo professor Para ENGUITA (1989) ao discutir a questão de como a escola contribui para que ocorra precisão temporal nas atividades escolares, assim se expressa:

A sucessão de períodos muito breves, sempre de menos de uma hora, dedicados a matérias muito diferentes entre si, sem necessidade de seqüência lógica entre elas, sem atender à melhor ou à pior adequação de seu conteúdo a períodos mais longos ou mais curtos e sem prestar nenhuma atenção à cadência do interesse e do trabalho dos estudantes; em suma, a organização habitual do horário escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem precisam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada.

É preciso tempo para que os educadores, aprofundem seu conhecimento sobre seus alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para caminhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação É necessário tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula.

17.3 - CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO

O Calendário do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, é construído

pelos órgãos competentes da legislação Estadual e reajustado, conforme realidade local. A equipe administrativa organiza de forma coletiva com educadores, equipe pedagógica, conselho escolar e APMF, determinam os dias letivos, não letivos (feriados e recessos), conselhos de classe e reuniões pedagógicas.

18 - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Oportunizar, através de eventos, culturais e festivos, a integração entre os membros da comunidade escolar. Zelar pelo patrimônio e pelo bom andamento das atividades escolares (pedagógicas e docentes). Demais atribuições de acordo com seu próprio estatuto.

Através da Prefeitura Municipal, Departamento Municipal de Saúde, oferece-se tratamento odontológico, psicológico, clínico aos alunos que destes necessitam. Disponibiliza-se o transporte escolar para a participação em feiras, visitas ecológicas e históricas, passeios de lazer, viagens culturais e eventos esportivos.

Por intermédio das igrejas, principalmente a católica, tem colaborado com palestras aos pais e alunos, mostrando-se solícita às questões que envolvem a comunidade escolar.

Os setores de comércio e indústria local colaboram constantemente com doações para eventos comemorativos e para a execução de projetos.

O Conselho Tutelar mostra-se sempre presente, quando requisitado, auxiliando na tomada de decisões quanto à disciplina, freqüência, aprendizagem e saúde dos alunos.

A polícia local contribui assiduamente na segurança, fora do pátio do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, quando há problemas, envolvendo alunos ou outras pessoas sem vínculo ao mesmo.

A realidade interna à organização escolar é, evidentemente, complexa. A este propósito vale a pena lembrar a reflexão de Nóvoa (1995, p. 35):

A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos fatores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites se pode alicerçar uma colaboração efetiva.

O CEFET e a FADEP são colaboradores em cursos para profissionais, palestras, encontros e dispõe espaço para visitação.

19 - CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO DE TURMAS E DISTRIBUIÇÃO POR PROFESSORES EM RAZÃO DE ESPECIFICIDADE

A organização de turmas é realizada pela equipe administrativa e pedagógica, sendo as normas determinam-se coletivamente, em consenso com os pais, dando preferência de turno, no qual os alunos já estudam ou desejam, de acordo ao número de salas e vagas disponíveis em cada turno. Para mudança de turno ou turma, os responsáveis deverão solicitá-la na Secretaria do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi – EFM.

A distribuição de turmas aos professores realiza-se na Semana Pedagógica, na qual os profissionais reúnem-se, respeitando as classificações e direitos adquiridos.

20 - CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS

A área urbana com 10.077 m² composta de gramados com 2.272 m² de área construída em alvenaria com boas condições de uso, oferecendo segurança e condições para abrigar a clientela de acordo com as exigências legais. A organização e utilização dos espaços educativos no Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi – EFM, são distribuídos da seguinte forma: 02 (dois) sanitários masculinos, 02 (dois) sanitários femininos e 04 (quatro) sanitários para docentes e funcionários, todos em condições para uso; 10 (dez) salas de aula em boas condições; 01 (uma) sala para Direção; 01 (uma) Secretaria; 01 (uma) sala para Orientação; 01 (uma) sala para Professores; 01 (uma) Biblioteca com acervo; 01 (um) depósito; 01 (uma) cozinha; 01 (uma) dispensa; 01 (uma) sala para material esportivo; 01 (uma) sala para o Laboratório de

Informática; 01 (uma) sala para arquivo; 01 (sala) para material de limpeza; 01 (uma) para o almoxarifado; 01 (um) Salão Nobre e 01 (uma) quadra de esportes.

21 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O estabelecimento é abastecido de energia elétrica e água de rede pública estadual.

Os equipamentos de informática estão interligados, também acessa-se a Internet via Prefeitura Municipal, para fins administrativos.

Quantidade	Equipamentos
03	Bebedouros
01	Lixadeira elétrica
01	Rebitador manual
02	Máquinas de calcular
09	Poltronas fixas
01	Alarme
03	Relógios de parede
01	Nobreak
01	Aspirador de pó
01	Episcopio
01	Linha telefônica
02	Projetores
02	Antenas Parabólicas
01	Retroprojektor
07	Mesas para Microcomputadores
02	Cadeiras Giratórias
03	Mesas de centro
01	Aparelho de fax
05	Mesas de leitura
04	Mesas de madeira
02	Mesas de professor
444	Cadeiras
07	Cadeiras estofadas
01	Congelador
01	Duplicador
06	Estantes de aço
01	Estante
05	Botijão de gás
06	Armários de aço 02 portas

10	Televisões
05	Videocassetes
06	Computadores
05	Impressoras
01	Scanner
03	Toca-fitas
01	Fotocopiadora
10	Ventiladores de teto
02	Enceradeiras
03	Balcões de cozinha
02	Liquidificadores
05	Mesas para máquina de escrever
08	Cadeiras/madeira
20	Cadeiras/polipropileno
02	Racks metálicos
01	Balança
02	Aparelho de DVD

22 - TEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.

Nesta perspectiva, é que foram incorporados como temas sociais contemporâneos as questões de multiculturalismo, meio ambiente, educação para a paz, saúde, sexualidade e esporte.

Amplamente o bastante para produzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, os temas correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana.

O desafio que se apresenta para as escolas é o de se abrir para o seu debate.

Os temas sociais contemporâneos devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.

Pedagogia Ambiental

Buber (1982), embora não trate da cultura da inocência, apresenta idéias semelhantes a respeito da propaganda, que possibilita a ilusão da autonomia. Assim, para Buber (1982)

Existem duas maneiras básicas de influenciar os homens no modo de pensar e na sua forma de viver. Na primeira, a pessoa quer se impor a si própria, impor sua opinião e atitude de tal forma que o outro pense que o resultado psíquico da ação de seu próprio entendimento, apenas liberado por aquela influência. Na segunda maneira básica de agir sobre o outro, a pessoa quer encontrar também na alma do outro, como nela instalado, e incentivar aquilo que em si mesmo ele reconheceu como certo (...) A primeira maneira desenvolveu-se com mais intensidade no campo da propaganda, a segunda, no da educação” (p. 149-150).

Nesse contexto haveria de se construir uma *pedagogia ambiental* (LEFF, 2001), capaz de induzir transformações do conhecimento a partir de uma reflexão do que é educação dentro do contexto social, cultural e mesmo da realidade ecológica. Isto implica em desenvolver, dentro da vida do profissional, todo um processo de criação e transformação de significados a serem compartilhados de forma ativa e crítica com os alunos, independente do recurso didático utilizado. Assim, segundo o autor (2001),

A pedagogia do ambiente implica tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social, como uma fonte de aprendizagem, como uma forma de concretizar as teorias na prática a partir das especificidades do meio. (...) E um projeto de revisão e reconstrução do mundo através de estratégias conceituais e políticas que partem de princípios e fundamentos da racionalidade ambiental que foram desterrados e marginalizados pelos paradigmas dominantes da ciência, como impurezas do conhecimento e externalidades do processo do desenvolvimento (p.258).

Sem a discussão permanente das formas de participação social e também daquilo que Gimeno Sacristán (2002) chama de preocupação com os processos de enculturação que a escola deve proporcionar a fim de garantir a

educação como um projeto reflexivamente dirigido e um instrumento para a construção dos pilares da humanização, estaremos formando estudantes como apontados dos estudos Aronowitz (*Apud* GIROUX), 1997, que apresentam a crescente incapacidade de pensar dialeticamente porque passam a ver as coisas no sentido literal e não conceitual.

Para superar tal incapacidade deve-se entender que a realidade – escolar, social e mesmo ambiental – é, como defende Pérez Gomes (In: GIMENO SACRISTÁN e PÉREZ GÓMEZ, 2000), “*complexa, incerta, mutante, singular e carregadas de opções de valor*” (grifo do autor) (p. 83).

concepção antropocêntrica, instrumentalizadora e utilitarista da natureza, cujas raízes situam-se na tradição judaico-cristã, que constitui o substrato dos paradigmas humanista e mecanicista, formulados na Europa entre os Séculos XV e XVIII. Em cinco séculos, ambas – a concepção e as relações materiais por elas engendradas – empregaram inteiramente as sociedades distribuídas pelo mundo, com maior ou menor sucesso segundo as resistências empregadas. Por derivar, também de forma complexa, de atitudes culturais e políticas e de práticas sociais e econômicas, a crise ambiental do presente revela seu aspecto horizontal e conseqüentemente global, (p. 50-51).

A chamada *pedagogia ambiental*, Leff (2001) defende a importância de “impulsionar e orientar as capacidades cognitivas, inquisitivas e criativas do aluno” (p. 261). No entanto, desenvolver estas mesmas características no professor torna-se essencial à superação da *dispedagogia ambiental*. Assim, o desenvolvimento de atividades interdisciplinares de Educação Ambiental tem a finalidade de quebrar o ciclo vicioso que dissemina o discurso dominante do desenvolvimento sustentado, os direitos de apropriação da natureza, os acordos de compra e venda de carbono, a apropriação de recursos genéticos de países “em desenvolvimento”, que entre tantos outros problemas, “vestidos” de uma roupagem aparentemente ecológica, contribuem para direcionar o pensamento de professores, alunos e sociedade da “normalização” da desigualdade socioeconômica e a injustiça social.

Aqui, deve-se reforçar a necessidade dos cursos de formação de

professores ensinarem o que Freire (2003b) entende por “pensar certo” (p. 34). Em Educação Ambiental, *pensar certo* pode ser direcionado à formação de uma ética ambiental necessária à (re) orientação da vida dos seres. O *pensar certo* também pode direcionar a forma de ver e viver no mundo, observando que apesar dos condicionamentos impostos pela globalização do sistema econômico, cada um pode tornar-se capaz de aprender o que Leff (2000) denomina de “complexidade ambiental” (p. 8). Esta possibilita reconhecer a interdependência e o inacabamento de qualquer ação, de (dês) construir e (re)construir o pensamento a partir da ciência, cultura e tecnologia, e, assim, criar novas possibilidades a partir da sinergia existente no tecido social, ambiental e mesmo tecnológico.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto (...) e porquê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (HOBBSAWM, 2004, P. 562).

O Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi nos anos conseqüentes, vai articular encontros, paradas, reuniões, com participação na coletividade com o corpo docente, discente, comunidade escolar, órgãos e secretarias afins, para articular ações e temas educativo, preventivo, preservativo, necessários para mudança no comportamento e relação do homem com o meio ambiental onde vive. Sendo assim, o Colégio irá trabalhar temas e projetos que contemplem essas informações sobre temas sociais contemporâneos como: Educação Ambiental; Luta contra dependências químicas; Evolução Espiritual; Valores; Educação Sexual e Educação para a “Paz”.

Com isso a escola observou que nos últimos anos a espécie humana vem degradando cruelmente o ambiente e a vida humana. Como somos parte desse ambiente e para torná-lo mais saudável, iremos enfrentar os desafios de trabalhar em todas as áreas de estudos, buscando na coletividade, possíveis soluções e conscientização do educando sobre temas sócioambientais e

transformação do comportamento e do conhecimento.

23. EDUCAÇÃO FISCAL

O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

A escola constitui-se num espaço privilegiado na construção de saberes, se utilizados nos diferentes contextos sociais que se vive e convive; consiste em sistematizar e socializar o saber das diferentes culturas, através do processo ensino aprendizagem, favorecendo a formação de cidadãos críticos e atuantes. Que decide criar, recriar suas idéias, posicionando-se frente a realidade social que os cerca, como agente de mudança. A escola através do conhecimento, e o saber leva o educando a ser ético, formando seu projeto de vida social criando consciência crítica para melhorar as relações entre os homens.

A educação fiscal tem uma temática contemporânea, com área de conhecimento interdisciplinar, incluso no Projeto Político Pedagógico das escolas da rede estadual de ensino, cuja construção coletiva, privilegia todas as disciplinas, segundo Najla Veloso (2005)

São temas abordados na escola por meio de assuntos que mobilizam e estão presentes na vida dos alunos professores e da comunidade que digam respeito a sua localidade ou a qualquer outra parte do planeta Sociais porque representam necessidades sociais reais de sujeitos que se relacionam na escola e fora dela. São contemporâneos porque dizem respeito ao momento histórico presente reflete relações sociais vigentes.

Sendo a escola um local de aprendizagem, privilegiado na construção do saber trocas de experiências, reflexão e ação, contribui para a transformação social. Para Najla Veloso prevalece nas escolas, uma concepção obsoleta de educação, de homem e de sociedade onde o conhecimento e algo a ser transmitido. A aprendizagem é um acúmulo de informações, os conteúdos escolares, são recortes do conhecimento científico, considerados relevantes.

A educação fiscal nas escolas, desde 2003, propícia experiência no programa de formação de educadores na rede de ensino público do Paraná.

Ainda segundo Najla Veloso (2005, p)

Realizar em nossas escolas a reflexão, a investigação e as possibilidades de mudanças a partir de temas contemporâneos que geram impactos na qualidade de vida das pessoas significa em primeira instância construir um elo possível entre o conhecimento escolar a necessidade social e a qualidade de vida dos cidadãos.

Esse programa visa a democratização dos conhecimentos construídos em benefício da melhoria da qualidade de vida da população, da efetividade das políticas públicas, e do pleno exercício da cidadania na sociedade brasileira. Para isso a escola deve desenvolver nos alunos capacidades, estabelecer relações, construir e reconstruir conhecimentos para o convívio social, participando da sociedade, exigindo fiscalização nas aplicações de recursos públicos. Com o objetivo de sensibilizar a comunidade quanto as obrigações tributária e a correta aplicação dos recursos públicos formando assim o aluno para exercer sua cidadania. Os conteúdos foram construídos coletivamente por um grupo de profissionais do Estado e dos Municípios para adequá-los às práticas pedagógicas e cotidiano escolar, com a inserção da educação fiscal no PPP. Cada nível de ensino adotara conteúdos específicos respeitando uma seqüência formativa conforme as diferenças do desenvolvimento humano, a saber:

- 1- Educação Infantil: consumo na família;
- 2- 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental: consumo na escola;
- 3- 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental: tributos;
- 4- Ensino Médio: políticas públicas

Entende-se Educação Fiscal como parte de um conceito amplo de cidadania.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encará-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os

incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, negro e a mulher, não estarei ajudando meus filhos a serem sérios, justos e amorosos com a vida e com os outros". Paulo Freire – 1999.

24 - PRÁTICAS AVALIATIVAS

Na avaliação interna são discernidas quais as atividades que devem ser realizadas, e como integrá-las aos conteúdos com intenção pedagógica, que favoreça mais o processo de aprendizagem.

E uma das prioridades é a comunicação entre todos (professores/alunos/pais) que inspire confiança, estímulo e afeto porque o diálogo é de fundamental importância.

Analisamos o trabalho realizado e tentamos inovar e aprender com humildade. O aluno também nos ensina e com confiança.

A avaliação subsidia com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. É o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

A avaliação aponta as experiências educativas que devem ter acesso e que são consideradas essenciais para o desenvolvimento. Nesse sentido, reflete de forma equilibrada os diferentes tipos de capacidades que servem para encaminhar a programação e as atividades a serem realizadas.

A avaliação numa perspectiva democrática visa superar o ato de medir quantitativamente resultados esperados, porque contempla tanto questões ligadas estritamente ao processo ensino/aprendizagem, como às que se referem à organização do trabalho escolar, à função socializadora e cultural, à formação das identidades, dos valores, etc.

A compreensão de uma nova atitude em relação ao envolvimento dos pais no processo de reflexão, juntamente com os professores, pode utilizar recursos variados. Dessa forma, a escola está criando situações que levam os

pais a participarem efetivamente da proposta pedagógica, falando, opinando e avaliando.

Por fim, podemos concluir que as relações educativas que ocorrem no cotidiano escolar são amplas, complexas e estão em permanente construção/reconstrução, pois a dinamicidade do processo histórico faz com que as construções de um tempo e de um lugar determinados sejam sempre provisórias. Entretanto, o trabalho coletivo, o comprometimento, o enraizamento da escola em sua realidade, a explicitação da intencionalidade política e a abertura da escola à participação são ingredientes necessários à construção de um projeto de ação pedagógica: elementos que dão sustentação a práticas comprometidas e conseqüentes.

O corpo docente, administrativo, APM, e Conselho Escolar reúnem-se periodicamente para verificar e avaliar as reais necessidades materiais da escola. E quanto ao gerenciamento financeiro dos recursos do Estado fica a critério do Conselho escolar e dos recursos de doações e promoções fica a critério da APM.

Todo investimento é feito em prol do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(IBGE 2000).

Lei de Diretrizes E Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 20/ 12/96
Constituição Federal de 1988.

GADOTTI, M. e ROMÃO. J. E. (org.). Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez. 1997

BOFF, Leonardo. Depois de 500 anos: que Brasil queremos? Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 51-84.

SEVERINO, A. J. Educação, produção do conhecimento e a função social da escola. In Revista Idéias, FTD, Nº 24, São Paulo, Cortez, 1994.

PREIRE, Paulo, A importância do ato de ler Cortez São Paulo 1984

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia- Saberes necessários à prática s educativas 10. ed. São Paulo: Paz e Terra,1999.

FREIRE, Paulo Pedagogia do Oprimido 14º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

ALONSO, Myrtes. O papel do diretor na administração escolar. 4ed. São Paula: Difel, 1981.

ARROYO, Miguel. Prática pedagógica e currículo. In. Encontro Nacional de Didática e prática de Ensino, 2., Florianópolis, 1996.

ARROYO, Miguel. Fracasso Sucesso : o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In.; ABRAMOWICZ, Anete & MOLL, Jaqueline (org.) O Para além da do Fracasso Escolar, 4ª ed., Campinas, S. P., Papirus,1997

ESTEBAN, Maria Tereza (org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. DP&A. Rio de Janeiro, 1999.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtiva. Porto Alegre; Educação e Realidade.

KRUPPA, Sonia M. Sociologia da Educação, São Paulo, Cortez, 1994.

PALANGANA, Isilda C .Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social . São Paulo, Pléxus, 1994

DALBEN, Ângela Imaculada L.F. Trabalho escolar e conselho de classe. 3}., Campinas, Papirus, 1995

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para a reflexão em torno do projeto político-pedagógico. Campinas, SP. Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. Escola currículo e ensino. Campinas, São Paulo Papirus, 1991

VEIGA, I. P. A. e CARVALHO. H. S. O. A formação de profissionais da educação.. Brasília 1994

. GANDIN, Danilo. Planejamento como Prática Educativa. 7. ed. São Paulo Edições Loyola, 1999.

VEIGA, I.P.A. Projeto político- pedagógico da escola: Uma construção possível Campinas: PAPIRUS, 1997

MARQUES, Mario O. Projeto pedagógico: A marca da escola. IN: Revista Contexto e educação nº 18. Ijuí: UNJUÍ, abr./jun.1990.

MARQUES, M. O. A formação do profissional da educação. Ijuí: UNIJUÍ, 1992 (Coleção educação, 13)

PINO, Angel. A Escola e Cidadania; apropriação do conhecimento e exercício da cidadania Campinas, SP: Papirus: 1992.

SAVIANI, Demerval. Sobre a natureza e especificidade da educação. Pedagogia Histórico – crítico: 3ªed. São Paulo Cortez: 1992

SAVIANE, D. Escola e Democracia: Teorias da Educação, curvatura da vara, para onze teses sobre educação. São Paulo, Cortez. Autores Associados, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Educação e Realidade, Porto Alegre 1994

SACRITÀN, Gimeno J. (Org.) Compreender e transformar o ensino. Trad. Ernani F. F.Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

SACRISTÀN, J. Gimeno. EL curriculum: reflexiòn sobre a prática 3ª ed. Madri, Morata, 1991

DOLL, Jr.William E.. Currículo: uma prespectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BOUFLEUER, José P. Pedagogia e ação comunicativa: uma leitura em Habermas. Ijuí: Unijuí, 1997.

VASCONCELOS, C. S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo : Libertad, 2002.

VASCONCELOS, C. S.- Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudanças, Por Uma Práxis Transformadora. São Paulo Libertad, 1998.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado Lisboa: ED. Presença, S/D.

CORDIOLLI, Marcos, Rech, Pedro Eloi e NOGUEIRA, Adriano. A Pedagogia Histórica -Crítica Contextualização histórica e teórica. In: Caderno Pedagógica. Publicação comemorativa aos 50 anos da APP- Sindicato, Outubro, 1997 .

WACHOWICZ, LILIAN ANNA. o Método Dialético na Didática 2ªed. Campinas: PAPIRUS. 1991

BRASIL. Agenda 21 Brasileira. Vinte e Um Compromissos para o Século 21. Brasília. 2002

CURITIBA, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento..(Rio de Janeiro 1992) Agenda 21 CURITIBA: IPARDES, 2001.

PÉREZ, Maria Paz Como Dector lãs Necessidades de Intervencion-Socioeducativa, Narcea, Madrid, 1991

ENGUITA, M. F. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas,1989.

CARVALHO, B.G. E BERDL M. C. Marketing educacional: como manter e conquistar mais alunos 2ed. São Paulo: Alabama, 1989.

,HELLER, A. Para mudar a vida. São Paulo: Brasiliense, 1982

RIOS, T A. Significado e pressupostos do projeto político pedagógico. São Paulo FDE, 1982

WITTMANN L. C. A gestão Compartilhada na Escola Pública: Subsídios para Debates 1997

CHAUÍ, Marilena "Ideologias e educação," Revista Educação e Sociedade, CORTEZ São Paulo. 1980.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 6º Ed. São Paulo Cortez 1993

CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 2 Ed. São Paulo: CORTEZ, 1999.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília, 1994

GADOTTI, Moacir Associações de pais e mestres. São Paulo: Cortez, 1988.

DEMO, Pedro Educação e qualidade Campinas, PAPIRUS, 4ºEd. 1989.

DEMO, Pedro Projeto pedagógico. Brasília, 1993, (Mineo)

DEMO, Pedro. Questões para a tele educação. Petrópolis: Vozes, 1998

.NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

CURRÍCULO BÁSICO PARA A ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Curitiba, 1992

PROJETO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO – Proposta da Disciplina Didática . Curitiba, SEED, 1989

SAVIANI, DEMERVAL. Escola e Democracia, São Paulo, Cortez, 1991.

VASCONCELOS, Celso dos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo, Libertad- Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1983.

WACHOWICZ, Lílian Anna. O método dialética na Didática. Campinas, Papyrus, 1989

